

Leonel David Jesus Camasão

**INDEPENDÊNCIA NO JORNALISMO EM SANTA CATARINA:  
PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DA LIBERDADE  
PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, na Linha de Pesquisa Tecnologias, Linguagens e Inovação no Jornalismo, do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Prof. Dr. Rogério Christofolletti

Florianópolis  
Julho de 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Camasão, Leonel David Jesus  
Independência no Jornalismo em Santa Catarina :  
Parâmetros para aferição da liberdade profissional /  
Leonel David Jesus Camasão ; orientador, Rogério  
Christofoletti, 2017.  
161 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,  
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo,  
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Liberdade de Imprensa. 3.  
Independência Editorial. 4. Freedom House. 5.  
Repórteres Sem Fronteiras. I. Christofoletti,  
Rogério. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.  
III. Título.

Leonel David Jesus Camasão

**INDEPENDÊNCIA NO JORNALISMO EM SANTA CATARINA:  
PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DA LIBERDADE  
PROFISSIONAL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Jornalismo.

Florianópolis, 6 de julho de 2017.

---

Prof.<sup>a</sup>.Raquel Ritter Longhi, Dr.<sup>a</sup>.  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Rogério Christofoletti, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Fernando Oliveira Paulino, Dr.  
Videoconferência  
Universidade de Brasília

---

Prof.<sup>a</sup> Daiane Bertasso Ribeiro, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Samuel Pantoja Lima, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

## AGRADECIMENTOS

Realizar esta dissertação de mestrado só foi possível pela colaboração, auxílio e paciência de diversas pessoas. À Rebecca, minha companheira de luta e de vida, agradeço por cada minuto da companhia, apoio e estímulo. Acima de tudo, agradeço os longos sete meses em que tivemos que dividir nossa família até a mudança definitiva de Joinville para a capital. Este esforço grandioso garantiu as condições para que eu, longe de casa, pudesse realizar o primeiro semestre do Mestrado.

À Miriam e Aderbal, agradeço igualmente pela estadia, conselhos, conversas e acolhimento. Na minha ausência de casa, a morada de vocês se tornou a minha. Nada disso seria possível sem vocês também.

À minha família, agradeço em especial os que sempre acreditaram que era possível. Eulália, Vilson, Toni, Pedro, Raquel e Nathália, que nas minhas muitas ausências, estiveram em meu lugar para ficar com meus pequenos Francisco e Bernardo. Agradeço ainda meu pai Leonel, meus irmãos.

Na fase de inscrição do projeto, duas pessoas foram fundamentais na revisão e conselhos: a professora Lívia Vieira, colega de POSJOR, e meu tio Elson Faxina, da UFPR. Meu muito obrigado pelas “dicas quentes”.

Agradeço ao meu orientador Rogério Christofolletti, por topar esta empreitada. Ele entendeu como funciono melhor sob pressão e soube espremer algumas limonadas. Estendo os cumprimentos à banca avaliadora, que fez apontamentos valiosos. Agradeço ainda a oportunidade de ter participado do Objethos, onde fiz bons colegas.

Por fim, agradeço ao Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, a seus diretores e diretoras, que forneceram informações essenciais para que esta pesquisa se torna-se possível. Muito obrigado.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral formular parâmetros e aferir o grau de independência no jornalismo nas diversas regiões no Estado de Santa Catarina. Para tanto, dividimos o trabalho em três etapas. Na primeira, recorremos ao debate teórico sobre o que seria a independência no jornalismo. Em segundo, analisamos os métodos de aferição utilizados em relatórios sobre temas como liberdade de imprensa, liberdade de expressão e violência contra jornalistas, de quatro organizações diferentes: Freedom House, Repórteres Sem Fronteiras, Federação Nacional dos Jornalistas e Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A análise e comparação dos questionários empregados por estas organizações formam a base material para a terceira etapa deste trabalho, qual seja, a construção de um instrumento de aferição sobre independência no jornalismo, aplicado a 175 profissionais das seis mesorregiões de Santa Catarina para testagem. Posteriormente, discutimos os resultados obtidos e analisamos a eficácia, as potencialidades e as limitações deste instrumento.

**Palavras-chave:** Liberdade de Imprensa. Independência Editorial. Mídia Independente. Freedom House. Repórteres Sem Fronteiras.

## **ABSTRACT**

This research aims to discuss and propose parameters for the measurement of independence in journalism in the State of Santa Catarina. To do so, we divide the work into three stages. In the first one, we turned to the theoretical debate about what independence would be in journalism. Second, we analyze the methods of measurement used in reports on issues such as freedom of the press, freedom of expression and violence against journalists, from four different organizations: Freedom House, Reporters Without Borders, National Federation of Journalists and the Inter-American Commission on Human Rights. The analysis and comparison of the questionnaires used by these organizations form the material basis for the third stage of this work, namely, the construction of a benchmarking instrument on independence in journalism, applied to 175 professionals from the six mesoregions of Santa Catarina for testing. Subsequently, we discuss the results obtained and analyze the effectiveness, potentialities and limitations of this instrument.

**Keywords:** Freedom of the Press. Journalism Independence. Independent Media. Freedom House. Reporters Without Borders.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Liberdade de Imprensa no mundo, segundo a Freedom House: .....	60
<b>Figura 2-</b> Liberdade de Imprensa no mundo, segundo Repórteres Sem Fronteiras: .....	61
<b>Figura 3-</b> Mapa da Guerra Fria:.....	64

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Comparativo de casos de violência contra jornalistas em Santa Catarina, no Sul e no Brasil.....	57
<b>Tabela 2</b> - Critérios usados para elaboração dos questionários .....	66
<b>Tabela 3</b> - Categorias analíticas sobre liberdade de imprensa/independência.....	67
<b>Tabela 4</b> - Índices de independência no jornalismo por região e por critério .....	113

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Respostas por região - mínimo x obtido (em %)	88
<b>Gráfico 2</b> - Percepção da independência no jornalismo em SC	89
<b>Gráfico 3</b> - Resultado percentual da questão 1	90
<b>Gráfico 4</b> - Resultado percentual da questão 2	91
<b>Gráfico 5</b> - Resultado percentual da questão 3	92
<b>Gráfico 6</b> - Resultado percentual da questão 4	93
<b>Gráfico 7</b> - Resultado percentual da questão 5	95
<b>Gráfico 8</b> - Resultado percentual da questão 6	96
<b>Gráfico 9</b> - Resultado percentual da questão 7	97
<b>Gráfico 10</b> - Resultado percentual da questão 8	98
<b>Gráfico 11</b> - Resultado percentual da questão 9	100
<b>Gráfico 12</b> - Resultado percentual da questão 10	101
<b>Gráfico 13</b> - Resultado percentual da questão 11	102
<b>Gráfico 14</b> - Resultado percentual da questão 12	103
<b>Gráfico 15</b> - Resultado percentual da questão 13	104
<b>Gráfico 16</b> - Resultado percentual da questão 14	105
<b>Gráfico 17</b> - Resultado percentual da questão 15	106
<b>Gráfico 18</b> - Resultado percentual da questão 16	107

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Justificativa .....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 Objetivo Geral.....</b>	<b>19</b>
<b>1.3.1 Objetivos Específicos.....</b>	<b>19</b>
<b>1.4 Metodologia.....</b>	<b>20</b>
<b>2 INDEPENDÊNCIA NO JORNALISMO: ABORDAGENS TEÓRICAS.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1 As visões de algumas organizações em relação à independência .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2 Independência e financiamento do jornalismo .....</b>	<b>31</b>
<b>2.3 Independência do que e para quem? .....</b>	<b>42</b>
<b>2.3.1 Independência de e independência para .....</b>	<b>45</b>
<b>2.3.2 Organizações mais ou menos independentes x condições para independência .....</b>	<b>46</b>
<b>2.3.4 Independência como discurso mobilizador dos agentes .....</b>	<b>49</b>
<b>2.4 Independência como um conceito relacional .....</b>	<b>51</b>
<b>3 INSTRUMENTOS DE AFERIÇÃO DE LIBERDADE DE IMPRESA, AUTONOMIA E VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS.....</b>	<b>53</b>
<b>3.1 Violência contra jornalistas: os relatórios da CIDH e da FENAJ.....</b>	<b>53</b>
<b>3.2 <i>Freedom Of The Press 2016 x World Press Freedom Index</i>58</b>	
<b>4 AFERIÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NO JORNALISMO EM SANTA CATARINA: UMA PROPOSTA.....</b>	<b>71</b>

Alcance metodológico .....	78
4.2 O questionário .....	81
4.3 Resultados.....	87
4.3.1 Percepções sobre a independência econômica .....	90
4.3.2 Percepções sobre independência para a prática profissional .....	94
4.3.3 Percepções sobre independência política .....	99
4.3.4 Percepções sobre independência editorial.....	104
4.3.5 Comentários dos entrevistados.....	108
4.4 Impressões gerais .....	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE 1 – Índice médio de independência no jornalismo por pergunta e região.....	130
APÊNDICE 3 – Comentários dos entrevistados.....	154



## 1 INTRODUÇÃO

A formação dos jornalistas e a qualidade dos cursos superiores na área; o exercício profissional realizado por pessoas incapacitadas; a desconcentração da propriedade dos meios de comunicação e a sua concessão para políticos; a elevada quantia de recursos publicitários investidos pelos governos na imprensa; a visível partidarização dos principais veículos brasileiros na atualidade. Todas essas variáveis tornam a ideia de independência no jornalismo muito vaga e abrangente. Como enfrentar esta questão?

O Jornalismo enquanto fenômeno social nunca foi tão questionado como na contemporaneidade, e ao mesmo tempo, nunca foi tão consumido. Seja pelos meios tradicionais, seja pelas ferramentas digitais, vivemos em um planeta onde o jornalismo é praticamente onipresente. Enquanto seus defensores do jornalismo o comemoram como o fiador da democracia, seus inimigos o avaliam como um sistema de manipulação das consciências. As duas assertivas nos parecem falsas ou demasiado simplificadas. O que há em comum nas duas afirmações, entretanto, é o caráter constitucionalmente *político* do jornalismo. É a sua capacidade de interferir nos destinos da humanidade e em seus processos decisórios que conferem esta aura mística ao redor do jornalismo e dos jornalistas. Se o jornalismo é assim tão importante, como garantir sua produção e reprodução para o “bem comum” ou para o “interesse público”?

Este autor vivenciou uma breve carreira no jornalismo impresso antes da migração para o campo acadêmico, tendo acumulado nos últimos cinco anos a função de diretor no Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. A percepção obtida destas experiências é de que cada vez mais profissionais estão decepcionados com o jornalismo enquanto profissão, incapazes de realizar aquilo que eles próprios entendem por “bom jornalismo”. Em sua maioria, não conseguem colocar em prática um *fazer* profissional desvinculado dos interesses políticos, econômicos e particulares de seus patrões ou dos anunciantes de seus patrões. Ao mesmo tempo, a massificação da Internet e o surgimento de dezenas – talvez centenas – de iniciativas jornalísticas tidas como “independentes” no país oxigenam não apenas nosso ecossistema de notícias (PICARD, 2014), mas também, apresentam novas possibilidades de produção, gestão e difusão de conteúdos noticiosos.

É a partir destas percepções iniciais que pretendemos investigar a questão da independência no jornalismo. Também chamada de autonomia jornalística (*journalistic autonomy*) em alguns estudos

(HANITZCH, 2011; SJØVAAG, 2013), o tema perpassa uma série de documentos, legislações, constituições, códigos profissionais, manuais de conduta profissional, acordos internacionais, e ainda, o imaginário não só dos jornalistas, mas também, do público.

De início, é preciso uma ressalva sob qual perspectiva adotamos neste trabalho. As ideias de “Liberdade de Expressão” e “Liberdade de Imprensa” carregam múltiplos significados, e muitas vezes, se confundem. Lima (2010) faz um bom retrospecto do assunto e ajuda-nos a compreender as diferenças entre os termos.

Inicialmente, o termo “imprensa” (*press*) pode se referir tanto aos meios de comunicação de massa, quanto às máquinas capazes de imprimir. “Existe em inglês uma distinção entre *speech* (expressão, palavra), *print* (imprimir) e *the press* (a imprensa) que, na maioria das vezes, não se faz entre nós [no Brasil]”. (LIMA, 2010). Historicamente, essas duas liberdades (de expressão e de imprensa) têm sido entendidas como coisas distintas. Se a primeira é um direito individual, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a segunda é entendida, em geral, como derivada da primeira, e ao mesmo tempo, como condição para garantir não só a liberdade de expressão, mas também, uma série de outros direitos no contexto democrático. Sem liberdade de imprensa não haveria debate público e acesso às informações que entes públicos ou privados não desejam ver publicadas.

Além disso, a liberdade de imprensa diferencia-se da liberdade de expressão por ser *condição* para o exercício coletivo de produção de conteúdo sobre o tempo presente. O Relatório Especial Para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) também classifica as liberdades de expressão e de imprensa como coisas distintas.

É igualmente certo que existem alguns direitos humanos que são dotados de uma característica particular, a de contribuir com a proteção e promoção de outros direitos. É claramente o caso da liberdade de expressão, o direito à informação e seu corolário, a liberdade de imprensa. Vozes silenciadas não denunciam violações de direitos, não vigiam os governos, não conclamam mais e melhores políticas públicas, não estimulam a boa governança (CIDH, 2016, p.11).

Apesar de correlatos, liberdade de expressão e liberdade de imprensa não são a mesma coisa que independência ou autonomia no

jornalismo. Enquanto as primeiras referem-se à instituição jornalística em geral, a independência pode ser relacionada aos veículos de comunicação em específico, ou até mesmo aos jornalistas individualmente.

Bucci (2009) expressa a ideia de “imperativo de liberdade” essencial aos jornalistas e ao jornalismo. Essa busca pela liberdade na imprensa – “tão antiga quanto à própria democracia” – seria mais do que uma necessidade, mas um *dever* do jornalista. Para além de um ideal filosófico, o autor acredita que este dever de liberdade se mede pelas condições objetivas do exercício da profissão. Em outras palavras, a liberdade ideal toma forma concreta no fazer jornalístico, quando este é *independente*.

Na imprensa, a liberdade encontra de fato uma materialização: ela se traduz no grau de independência dos veículos informativos (e de seus operadores) em relação aos interesses organizados, sejam eles econômicos, políticos, religiosos, sindicais, científicos e assim por diante (BUCCI, 2009, p.13).

Ou seja, se conseguir dar *concretude* à independência editorial, as organizações e os jornalistas estarão mais próximas de garantir a liberdade de imprensa de fato. Se não puderem ou não quiserem fazê-lo, estas mesmas organizações se prestarão ao papel de induzir e manipular o debate público, com danos irreparáveis à democracia.

As atuais ferramentas tecnológicas criaram uma nova potencialidade para o jornalismo, dissociado do financiamento por meio de verbas publicitárias. Ao menos potencialmente, há possibilidade de um jornalismo desvinculado dos interesses econômicos e/ou governamentais, a partir do financiamento direto de leitores/assinantes/doadores. As mudanças no meio de produção jornalístico e as possibilidades de financiamento surgidas com a internet podem trazer uma nova dinâmica ao cenário de produção de notícias, concorrendo com o jornalismo tradicional e pluralizando as vozes e a reconfiguração da esfera pública<sup>1</sup>. Para Maia (2008), o sistema midiático

<sup>1</sup> Segundo Habermas (2006), a esfera pública é uma estrutura de comunicação intermediária entre o Estado e a esfera civil. Ela se caracterizaria por ser o local de discussão pública entre os indivíduos de uma comunidade, ou ainda, entre os diversos agentes públicos (do Estado) e privados (da sociedade civil). Os atuais

(e não apenas o jornalismo), acabam *agendando* o debate público. Em outras palavras, a mídia não tem poder de manipular diretamente as consciências, como apregoam algumas análises vulgares do marxismo. A mídia teria a capacidade de determinar sobre qual assunto se debate em determinado contexto. A isso, Maia (2009) chama de “pré-estruturação da esfera pública”, ou seja, a mídia não é a esfera pública em si, mas é um dos principais atores sociais na definição dela. Diversificar e pluralizar o sistema de notícias, portanto, é fundamental para a democracia contemporânea.

Uma de nossas premissas, portanto, é de que a natureza e a finalidade das organizações jornalísticas influenciam diretamente na independência destas organizações. Porém, para confirmar ou não essa suspeita, se faz necessária a elaboração de critérios e indicadores de independência que permitam o acompanhamento, a comparação entre diferentes realidades, já que o financiamento é importante, mas não é o único fator a ser considerado. Segundo Kunsch (2003), a maioria dos autores da administração concorda com certa definição de “organização”: agrupamentos humanos pensados para desempenhar determinada função ou objetivos comuns. No caso deste estudo, abordaremos tanto organizações comerciais como outras de natureza diversa. Nesse sentido, Kunsch acredita que para entender uma organização se faz necessário observar não apenas os padrões de comportamento interno, as rotinas e suas políticas.

É preciso vê-la em relação a um contexto muito mais amplo, numa perspectiva holística. Temos de considerá-la vinculada ao ambiente em que ela vive, incluindo os aspectos sociais, econômicos, políticos, tecnológicos ecológicos e culturais, variáveis que interferem enormemente na vida organizacional (KUNSCH, 2003, p. 30).

A observação dos instrumentos da Freedom House e do Repórteres Sem Fronteiras, utilizados para aferir liberdade de imprensa, podem ser um ponto de partida para a elaboração de um instrumento

---

sistemas de mídia teriam, portanto, papel central na conformação da esfera pública.

mais preciso para avaliar a realidade de Santa Catarina. Uma das características destes instrumentos é a padronização em termos mundiais de seus critérios. Partimos do pressuposto de que a questão da independência não é universalizável a este ponto, pois se relaciona com contextos socioeconômicos e culturais muito diversos. Hanitzsch (2011) já alertava, em estudo sobre autonomia jornalística promovido em 18 países, que pode haver uma diferença considerável entre aquilo que os pesquisadores consideram “autonomia” e a própria percepção dos jornalistas pesquisados sobre o tema, de maneira que estas duas percepções podem ser divergentes.

### **1.1 Problema**

Bucci (2009) já mencionava, há oito anos, a preocupação com a aferição de “graus de autonomia”, a criação de “critérios de verificação de independência” e a formulação de “indicadores de autonomia”. Duas instituições reconhecidas internacionalmente, a Freedom House e Repórteres Sem Fronteiras, publicam relatórios similares, que buscam aferir a liberdade de imprensa no mundo. Com metodologias distintas, ambas produzem indicadores de liberdade por país ou território, com o objetivo de fornecer material para que organismos internacionais pressionem governos e instituições a conviverem com uma imprensa livre e a promoverem as condições para o desenvolvimento do jornalismo. Os resultados destes trabalhos podem nos dar pistas para investigar o problema da independência no jornalismo. Além destes instrumentos, os relatórios “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil”, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Relatório Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) podem nos auxiliar a responder a seguinte questão: Os parâmetros já desenvolvidos para mensurar a liberdade de imprensa e liberdade de expressão destas organizações são suficientes para acompanhar e desenvolver indicadores de independência no jornalismo para a realidade do Estado de Santa Catarina?

### **1.2 Justificativa**

O jornalismo em sua forma capitalista tradicional, em especial, nos meios impressos, apresenta grandes dificuldades de se adaptar aos novos tempos. Dados da Associação Mundial de Publicadores de Jornais e Revistas (*World Association of Newspapers and News*

*Publishers*, WAN-Ifra) revelam que as receitas publicitárias dos jornais tiveram quedas abruptas em todo o mundo entre 2010 e 2014, com exceção da América Latina. Neste período, a principal fonte de recursos da mídia impressa caiu 28% na América do Norte, 23% na Europa, 22% no Oriente Médio/África e 7,4% na Ásia e Oceania. A média mundial foi de queda de 18%.

As inúmeras possibilidades de informação e entretenimento pela internet são acompanhadas não só de quedas nas receitas publicitárias, mas também em uma maior vigilância por parte dos leitores, aptos a questionar a tudo e a todos nas redes sociais. O trabalho dos jornalistas também sofre grandes consequências, com acumulação cada vez maior de novas funções, o perigo constante do desemprego, a diminuição de vagas formais de trabalho e a precarização profissional. Nestas condições, é evidente que a qualidade da produção jornalística é afetada e, conseqüentemente, os jornalistas ficam mais vulneráveis em relação à sua autonomia.

Anderson, Bell e Shirky (2008) afirmam que a crise do jornalismo se concentra muito mais no modelo de negócio do que em uma crise de relevância social. Para os autores, nunca houve tanto consumo de notícias. O problema seria econômico: a overdose informacional – geralmente, gratuita – coloca um problema de ordem financeira para o modelo tradicional. No caso brasileiro, essa afirmação pode ser sustentada com base nos Dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). O Instituto mostra que, em 2015, os jornais impressos brasileiros tiveram queda de 13% em sua circulação impressa. Porém, as versões digitais destes jornais, em formato PDF, obtiveram 27% de crescimento<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo em que há mais consumidores obtendo conteúdo gratuito, também há muito mais gente desembolsando valores módicos para ter acesso a conteúdo exclusivo dos jornais tradicionais pela Internet, porém, em valores muito inferiores aos do passado. Apenas para ilustrar, uma assinatura impressa do *Diário Catarinense* em julho de 2016 custava R\$ 77,90 mensais, contra R\$ 17,90 de sua versão exclusivamente digital. A diferença é de quase de 80%.

Para o mercado jornalístico tradicional, há uma resistência aos novos tempos, onde já não é mais possível a manutenção das margens

<sup>2</sup> É claro que o crescimento de assinaturas digitais, em geral, muito mais baratas do que as impressas, não paga os custos da crise, apesar de ajudar a mitigá-la.

de lucro do passado (MICK et all, 2015). Este cenário pode ter consequências mais profundas para a independência dos veículos de comunicação, e consequentemente, para o mercado de jornalismo e para a própria democracia. Em outra frente, novas organizações jornalísticas ocupam, geralmente na Internet, o espaço dedicado ao que convencionamos chamar “bom jornalismo”, com reportagens de profundidade e relevância social, a exemplo de portais como Agência Pública, Congresso em Foco, entre outros. “Não há como olhar para as novas experiências no jornalismo sem fins lucrativos [...] e acreditar que o jornalismo está seguro nas mãos de empresas voltadas ao lucro” (ANDERSON, BELL; SHIRKY, 2008, p. 32).

A alteração das condições materiais de produção do jornalismo no mundo abre, conforme Picard (2014), tanto um “crepúsculo” do jornalismo como o conhecemos como uma “aurora” de novas possibilidades. O momento de crise é também momento de oportunidades. Desenvolver o presente trabalho pode contribuir com o campo jornalístico, no sentido de elaborar uma formulação mais precisa sobre a questão da independência editorial, tema pouco abordado por pesquisadores brasileiros e relevante quando falamos em pensar as bases para um jornalismo de novo tipo. Ao mesmo tempo, buscaremos desenvolver indicadores para aferição de independência, que podem servir tanto para pressionar empresas e governos a estabelecer relações mais transparentes com a sociedade; servir de base para a formulação de políticas públicas para o setor; auxiliar outros organismos e entidades da sociedade civil para estimular o debate público sobre as comunicações, sistemas regulatórios e possibilidades de ampliar a diversidade e a pluralidade do ecossistema de notícias, assim como, ampliar o debate sobre a necessária democratização dos meios de comunicação no país.

### **1.3 Objetivo Geral**

A partir das questões apresentadas, esta pesquisa tem como objetivo geral formular parâmetros e aferir o grau de independência no jornalismo nas diversas regiões no Estado de Santa Catarina, tendo como referência os métodos utilizados em pesquisas semelhantes.

#### **1.3.1 Objetivos Específicos**

- a) Problematizar conceito de independência no jornalismo, a partir da bibliografia proposta;

- b) Analisar os métodos utilizados em outras pesquisas que mensuram graus de liberdade de imprensa no mundo, violência contra jornalistas, entre outros.
- c) Propor um instrumento de aferição da independência no jornalismo em Santa Catarina
- d) Aplicar o instrumento, e posteriormente, discutir e avaliar seus resultados.

## 1.4 Metodologia

Esta pesquisa está apoiada em três etapas metodológicas. Na primeira delas, realizamos a revisão bibliográfica, abordando o surgimento da imprensa como fenômeno social, a demanda por “liberdade de imprensa” e a hegemonia do modo de produção jornalístico no formato tradicional de empresa. Na sequência, fizemos uma análise mais aprofundada das perspectivas teóricas sobre independência. A partir destas reflexões, analisamos parâmetros de aferição de liberdade de imprensa, em especial, dos relatórios mundiais publicados pelas organizações Repórteres Sem Fronteiras, Freedom House, Federação Nacional dos Jornalistas e Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A análise e comparação dos questionários empregados e da metodologia desenvolvida por essas organizações deram pistas para formular um instrumento próprio para aferir graus diferenciados de independência a partir de aspectos econômicos, editoriais, regionais, entre outros. Em seguida, desenvolvemos e aplicamos uma *survey* a determinado número de jornalistas de Santa Catarina, e discutimos os resultados obtidos.

A Freedom House se define como “uma organização de vigilância independente dedicada à expansão da liberdade e da democracia em todo o mundo”. Fundada em 1941, nos Estados Unidos, a instituição apoia ativistas de direitos humanos em escala global e produz relatórios anuais sobre liberdade de imprensa, liberdade na internet, entre outros.

Nós reconhecemos que a liberdade só é possível em ambientes políticos democráticos, onde os governos são responsáveis perante seu próprio povo; o Estado de Direito prevalece; e liberdades de expressão, de associação e de crença, bem como o respeito pelos direitos das minorias e das mulheres, são garantidos. Mais de 2,5 bilhões de

peessoas vivem em países que Freedom House designa "não livres", mais de um terço da população do globo<sup>3</sup>. (Tradução Livre, FREEDOM HOUSE, 2016<sup>4</sup>).

Já a Repórteres Sem Fronteiras afirma ser “uma das principais ONGs do mundo na defesa e promoção da liberdade de informação”. Foi fundada por quatro jornalistas franceses em 1985, em Montpellier. Ficou conhecida pelo público em escala mundial após realizar protestos durante os Jogos Olímpicos de Pequim, na China<sup>5</sup>, em 2008, além de promover iniciativas como rádios livres, centros de mídia e treinamento para jornalistas em diversos países.

Liberdade de expressão e de informação será sempre a liberdade mais importante do mundo. Se os jornalistas não são livres para relatar os fatos, denunciar abusos e alertar o público, como poderíamos resistir ao problema das crianças-soldados, defender os direitos das mulheres, ou preservar o nosso meio ambiente se os jornalistas não forem livres para reportar os fatos, atrair a atenção para abusos e apelar para a consciência pública? Em alguns países, torturadores interrompem seus atos atroz, logo que eles são mencionados na mídia. Em outros, os políticos corruptos abandonam os seus hábitos ilegais quando os jornalistas de investigação publicam

<sup>3</sup> No original: We recognize that freedom is possible only in democratic political environments where governments are accountable to their own people; the rule of law prevails; and freedoms of expression, association, and belief, as well as respect for the rights of minorities and women, are guaranteed. More than 2.5 billion people live in countries that Freedom House designates “Not Free,” more than a third of the globe’s population.

<sup>4</sup> Conferir em <https://freedomhouse.org/about-us>

<sup>5</sup> Conforme a BBC, a RSF conseguiu furar a censura chinesa e realizar uma transmissão pirata de rádio, por 20 minutos. No programa, falava sobre direitos humanos e censura. O programa foi transmitido nas principais regiões de Pequim, e teve versões em inglês, francês e mandarim. Conferir em [http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080808\\_china\\_rsf\\_dg.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080808_china_rsf_dg.shtml)

detalhes que comprometem suas atividades<sup>6</sup>.  
(Tradução Livre, RSF, 2016, p.1).

As duas organizações publicam, anualmente, relatórios de liberdade de imprensa no mundo, com diferenças metodológicas consideráveis. Segundo o *Freedom of The Press 2016*, relatório da Freedom House, a liberdade de imprensa chegou a seu patamar mais baixo no mundo nos últimos 12 anos. O documento afirma que apenas 13% da população mundial convive com uma “imprensa livre”, entendendo o termo como os locais onde a cobertura de notícias sobre a política é “robusta”, a segurança dos profissionais de jornalismo é garantida, onde o Estado tem intromissão mínima nos assuntos midiáticos e as pressões econômicas contra veículos e jornalistas são nulas ou insignificantes. Outros 41% da população mundial estariam em países onde a imprensa é “parcialmente livre” (incluindo, aí, o Brasil). Praticamente metade do mundo (46%) estaria ainda subjugada a governos sem uma imprensa livre.

As questões que embasam os resultados são divididas em três grandes categorias: o ambiente jurídico, político, e econômico de cada país. Na categoria jurídica, o questionário avalia os marcos regulatórios de mídia e como, na prática, eles são utilizados pelos governos e pelo judiciário para restringir ou permitir o livre fluxo de informações. São avaliados mecanismos como a Constituição, legislação de segurança, código penal, existência ou não de órgãos reguladores, entre outros. No quesito político, busca-se aferir o grau de influência política no conteúdo dos meios de comunicação, examinar a independência editorial dos meios estatais e privados, o acesso à informação e às fontes, a existência de censura oficial e/ou autocensura. Também é avaliada a diversidade de notícias disponíveis dentro de cada país ou território, a possibilidade de jornalistas estrangeiros ou nativos cobrirem

<sup>6</sup> No original: Freedom of expression and information is the first and most important of freedoms. How can we combat atrocities against civilians, tackle the tragedy of child soldiers, defend women’s rights or defend our environment if journalists aren’t free to report the facts, draw attention to abuses and appeal to the public’s conscience? There are countries where the torturers stopped torturing when the media began talking about them, and corrupt politicians abandoned shady practices when investigative journalists published compromising information.

as notícias, além de elementos como detenções arbitrárias, agressões violentas, e outras formas de intimidação. No aspecto econômico, a Freedom House questiona o grau de concentração dos meios de comunicação, a estrutura de propriedade, os custos do estabelecimento de meios de comunicação social, bem como quaisquer impedimentos à produção e distribuição de notícias; o volume de recursos de publicidade Estatal, o impacto da corrupção e suborno para alteração do conteúdo, entre outros. A lista de pesquisadores/consultores utilizados para elaborar o estudo fica disponível no site da instituição. Importante registrar, apenas a título de exemplo, que dos 90 especialistas, apenas um é brasileiro, mas reside nos Estados Unidos.

Por sua vez, o 2016 *World Press Freedom Index*, do Repórteres sem Fronteiras, também aponta um cenário de declínio em escala global e regional. Assim como no relatório da Freedom House, a RSF utiliza uma escala de zero (melhor) a 100 (pior). Segundo o relatório, a soma da pontuação de todos os países aumentou quase 4% desde 2013, passando de 3.719 para 3.857, um aumento “profundo e perturbador”. Diferentemente da FH, aqui são utilizados cinco níveis de classificação, e não três. São eles: “bom”, “satisfatório”, “problemático”, “ruim” e “muito ruim”.

O índice é elaborado a partir de um questionário de 87 perguntas, traduzidas em mais de 20 idiomas, analisando a realidade de 180 países. Esta avaliação qualitativa é combinada com dados quantitativos sobre os abusos e atos de violência contra jornalistas durante o período observado, no caso, o ano 2015. Os critérios do questionário são mais amplos do que os propostos pela Freedom House. São eles a) pluralismo b) independência da mídia c) ambiente de mídia e autocensura d) quadro legislativo e) transparência e a qualidade da infraestrutura. Um sétimo indicador com base em dados recolhidos sobre os abusos e atos de violência contra jornalistas é levado em conta no cálculo. O questionário é destinado a profissionais da mídia, advogados e sociólogos que são convidados para respondê-lo. As pontuações são calculadas com base nas respostas dos peritos selecionados pela RSF em conjunto com os dados sobre abusos e violência contra jornalistas. Uma equipe de especialistas da RSF mantém registros dos casos de violência, a partir de uma rede de correspondentes em 130 países. Este indicador quantitativo é então utilizado para ponderar a análise qualitativa da situação no país com base nas respostas aos questionários.

A Relatoria Especial Para a Liberdade de Expressão é um escritório permanente e inserido dentro da estrutura operacional da Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo a página do

órgão, possui estrutura própria e independência funcional. Seu objeto é “a realização de atividades de proteção e promoção do direito à liberdade de pensamento e de expressão”<sup>7</sup>.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) realiza, em parceria com os 31 sindicatos de jornalistas do país, um levantamento anual de todos os casos de violência praticados contra os profissionais. A base das informações são denúncias que chegam às entidades sindicais. A Federação classifica a violência contra jornalistas em dez categorias diferentes.

No capítulo dois, partimos de uma pesquisa teórica, abordando alguns aspectos históricos e sociais sobre a questão da independência, formando o instrumental de análise do objeto empírico. No capítulo três, analisamos os relatórios Freedom House, Repórteres sem Fronteiras, Federação Nacional dos Jornalistas e Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com o objetivo de comparar os instrumentos. A partir da análise crítica, podemos compreender como estes instrumentos são empregados, auxiliando no desenvolvimento de uma ferramenta própria. Avaliamos a eficácia ou pertinência dos mesmos para o cenário catarinense, apontamos eventuais lacunas ou insuficiências, com o objetivo de propor um instrumento mais preciso e identificado com o contexto local de Santa Catarina.

No capítulo seguinte, partimos para a etapa de testes do instrumento, efetuando eventuais correções necessárias para sua aplicação. O público-alvo deste questionário são jornalistas profissionais, independentemente de seu local de trabalho, buscando identificar e aferir como os profissionais enxergam a questão da independência em suas regiões. Para dar dimensão estadual à pesquisa, as entrevistas foram realizadas em nível regional, considerando os profissionais das seis mesorregiões de Santa Catarina (Florianópolis, Joinville, Vale do Itajaí, Serra, Sul e Oeste). Apresentamos a metodologia da *survey*, os critérios elaborados, o questionários e os resultados obtidos. Ainda nesta etapa, apontamos algumas tendências observadas.

<sup>7</sup> Conferir em <http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/mandato/default.asp>

## 2 INDEPENDÊNCIA NO JORNALISMO: ABORDAGENS TEÓRICAS

É preciso localizar no tempo o surgimento da questão sobre a autonomia jornalística, a liberdade de imprensa e a independência. Ao partirmos de uma definição mais ampla, como propõe Sousa (2008), encontraremos os primeiros veículos de “índole jornalística” na Roma Antiga, em meados do século II a.C. As *Actas* romanas, em especial a *Acta Diurna*, cumpriam o papel de tornar públicas as informações relativas a atos do governo, decisões do judiciário, calamidades, falecimentos, entre outras. Os primeiros “jornalistas” eram os magistrados, escravos e funcionários públicos, responsáveis por recolher as informações, redigir e afixar as *Actas* a murais, ou ainda, de produzir cópias manuscritas em papiro (SOUSA, 2008; MARSHALL, 2003).

Sua natureza está mais próxima dos contemporâneos *Diários Oficiais*, encarregados de dar publicidade a atos do governo, apesar de haver, eventualmente, informações produzidas por agentes privados. O “pré-jornalismo” romano, portanto, é um fenômeno originado no Estado, para atender as demandas e necessidades do próprio Estado em sua relação com a sociedade. Sua trajetória durou cerca de 400 anos, até a queda de Roma, a ascensão do Cristianismo e da sociedade medieval.

Até este momento, é anacrônico pensarmos em independência no jornalismo, ou até mesmo, na ideia de jornalismo como o conhecemos hoje. Esta necessidade surge historicamente séculos depois, no período de transição entre a Idade Média e a Modernidade. É a invenção da prensa de tipos móveis por Gutemberg, entre 1439 e 1450, que vai criar as condições materiais para a ascensão de um sistema impresso de comunicação de massas na Europa e, conseqüentemente, no mundo.

A difusão desta nova tecnologia colaborou de maneira determinante para o desenvolvimento de uma cultura impressa, a difusão do letramento da população, e criou as possibilidades de produzir informação e propaganda para a superação da sociedade feudal pela sociedade pré-capitalista (1789). Segundo Briggs e Burke (2004), a impressão gráfica alterou significativamente a forma como a população europeia participava da política. Proliferaram-se panfletos, brochuras e outros instrumentos de divulgação de ideias – favoráveis e contrários ao regime, à religião, ao Estado. A partir dessa base material, Lutero levou a cabo sua reforma protestante. “A impressão gráfica converteu a reforma em uma revolução permanente”. (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 85).

O ideário de Liberdade de Imprensa é gestado nessa quadra histórica, em contraposição à censura, que se instalou por todas as partes. É importante ressaltar que a ideia da época não estava associada ao conceito que estamos habituados. A luta pela liberdade de imprensa tinha um caráter primordialmente comercial: era a reivindicação de poder imprimir e vender quaisquer impressos, **independentemente de autorização do Estado**. Com a Revolução Francesa, o sistema de censura do país veio abaixo, o monopólio de um grupo de impressores se esfacelou, desconcentrando a produção, e os mais diversos veículos jornalísticos começaram a surgir (DARNTON, 1996). Foram às novas relações constituídas a partir da ascensão da burguesia como classe social revolucionária que criaram as condições para o surgimento do fenômeno jornalístico. “É a burguesia que implementa, segundo seus interesses e sua hegemonia, a satisfação dessa carência de informações de natureza jornalística que nasceu das condições criadas pelo desenvolvimento capitalista e através dele”. (GENRO FILHO, 1987, p. 144). Ele surge a partir da quebra do monopólio estatal ao direito de imprimir e difundir informações, posições políticas, produtos, entre outros. Por ter essa gênese enquanto fenômeno burguês, vários autores simplesmente condenam o jornalismo como “instrumento de dominação e manipulação”. “O problema é que essa tese, correta em seu sentido geral, vale tanto para o jornalismo como para o telégrafo, o automóvel, a televisão, a estrada de ferro etc.” (GENRO FILHO, 1987, p. 169).

Faz-se necessário distinguir melhor as ideias de liberdade de expressão e de imprensa. Segundo Lima (2010), a liberdade de expressão (*freedom of speech*) é um direito humano, de caráter individual, inalienável, previsto em dezenas de códigos, constituições e tratados internacionais, como a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos. Já a liberdade de imprensa (*freedom of the press*), igualmente reconhecida em instrumentos jurídicos e não jurídicos, seria um direito coletivo, uma condição social para a efetivação não só da liberdade de expressão, como da própria democracia. A liberdade de imprensa, portanto, dirige-se não só às empresas de comunicação, mas em especial, aos profissionais de jornalismo, portadores de direitos especiais em relação aos demais cidadãos (manutenção do sigilo das fontes, por exemplo). Para o autor, as empresas de comunicação contemporâneas apostam na confusão entre as ideias de liberdade de expressão e de imprensa, como maneira de fazer prevalecer seus objetivos.

Um exemplo recente dessas distorções pode ser constatado nas poucas linhas de anúncio de meia página que a Associação Nacional de Jornais (ANJ) fez publicar em vários jornais por ocasião de seus 30 anos (agosto de 2009). O sujeito da liberdade de expressão deixa de ser o indivíduo e passa a ser uma difusa “sociedade”; os jornais são genericamente identificados com “os olhos e ouvidos de milhões de pessoas” e a imprensa como formadora desinteressada de opinião, “o que mais interessa na democracia”. Por fim, liberdade de imprensa e liberdade de expressão são implicitamente consideradas como equivalentes (LIMA, 2010, p. 26).

## 2.1 As visões de algumas organizações em relação à independência

Um pressuposto comum sobre o tema é que, para ser independente, uma organização jornalística precisa estar localizada em uma sociedade democrática, onde a liberdade de imprensa esteja garantida. Como é de se desconfiar, países regidos por ditaduras e governos totalitários não fornecem as *condições necessárias* para o desenvolvimento de uma imprensa livre e autônoma (BUCCI, 2009). Segundo o relatório *Freedom of The Press 2016*, elaborado pela Freedom House, apenas 13% da população mundial convive com uma “imprensa livre”, onde a cobertura dos assuntos políticos ocorre de maneira significativa; a segurança dos jornalistas é garantida e a intromissão do Estado ou dos interesses econômicos nos negócios midiáticos é mínima. Praticamente metade (46%) convive com sistemas midiáticos sem liberdade alguma, e outros 41% se encontram em sistemas parcialmente livres, como o Brasil.

É interessante observar como alguns dos principais veículos de comunicação enxergam a si próprios neste quesito. Ao procurar pelos documentos que determinam as políticas editoriais de alguns dos principais meios do país e do mundo, não é difícil encontrar fundamentos políticos para sustentar determinadas posições.

É o caso da *Folha de São Paulo*. O jornal renovou seus princípios editoriais em 2017, reformulando o texto anterior de duas décadas. Nele, a Folha define seu OLHAR como “uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes”, que procura “praticar um

jornalismo crítico, apartidário e pluralista”. (FSP, 2017). O texto deixa de fazer referência às teses de “Fim da História”, de Fukuyama<sup>8</sup>, presentes na versão de 1997, mas em essência, mantém a perspectiva liberal sobre o jornalismo que pratica. Para o jornal, o sucesso de seu projeto editorial transcende as mudanças tecnológicas. Seu objetivo é “preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes” (FSP, 2017). Para a Folha, portanto, os interesses econômicos estariam em segundo plano, subjugados à sua linha editorial independente.

Já o Grupo Globo (antiga Organizações Globo) defende uma política editorial apartidária, laica, independente de governos e livre de todas as formas de preconceitos. (GRUPO GLOBO, 2011). O texto faz menos análise política do que a Folha, e se concentra mais em diretrizes gerais para os veículos e para os profissionais do grupo. Ainda assim, importante ressaltar a posição do conglomerado sobre o tema.

A afirmação destes valores é também uma forma de garantir a própria atividade jornalística. Sem a democracia, a livre iniciativa e a liberdade de expressão, é impossível praticar o modelo de jornalismo de que trata este documento, e é imperioso defendê-lo de qualquer tentativa de controle estatal ou paraestatal. Os limites do jornalista e das empresas de comunicação são as leis do país, e a liberdade de informar nunca pode ser considerada excessiva. (GRUPO GLOBO, 2011, p. 25).

<sup>8</sup> A ideia de "Fim da História" foi bastante difundida nos anos 1990 a partir da obra do estadunidense Francis Fukuyama. Para o autor, o capitalismo e a democracia burguesa teriam "vencido" a luta de classes e se constituído naquilo que Hegel considerava o "equilíbrio social", onde não mais haveria processos de mudança em larga escala. Para Fukuyama, a humanidade teria atingido o ápice de "evolução" com o triunfo da "democracia liberal" sobre todos os demais sistemas de governo. É curioso que um órgão de imprensa assuma essa tese como verdadeira e válida para embasar sua política editorial ainda hoje. Conferir em FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Em todo o texto do Grupo Globo, a única ameaça à autonomia editorial citada são as “tentativas de controle estatal e paraestatal”, minimizando um complexo de relações estipuladas pela própria Globo com políticos, retransmissoras, grupos econômicos, religiões e até mesmo com clubes de futebol. Notória ainda a afirmação de que “a liberdade de informar nunca pode ser considerada excessiva”, o que deixa implícitas duas características: a) O Grupo Globo tem como ideal a ausência de qualquer tipo de regulação por parte do Estado e b) de que na ausência de qualquer regulação, cabe a própria Globo decidir o que é e até onde vai a *liberdade de informar*.

Para além dos princípios e cartas de boas intenções, os principais veículos de comunicação do país são alvo de contundentes críticas sobre suas coberturas jornalísticas, suas relações com anunciantes, elites econômicas e políticas. No caso da Globo, sua constituição enquanto grupo econômico se dá em simbiose com a ditadura civil-militar, promotor e estimulador de uma rede nacional de emissoras de rádio e televisão capazes de levar a mensagem do governo autoritário a todos os cantos do país (HERZ, 1987; LOCATELLI, 2001). Neste sentido, importante citar o projeto Donos da Mídia<sup>9</sup>, que recuperou um expressivo número de informações sobre as relações entre as elites políticas do país com os meios de comunicação. Segundo o projeto, 271 políticos são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação. Os dados estão desatualizados, pois são limitados aos políticos com mandato até 31 de dezembro de 2008.

Voltando aos princípios editoriais, o *New York Times* aborda a questão de maneira diferente dos veículos brasileiros citados. Ao invés de referir à questão da independência em relação ao Estado, o jornal reforça em suas linhas editoriais que seu compromisso central é oferecer à sociedade material informativo de alta qualidade. Para o veículo, a principal preocupação concentra-se em seu corpo profissional e a sua capacidade de trazer à tona acontecimentos de interesse público.

Em um momento de crescimento e até mesmo justificada suspeita pública sobre a imparcialidade, precisão e integridade de alguns

<sup>9</sup> A página do projeto na internet está fora do ar, mas é possível consultar uma cópia antiga do site em <https://web.archive.org/web/20160404190922/http://donosdamidia.com.br>. Acessado em 23/02/2016.

jornalistas e do jornalismo, é imperativo que o *New York Times* e sua equipe mantenham os mais elevados padrões possíveis para garantir que nós não fazemos nada que possa minar a fé dos leitores e confiança em nossas colunas de notícias (NYT, 2016, pg. 1, tradução livre)<sup>10</sup>.

Em apenas três dos principais veículos do Brasil e do mundo, nota-se diferentes perspectivas sobre o assunto. Enquanto a *Folha* faz um discurso mais político-ideológico e o *Grupo Globo* concentra-se em uma espécie de manual de boas práticas, o *New York Times* fala em padrões de qualidade e do diferencial que seus jornalistas podem oferecer, justamente por **serem independentes**. São abordagens diferenciadas que revelam um pouco de cada veículo e de como eles se posicionam em relação ao público e à sociedade.

No Brasil, há um episódio que evidencia a disputa por um sistema de comunicação mais ou menos independente. É o caso da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que sofreu forte intervenção após a posse de Michel Temer na Presidência da República, em 12 de maio de 2016. Um dos primeiros atos do novo governo foi a exoneração ilegal do diretor-presidente da EBC, Ricardo Melo. Pela lei que regula o sistema, ele teria mandato até 2020. Melo recorreu e voltou ao cargo, mas foi afastado novamente após Temer publicar a Medida Provisória 744/2016, alterando a estrutura da empresa e concedendo poderes para que o próprio Temer nomeasse livremente o presidente da EBC. Assim como nas agências reguladoras, o mandato na EBC perpassava os governos, como maneira de garantir algum grau de autonomia. Além disso, o mandatário era eleito pelo Conselho Curador, de 22 membros, conforme a Lei 11.652/2008, e não indicado diretamente pelo planalto.

No lugar de Melo, Temer nomeou o ex-coordenador de comunicação de Aécio Neves (PSDB), Laerte Rimoli. Aécio foi derrotado por Dilma Rousseff (PT) em 2014, na disputa pela presidência da república. O nível de intervenção chegou a tal ponto que os

<sup>10</sup> No original: “At a time of growing and even justified public suspicion about the impartiality, accuracy and integrity of some journalists and some journalism, it is imperative that The Times and its staff maintain the highest possible standards to insure that we do nothing that might erode readers’ faith and confidence in our news columns”.

jornalistas da EBC foram impedidos de usar o termo “presidenta” ao se referir à Dilma Rousseff. Segundo o jornal *O Estado de Minas*, a nova coordenação da emissora passou a seguinte normativa: “Por orientação da gerência executiva, informamos que a TV Brasil passa a adotar a forma presidente, independente do gênero. Deixamos, portanto, de usar presidenta<sup>11</sup>”.

A agressividade e ingerência de Temer sobre o sistema público de comunicações do Brasil foi alvo de repúdio de diversas entidades de classe, movimentos, sindicatos e organizações, entre elas, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)<sup>12</sup> e o Conselho de Comunicação Social do Senado Federal<sup>13</sup>. A MP foi aprovada por 47 votos a 13, extinguindo seu Conselho Curador (espaço onde indicados da sociedade civil participavam da gestão da EBC) e o fim de mandato fixo para o presidente da empresa. Sem estes dois mecanismos, que apesar de precários, existiam, a possibilidade de uma emissora pública autônoma em relação ao governo federal ficou ferida de morte.

## 2.2 Independência e financiamento do jornalismo

No início do século XX, muitos poderiam considerar a imprensa apenas mais um “ramo de negócios” no contexto capitalista. Entretanto, segundo alguns autores, haviam características muito peculiares. Max Weber, que propôs uma espécie de roteiro para uma investigação sociológica da imprensa, destacava já em 1910 essas singularidades.

Se considerarmos a imprensa em termos sociológicos, o fundamental para toda a discussão é o fato de que, hoje em dia, a imprensa é necessariamente uma empresa capitalista e

<sup>11</sup> PRATES, Maria Clara. **Governo Temer veta palavra 'presidenta' em publicações da EBC**. O Estado de Minas. Disponível em [http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/31/interna\\_politica,767923/palavra-presidenta-e-vetada-na-ebc.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/31/interna_politica,767923/palavra-presidenta-e-vetada-na-ebc.shtml), acessado em 21/10/2016.

<sup>12</sup> Conferir em <http://fenaj.org.br/fenaj-e-sindicatos-de-jornalistas-repudiam-desmonte-da-ebc/>, acessado em 18/03/2017.

<sup>13</sup> Conferir em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/04/conselho-de-comunicacao-defende-em-nota-a-manutencao-da-ebc>. Acessado em 18/03/2017.

privada e que, ao mesmo tempo, ocupa uma posição totalmente peculiar, já que, ao contrário de qualquer outra empresa, tem dois tipos completamente diferentes de ‘clientes’: os primeiros são os compradores do jornal e esses se compõem ou de uma massa majoritária de assinantes ou de uma massa majoritária de compradores individuais (...); os outros são os anunciantes e entre esse leque de clientes se produzem relações curiosas. É certamente importante, ao perguntar-se, por exemplo, se um jornal terá muitos anunciantes, saber se tem muitos assinantes e, em menor medida, também o inverso. (WEBER, 2006, p. 37).

O autor demonstra certa preocupação e também curiosidade científica sobre a questão do financiamento da imprensa e o monopólio dos jornais, a capacidade ou não de manipulação da opinião pública, e as implicações gerais destes fenômenos no debate político. “Devemos perguntar-nos o que significa o desenvolvimento capitalista no interior da própria imprensa para a posição sociológica da imprensa em geral, para o papel que desempenha na formação da opinião pública?” (WEBER, 2006, p. 39).

Os questionamentos de Weber, realizados ainda em contexto onde não existia a televisão, o rádio e a internet, ainda são válidos para se pensar a relação entre independência no jornalismo contemporâneo e o próprio financiamento da atividade em si. Mais de 100 anos depois desse texto, ainda nos perguntamos como decifrar a relação capital-jornalismo.

Obras importantes passam pela questão superficialmente, muitas vezes de forma generalista ou especulativa e sem obter grandes conclusões a respeito. As opiniões vão desde a busca por um novo modelo de negócio para que o “jornalismo sobreviva”, até mesmo a superação da lógica capitalista na produção do jornalismo.

Talvez seja necessário um tipo diferente de jornalismo, sustentado por uma base financeira diferente, para nos conservar inteiros. Para o bem de nossa saúde social e política, devemos entender o suficiente sobre o jornalismo como negócio para tentar preservá-lo em novas plataformas (MEYER, 2007, p.16).

Não há como olhar para as novas experiências no jornalismo sem fins lucrativos, como o trabalho de Andy Carvin na National Public Radio (NPR) durante a Primavera Árabe, e acreditar que o jornalismo está seguro nas mãos de empresas voltadas ao lucro. E não há como olhar para experiências de financiamento coletivo de jornalismo pelo site de crowdfunding Kickstarter, ou para a cobertura de manifestações de protesto via celular, e acreditar que só profissionais e instituições da imprensa podem tornar a informação pública (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p.32).

É fato relativamente consensual entre pesquisadores que as questões econômicas, a origem do financiamento, as verbas publicitárias, pressão de anunciantes e acionistas têm efeitos sobre a independência do jornalismo. Falar de liberdade de imprensa e independência no jornalismo é facilmente associado, no senso comum, a livre iniciativa. Quanto mais as empresas concorrem entre si e disputam os leitores e os anunciantes, mais os veículos teriam as condições para aperfeiçoar seus produtos e garantir melhores serviços ao público. A autonomia seria um diferencial, um “valor-agregado”. Quanto mais diversificada a carteira de anunciantes, mais independência teria o veículo, por não depender financeiramente nem do Estado, nem de um pequeno grupo de empresas privadas. Pensar o contrário seria válido: se um jornal é mantido por grandes quantias de poucos anunciantes, sua independência estaria comprometida. De qualquer maneira, a questão do financiamento da atividade parece ser crucial para a compreensão da independência.

Bucci (2009), um dos principais colaboradores nacionais sobre a questão da independência editorial, ética e liberdade de imprensa afirma que estas são demandas tão antigas quanto a própria democracia. A independência se articula não só com o exercício do jornalismo enquanto profissão, mas com o direito à informação, previsto nos mecanismos legais do país. Mesmo contendo certa radicalidade em seus pressupostos, o próprio autor afirma que eles estão enquadrados em uma perspectiva liberal.

Em sua maior parte, as discussões aqui apresentadas se situam nos paradigmas do

liberalismo. Desses paradigmas é que brotou a promessa de liberdade de imprensa. Agora, o desafio da reflexão contemporânea sobre o jornalismo é examinar os limites que o liberalismo enfrenta para realizar na prática sua promessa. O mercado pode mesmo oferecer com eficácia as soluções éticas que o projeto democrático espera da imprensa? (BUCCI, 2009, p. 26).

A independência das organizações jornalísticas e dos próprios jornalistas, para Bucci, são os pré-requisitos para que exista a liberdade de imprensa, mesmo dentro dos limites do capitalismo liberal. E é a liberdade de expressão a garantidora da liberdade de imprensa, de tal maneira que estes três elementos estão interconectados. (BUCCI, 2009). Bucci fala sobre *indicadores de autonomia jornalística*, o qual ele não elaborou, mas enxerga como uma possibilidade a ser desenvolvida em pesquisas específicas. Para nortear tal tarefa, o autor parte de três questões. A) quem paga as contas da publicação? B) quem paga os jornalistas? e C) a quem presta contas a redação?

Neste esquema interpretativo, a questão da independência aparece com duas saídas: o financiamento da atividade e a quem os profissionais de jornalismo se reportam sobre seu trabalho. Em geral, o jornalismo contemporâneo sobrevive de verbas publicitárias, financiando a publicação e os profissionais. Da mesma maneira, em termos ideais, os jornalistas prestam contas a seus editores (também jornalistas) e ao próprio público. Além destas características, a independência se expressaria na transparência com a qual veículos e jornalistas expressam seus compromissos (BUCCI, 2009). O problema de financiamento aparece como central nessa perspectiva. Bucci afirma ainda “é da independência que advém o lucro”, afirmação que nos soa mais no campo do desejo do que da realidade. Se assim fosse, o jornalismo independente não teria problemas de financiamento. A equação se torna mais difícil ao se tratar de complexos sistemas midiáticos que produzem não só jornalismo, mas entretenimento de modo geral. Dezenas, talvez centenas, de pequenas e médias publicações sobrevivem apenas por conta das verbas publicitárias do Estado, de políticos ou empresas concentradoras do poder político e econômico.

No campo do mundo do trabalho, a concentração da propriedade, a falta de pluralidade e a escassez do trabalho jornalístico tradicional também são elementos importantes. As pressões de anunciantes ou os

próprios interesses diretos dos proprietários – sejam eles políticos ou agentes privados – podem revelar as incapacidades da empresa jornalística tradicional em cumprir as promessas elencadas por Bucci.

Mesmo estando de acordo com o potencial de intervenção/influência do poder econômico na independência do jornalismo – seja por meio de pressão de anunciantes, governos, proprietários, acionistas – é preciso cautela neste debate. Caso contrário, cai-se rapidamente na solução de que “tudo é manipulação” e de que não há qualquer espaço de disputa dentro do campo do jornalismo, como se os jornalistas que exercem a profissão fossem automaticamente lobotomizados e passassem a concordar e distorcer as informações ao gosto do proprietário do veículo. As relações que definem o grau de independência/dependência são mais complexas e subjetivas do que propõe uma certa crítica “marxista” bastante vulgar.

Segundo Marshall (2003)<sup>14</sup>, os anúncios publicitários surgem na imprensa no século XIX. A venda de espaços para terceiros divulgarem seus produtos ou serviços gerou um avanço para a imprensa, do ponto de vista da circulação: com mais receitas publicitárias, o custo dos exemplares caiu consideravelmente, aumentando as tiragens e transformando o jornal impresso em um “fenômeno de massas”.

A imprensa foi e está hoje indelevelmente marcada pela influência do modelo de financiamento publicitário, seja em suas rotinas de produção, circulação e de organização, seja em suas múltiplas técnicas de fazer jornalístico. Na verdade, desde Girardin, o jornalismo passa crescentemente a ficar dependente da receita publicitária. Essa relação veio a evoluir tanto que hoje é quase impossível encontrar-se um jornal que não sobreviva quase exclusivamente dos ingressos publicitários” (MARSHALL, 2003, p. 84).

<sup>14</sup> Para quem pretende fazer uma crítica marxista ao jornalismo contemporâneo, é de se estranhar que Marshall ignore completamente o trabalho de Genro Filho (1987), não apenas por ser um dos poucos trabalhos que adota a perspectiva marxista em relação ao jornalismo, mas também, por ser um pesquisador gaúcho, onde o trabalho de Adelmo é bastante difundido.

Marshall (2003) parece se enquadrar entre os “marxistas vulgares” ao tecer sua crítica ao sistema midiático contemporâneo. Seu texto leva o leitor a imaginar uma espécie de “era dourada” do jornalismo, quando este continha mais “virilidade”, ante ao jornalismo contemporâneo, que o autor chama de “cor-de-rosa<sup>15</sup>”, expressão que pega emprestada de Howard Kurts. Um tanto fatalista, Marshall fala em “processo universal de corrosão da informação”, “contaminação dos jornais”, “açoitemento do audiovisual sobre os jornais” e ainda considera que imagens, infográficos e outros recursos visuais “roubaram o espaço” do que seria a única e verdadeira informação possível, o texto escrito. Apesar destes problemas, o autor recupera pontos históricos importantes sobre o surgimento da publicidade nos jornais e de seus efeitos.

Ao longo do século XX, as novas plataformas não impressas (TV e Rádio) se tornam tão ou mais relevantes do que os jornais e revistas, agregando novas funções culturais e de entretenimento. Os novos meios incorporam outras linguagens para além do jornalismo, criando filmes, novelas, programas de auditório e toda a sorte de produtos. Seu corpo profissional se tornou mais especializado e sua forma de organização não diferia de qualquer outro ramo da economia. O conceito de *imprensa*, vinculado a ideia de material impresso, vai dando lugar ao conceito de *mídia*, seja ela impressa ou transmitida por sinal de radiodifusão, satélite etc. (LIMA, 2010).

Na transição do século passado para os anos 2000, o jornalismo tradicionalmente organizado em modelos fordistas de produção passa por profundas transformações. As novas tecnologias – computadores, dispositivos móveis, Internet – causaram impacto não apenas no modo de produção do jornalismo, mas também, implicaram em profundas mudanças culturais, hábitos de consumo e de interatividade por parte das audiências. A convergência das mídias, como explicita Jenkins (2008), não é um processo tecnológico, mas sim, econômico e cultural,

<sup>15</sup> Por ser um livro de 2003, talvez o autor ainda não visse problemas em considerar o bom jornalismo “viril” e o mau jornalismo “cor-de-rosa”, expressões que, com certeza, rendem um bom debate de gênero. Para mais informações sobre o debate de jornalismo e gênero, conf. a obra de Silva (2014), intitulada de Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias. Série Jornalismo a rigor, Volume 8. Editora Insular, Florianópolis, 2014.

que remodela as relações sociais não só com o jornalismo, mas com os sistemas de representação tradicionais. É semelhante àquilo que o “midialivrista” Pablo Capilé, do *Mídia Ninja*<sup>16</sup>, chama de *crise de intermediário*. As organizações que representavam ou diziam representar os anseios de seus sócios, eleitores, militantes ou expectadores passam por profundas crises de credibilidade e de relação com seu próprio público.

McQuail (2012) arrisca algumas definições sobre liberdade de expressão, de imprensa e independência, conceitos em geral muito amplos e de múltiplas interpretações. Segundo o autor, a liberdade de expressão protege não apenas os “que têm razão”, mas também, os desprovidos dela. Seria, portanto, em um direito fundamental de nossa sociedade. A liberdade de expressão – direito humano, individual e coletivo - diferencia-se, portanto, da liberdade de imprensa, relacionada aos proprietários, aos editores e ao público em geral. O problema desta elaboração está na ausência do jornalista, ou do “operador do jornalismo”, como **sujeito portador** da liberdade de imprensa. McQuail chega a criticar a autonomia demasiada do corpo profissional, algo que poderia causar “desequilíbrio” e constituir uma “ameaça” à liberdade de expressão.

Em algumas circunstâncias, a grande autonomia jornalística, baseada na ampla profissionalização e na sindicalização, é vista como uma ameaça à liberdade de expressão de editores e proprietários, principalmente quando está associada a uma suposta parcialidade liberal ou de esquerda por parte dos jornalistas (McQUAIL, 2012, p. 111).

Em outras palavras, para o autor, a liberdade de imprensa está sempre relacionada ao nível dirigente das organizações jornalísticas (proprietários, editores) e ao público, que tem uma expectativa de independência. Por outro lado, a “ampla profissionalização e a sindicalização” podem ser uma “ameaça” a esta liberdade que não é do jornalista, mas do proprietário ou do editor. Esta visão, bastante conservadora, mecaniza o indivíduo jornalista, como uma engrenagem

<sup>16</sup> Entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 5 de março de 2013. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=kmvGdn-lpNQ\\_](https://www.youtube.com/watch?v=kmvGdn-lpNQ_), acessado em 10/08/2016.

para viabilizar a liberdade de imprensa de outro que não ele mesmo; de um terceiro agente: a empresa ou organização jornalística.

O autor divide a liberdade de imprensa em três níveis: nível estrutural, fornecido pelo quadro legislativo-constitucional de cada país; pelo sistema de taxação e impostos para o setor, a existência ou não de restrições legais para publicar/transmitir conteúdo, etc; nível de conduta, direcionado aos profissionais envolvidos na produção do conteúdo, para que não sofram interferência do Estado ou de grupos econômicos; e nível de atuação, que refere-se à liberdade do público em dispor de diferentes pontos de vista e na quantidade de opções disponíveis para se informar (pluralidade). Mais uma vez, em separado, o autor refere-se à liberdade dos profissionais de jornalismo.

A liberdade daqueles que trabalham na mídia é, inevitavelmente, variável de acordo com a organização e com o tipo de trabalho, embora dois fatores gerais estejam presentes. Obviamente, o tempo de serviço, o status na organização e o valor de mercado (da audiência) têm um papel muito importante para a questão” (McQUAIL, 2012, p. 111).

A relação do número de financiadores e de sua natureza parece ter impacto na independência. McQuail afirma que os produtos midiáticos são mais independentes “quando os consumidores pagam por todos os custos”. A relação inversa também é válida: quanto mais os recursos têm origem no governo, anunciantes ou “mecenass”, menor será a independência. (McQUAIL, 2012, p. 117). Ele pondera essa dicotomia com o argumento de que um jornal que dependa exclusivamente do público, seria obrigado a “fazer o que o público quer”, eximindo-se de apresentar pontos de vista minoritários ou desagradáveis a determinados segmentos.

Alguns autores afirmam que a crise econômica do segmento de mídia, em especial, o impresso, na verdade, não é nada recente. A popularização da internet seria o ponto alto do colapso, mas não sua origem. O jornalismo tradicional, desenvolvido sob as bases dos meios impressos, chegou a concentrar quase a totalidade dos recursos publicitários disponíveis nos mercados, até que novas plataformas foram desenvolvidas e passam a tornar o montante de recursos mais dispersos. A chegada do rádio e da televisão, assim como a proliferação de outros

produtos impressos com foco em segmentos (esporte, moda, ciências, educação, negócios, etc). foi paulatinamente deixando de lado os jornais como principal fonte de veiculação de publicidade (CAGÉ, 2009). “Mesmo nos Estados Unidos, o país da publicidade por excelência, as receitas publicitárias dos jornais, referidas ao produto interno bruto (PIB) estão em baixa desde 1956”. (CAGÉ, 2009, p. 17)

O desenvolvimento e consolidação de outras plataformas nos últimos 100 anos tornou o jornal impresso um veículo residual entre os demais meios. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016<sup>17</sup>, apenas 3% dos entrevistados se informam pelos jornais de papel como primeira opção, chegando a 12% quando se soma as demais opções. Em outras palavras, nove a cada dez entrevistados não utilizam o jornal impresso como meio de informação. A este elemento, soma-se ainda a crise de superprodução de notícias, acessíveis cada vez mais de forma gratuita nas plataformas digitais.

A crise do jornalismo, portanto, não é uma crise apenas financeira ou do modelo tradicional baseado na arrecadação via verbas publicitárias. É também uma crise de credibilidade. E, por pressuposto, elas estão associadas: é quando os veículos de comunicação passam por dificuldades financeiras que o campo jornalístico consegue visualizar com mais clareza as interferências comerciais, de anunciantes, políticos ou do Estado nos rumos editoriais. A insolvência leva à negligência.

Tal como uma verdadeira democracia não pode sobreviver ao financiamento da sua vida política por um pequeno número de indivíduos com recursos infinitos, também os média, garantes da qualidade do debate democrático, não podem ser colocados sob a influência exclusiva de milionários com bolsos sem fundo. Daí a necessidade de se pensar, para além do pluralismo dos títulos da imprensa e das cadeias de televisão, o pluralismo da propriedade dos média: um conjunto de acionistas múltiplo, diversificado, onde a maioria dos direitos de voto não fique nas

<sup>17</sup> Disponível em <http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>, acessado em 22/02/2017.

mãos de uma minoria de indivíduos (CAGÉ, 2009, p.21)<sup>18</sup>.

Como nos idos de 1800, percebemos que o atual modelo de financiamento do jornalismo (pelo menos, do impresso) chega a um grau de esgotamento elevado. Essa dificuldade leva ao inverso daquilo que a imprensa sempre “vendeu” aos seus leitores/clientes: credibilidade, veracidade, fiscalização, isenção. A premissa de “quanto mais financiadores, mais independentes seremos” não está de toda errada. Existem iniciativas que buscam massificar o número de financiadores individuais, engajá-los em processos transparentes de decisão das pautas e acompanhamento das reportagens produzidas, garantido ao leitor não uma imparcialidade que existe apenas no discurso, mas uma certa “parcialidade justificada”. Esta ideia remonta ao debate proposto por Genro Filho, no qual o sujeito (jornalista), ao produzir seu objeto (a notícia) também acaba sendo produzido por ele. “Ao produzir-se livremente nos limites da objetividade, ele produz a própria objetividade do mundo” (GENRO FILHO, 1987, p. 188). Para não deixar dúvidas, o autor acrescenta:

Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo. (GENRO FILHO, 1987, p. 188).

A questão do financiamento coletivo como “solução” para o problema da independência no jornalismo tem sido defendida por jornalistas, coletivos, “midialivristas” e por alguns autores, como a própria Cagé (2009). O princípio da autonomia financeira rege essa

<sup>18</sup> A tradução da obra de Cagé consultada neste trabalho era do francês para o português de Portugal. Por conta disto, preferimos manter a grafia original.

concepção. Não havendo anunciantes em determinado produto jornalístico, ou ainda, na ausência de proprietários/acionistas que possam intervir no conteúdo a ser produzido, a autonomia estaria garantida.

Os impactos destas iniciativas – pelo menos por hora – tem dado resultados significativos em produção de grandes reportagens de alta relevância social, eventualmente furando a barreira das mídias tradicionais. Entretanto, seu volume e influência social são muito pequenos, se comparados ao da mídia tradicional.

Na realidade brasileira, por exemplo, um dos principais portais de financiamento coletivo é o Catarse. De sua fundação, em 2011, até 23 de fevereiro de 2017, o portal recebeu 207 projetos de financiamento coletivo para projetos jornalísticos<sup>19</sup>. A cada ano, o número de iniciativas aumenta, partindo de apenas 16 em 2011 para 89 em 2016. De todos os projetos apresentados na área de jornalismo desde o início, 84 obtiveram sucesso (41%) contra 93 que não atingiram a meta de arrecadação (45%) e não foram viabilizados. Outros 30 projetos de jornalismo (14%) ainda estavam em andamento na data referida. Apesar do crescimento e da taxa consideravelmente alta de projetos executados, o “mercado jornalístico” de financiamento coletivo arrecadou, no Catarse, pouco mais de um milhão e 200 mil reais (R\$ 1.279.302,57). Considerando os projetos bem-sucedidos, chega-se a uma média de pouco mais de R\$ 15 mil por projeto. Mesmo com relativo sucesso, é necessário entender as limitações do modelo. O volume de recursos envolvidos ainda é pequeno, e na maioria das iniciativas, serviu para viabilizar um projeto pontual (uma cobertura, uma revista, um livro, um documentário, etc).

Em alguns casos, o financiamento coletivo serviu como largada para veículos alternativos conseguirem o capital inicial para lançarem seus noticiosos na internet, como foi o caso da Agência Pública, Jornalistas Livres, entre outros. Evidentemente, o *crowdfunding* não atrapalha a busca por novos modelos de financiamento do jornalismo desatrelados das verbas publicitárias e governamentais, com fins de maior autonomia. Mas é necessário compreender que, pelo menos neste

<sup>19</sup> O próprio Catarse disponibiliza os dados dos projetos realizados em sua página na internet, por segmento. Os dados de projetos jornalísticos estão disponíveis em <https://catarse.me/dbhero/dataclips/d4855103-345a-4f1a-bccc-6bf7ff5a32c4/>, acessado em 23/02/2017.

momento, ele não resolve por si a questão do “modelo de negócio”, tampouco, da independência jornalística.

### **2.3 Independência do que e para quem?**

Pensar em um conceito de independência em relação ao jornalismo é uma tarefa desafiadora. Há uma diversidade de textos sobre liberdade de expressão e de imprensa, mas são poucos os autores que tratam conceitualmente a questão da autonomia/independência. Muitos textos que abordam a temática são recentes, publicados nos últimos cinco anos. A preocupação em delimitar de maneira mais satisfatória este conceito tão polissêmico é, portanto, relativamente nova neste campo de pesquisa.

Entendemos que não é o caso de diferenciar aquilo que possamos considerar “organizações independentes” de outras “dependentes”. Esse jogo entre uma imprensa comprometida com interesses escusos do capital, de um lado, e outra imprensa descomprometida com qualquer coisa, de outro, ganhou muito espaço nas redes sociais nos últimos anos, em parte pelo processo de polarização social vivido no pré e no pós-golpe parlamentar que destituiu a presidenta da República, Dilma Rousseff [nota de rodapé]. De largada, tanto a “grande mídia” como os setores auto identificados como “blogueiros progressistas” [nota de rodapé] nos parecem muito comprometidos com suas posições políticas.

Ao invés de estabelecer uma régua que defina “os independentes” dos demais, é preciso refletir sobre o caráter relacional do conceito de independência. Afinal de contas, se é independente de algo ou alguém. Sempre há um outro na relação de independência/dependência. Segundo Venício Lima (2010), “geralmente se equaciona independência e autonomia no jornalismo em relação ao poder do Estado” (LIMA, 2013, p. 113). Esta relação imediata se dá por fatores históricos, que remontam a época do absolutismo e da idade média. Em alguns casos, perduram até hoje mecanismos de censura aos meios de comunicação ou de livre acesso à internet. No caso brasileiro, as organizações tidas como jornalísticas sempre mantiveram algum grau de dependência do Estado, desde a época do Brasil Colônia.

Esta interdependência se materializa por meio de subsídios, empréstimos bancários e financiamentos oficiais; de isenções fiscais,

publicidade legal obrigatória ou publicidade oficial e, mais recentemente, até mesmo pela compra volumosa – e sem licitação – de material didático (...). Por óbvio, essa interdependência histórica, muitas vezes fez com que o jornalismo se submetesse aos interesses do Estado, sobretudo nas relações da mídia regional e local com os governos estaduais e municipais. (LIMA, 2010, p. 114)

Para Lima, sempre que a própria mídia toca no assunto das liberdades de expressão e de imprensa, o Estado sempre é identificado como único poder que ameaça a autonomia do exercício do jornalismo (conforme tratamos anteriormente neste capítulo). Entretanto, a observação de outros autores nos mostra que não é apenas o Estado, nem o financiamento da atividade jornalística os únicos elementos a se pensar para definir critérios e parâmetros sobre a independência no jornalismo.

Para Karppinen e Moe (2016), o “cabo de guerra” sobre o significado de mídia independente é uma discussão tão antiga quanto à ideia de liberdade de imprensa. Entendida aqui como um conceito relacional, a independência no jornalismo pode ter diferentes significados em diferentes contextos, ou ainda, ser apropriada em nome de determinados interesses. O caso mais típico, no contexto europeu, é a maneira como as empresas privadas de comunicação se referem aos serviços públicos de radiodifusão, muito comuns naquele continente. Segundo os autores, o segmento privado refere-se a si próprio como “a mídia independente”, enquanto serviços como a BBC inglesa ou a RAI italiana seriam a “mídia estatal”. Para os empresários de comunicação, portanto, a ideia de independência se dá sempre em relação ao Estado.

O inverso também é verdadeiro. Os profissionais ligados aos serviços públicos de radiodifusão defendem que, mesmo sendo financiados direta ou indiretamente pelo Estado, por meio de taxas, estão livres de pressões comerciais ou de anunciantes, ou ainda, de pressões de investidores ou sócios com negócios em outras áreas da economia. Porém, Karppinen e Moe atestam que é possível os dois lados deste debate terem razão em relação ao outro. Os autores ainda traçam as noções mais comuns ao se falar em independência no jornalismo: ausência de controle ou influência por agentes externos; capacidade de indivíduos ou organizações de tomarem decisões baseados em sua própria lógica; autogoverno; liberdade de administrar seu negócio

jornalístico da maneira que convier, ou até mesmo, uma estratégia para ampliar seu público.

O significado da independência da mídia como um valor normativo depende claramente do contexto no qual ele é usado. Muitos discursos e conotações estabelecidos em torno do termo podem, assim, ser rastreados até contextos históricos e culturais específicos onde as organizações de mídia usaram propositadamente a noção para legitimar sua posição. Por exemplo, em países com uma imprensa politicamente alinhada [ao governo], jornais partidários podem declarar sua independência de afiliações políticas históricas, como parte de uma estratégia para ampliar seus leitores de segmentos políticos específicos para um público de massas (KARPPINEN & MOE, 2016, p. 107, tradução livre)<sup>20</sup>.

Em um aspecto normativo, independência pode se referir ao que Habermas chamava de “autonomia da esfera pública” [nota de rodapé]; o termo também pode ser compreendido como uma maneira de se distanciar da imprensa convencional (*mainstream*), ou ainda, da indústria convencional de mídia em determinado contexto. Esse distanciamento se daria não apenas no formato, mas nas práticas e rotinas de produção, um *jeito diferente de fazer* o jornalismo em si, onde as regras do mercado e da indústria convencional não aprisionariam a criatividade e liberdade autoral dos produtores. O termo “*indies*” (abreviação para *independents*) também é associado a projetos digitais inovadores, organizações sem fins lucrativos, ou ainda, veículos de

<sup>20</sup>No original: The meaning of media independence as a normative value clearly depends on the context in which it is used. Many of the established discourses and connotations around the term can thus be traced back to specific historical and cultural contexts where media organisations have purposefully used the notion to legitimise their position. In countries with a politically aligned press, for instance, party paper’s attempts to declare independence from historical party political affiliations can be seen as part of a strategy to widen their readership from specific political segments to a mass audience.

comunicação “subversivos” ou contrários ao “sistema”. (KARPPINEN e MOE, 2016). Porém, Hunter (2015) argumenta que a própria natureza precária do trabalho independente, assim como a falta de estrutura para executar o trabalho, deixa os *indies* tão ou mais vulneráveis a pressões externas ou outros interesses do que os jornalistas formalmente empregados.

### 2.3.1 Independência de e independência para

A maior contribuição de McQuail (2012) a este trabalho é a definição daquilo que chama de “indicadores de independência da mídia”, algo também citado, mas não desenvolvido, por Bucci (2009). Para McQuail, esses indicadores têm uma dupla articulação: *Independência de* e *independência para*. Para aferir o grau de independência de determinada organização jornalística, o autor afirma ser necessário caracterizar de quem queremos ser independentes. Portanto, *independência de* constitui-se como a independência de proprietários/redes/conglomerados, governo, restrições internas, anunciantes, fontes e grupos de pressão. Tendo autonomia em relação a estes setores, teremos *independência para* a criatividade artística, a defesa de determinado ponto de vista, de exercer um papel crítico e para promover a diversidade e a pluralidade. Segundo o autor, é difícil estipular estes critérios, uma vez que a diversidade dos veículos de mídia e de suas abordagens pode prejudicar a efetivação de critérios universais.

Não existe uma maneira simples de “medir” o grau (absoluto ou relativo) de independência dos sistemas ou setores de mídia, mesmo com informações muito detalhadas sobre sua organização estrutural. Existem muitas características variáveis para que isso seja possível. Diferenças de tradição e convenção geralmente são um desafio para a interpretação. Diferentes expectativas em relação à liberdade geralmente estão vinculadas a diferentes tipos de publicação e de conteúdo. As fontes e tipos de pressão são muito variáveis para serem captados por indicadores padronizados (McQUAIL, 2012, pp. 120-121).

A partir dessa divisão entre *independência de* e *independência para*, o autor deriva a ideia de Liberdade Estrutural (*independência de*) x Liberdade Editorial (*Independência para*). Neste sentido, McQUAIL (2012) conclui que os aspectos de financiamento da atividade jornalística são relevantes ao se pensar em independência editorial, mas não são os únicos elementos a serem considerados. A formulação se aproxima de Bucci (2009), quando ele formula a ideia de *condições internas* e *condições externas* para a independência.

### **2.3.2 Organizações mais ou menos independentes x condições para independência**

A pesquisadora grega Evangelia Psychogiopoulou (2014) oferece outro esquema interpretativo para o problema. Originária dos estudos do direito, a autora reconhece a complexidade do assunto, e busca uma abordagem a partir de parâmetros legais e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (que asseguram o direito à informação). Sua obra reúne diversos pesquisadores de países europeus para abordar o problema em perspectivas culturais-nacionais e de abordagem. Por se tratar de um livro sobre os sistemas midiáticos da Europa, a questão da independência em relação ao Estado aparece com muita frequência, devido aos robustos sistemas públicos de radiodifusão no continente. Este é um elemento frontalmente diferente do cenário brasileiro, (VALENTE, 2013; LOCATELLI, 2001; HERTZ, 1987; LIMA, 2010), onde estes sistemas de radiodifusão já nascem na esfera privada, apesar de, em alguns casos, em associação com o Estado de exceção na ditadura civil-militar. A partir dessas observações, Psychogiopoulou (2014) não trata de organizações jornalísticas mais ou menos independentes, mas sim, das *condições sob as quais* a independência pode se desenvolver.

A primeira delas seria o processo de produção das políticas regulatórias da comunicação em determinado contexto e a interação entre os diferentes agentes políticos, seus interesses e os próprios instrumentos regulatórios em si. Um segundo elemento, para a autora, é como o judiciário aplica a legislação pertinente ao assunto, podendo tanto assegurar o livre exercício do jornalismo como cerceá-lo, a depender do contexto. Terceiro, as pressões econômicas, tanto de anunciantes como dos proprietários dos veículos e do próprio Estado, cada qual com seus interesses imediatos, podendo ou não coincidir entre si e afetar o noticiário. Por fim, as ameaças e dilemas sofridos pelos

profissionais de jornalismo seriam a quarta dimensão sob a qual a independência editorial poderia ser afetada ou determinada. Ameaças físicas ou até mesmo precárias condições de trabalho, salários e escassez de emprego constituem vetores de interferência na autonomia das organizações. (PSYCHOGIOPOULOU, 2014).

Esta separação ajuda a compreender a complexidade do problema. Entretanto, numa perspectiva brasileira, onde o Estado não possui grandes sistemas de comunicação, tampouco órgãos regulatórios eficientes, dividir a esfera “política” e “judiciária” possa ser contraproducente. De fato, a esfera política parece ser a mais interessante para se pensar em termos nacionais, tendo em vista a cadeia de veículos de comunicação de propriedade direta e indireta de políticos e a presença de políticos nos tribunais. No “país dos 30 Berlusconi” (HERVIEU, 2013), esta dimensão do problema é fundamental.

### 2.3.3 Independência versus arbitrariedade

Schulz (2015) observa como nas línguas inglesa e alemã o termo *independence* é construído de forma negativa. No inglês, o prefixo *in* significa negação (*in-dependence*), assim como no alemão o prefixo *un* cumpre o mesmo papel (*Un-abhängigkeit*). A construção da palavra em português segue a mesma lógica (“in-dependência”). Nos três casos, a definição de independência é a “não dependência”, ou a ausência de dependência. O autor afirma ser difícil encontrar um sinônimo positivo nas duas línguas (e é igualmente difícil em português). Para Schulz, a palavra que mais se aproxima é autonomia (*autonomy*). Porém, enquanto a primeira impõe uma relação a algo (independente de quem ou do quê?), a segunda estaria mais relacionada a ações e regras.

Este raciocínio se contradiz com a ideia geral de independência como algo positivo, como uma qualidade que faz o sujeito ou organização serem “melhores” do que aqueles que são “dependentes”. Ao refletir sobre a diferença sutil entre independência e autonomia, Schulz propõe visualizar o termo *dependência* como principal. A partir deste movimento, fica mais fácil pensar o conceito não em relação a autonomia, mas sim, em relação à ideia de *controle*. A aparente positividade da ideia de independência é contestada pelo autor ao redefinir o conceito não mais como sinônimo de autonomia, mas sim, como *ausência de controle*. Uma organização **totalmente independente**, portanto, estaria imune a qualquer controle de agentes externos, sejam eles forças de repressão, órgãos reguladores e a sociedade em geral. A nocividade desta ideia reside num fato simples:

ao não haver controle algum, ao não haver um sistema de regras, limites e eventuais sanções para quem as descumpra, o sujeito ou organização totalmente independentes constituem-se, enfim, como seres arbitrários. Eles não apenas não precisam cumprir regras, como também não precisam justificar seus atos ou prestar contas a ninguém.

Esta abordagem pragmática vem com uma vantagem metodológica: se olharmos para a independência do ponto de vista de alguém que quer controlar o objeto cuja independência está em questão, pode-se usar a teoria reguladora para enquadrar a independência. Por estas razões, o conceito de independência aparece como um lado da moeda, o outro lado do qual é a teoria reguladora. (SCHULZ, 2013, posição 420/7875. Tradução livre<sup>21</sup>).

O mérito desta abordagem, portanto é a relação dialética que se estabelece entre as ideias de independência e regulação, na medida em que a construção da independência se dá em relação a um sistema de regras e convenções socialmente estabelecidos. Em outras palavras, a validação de uma relativa independência no jornalismo se dá na medida em que um sistema regulatório é eficiente em estabelecer limites claros para combater as eventuais arbitrariedades. Neste esquema interpretativo, a independência ou não de determinado objeto poderia ser verificada ao analisar os elementos capazes de causar dependência (*dependencers*) e autonomia (*autonomizers*). Segundo o autor, *dependencers* são fatores que possibilitam a um outro controlar o objeto sob o qual a independência está sendo analisada, enquanto os *autonomizers* se referem aos elementos que permitem que objeto aja de acordo com sua própria lógica. (SCHULZ, 2013).

<sup>21</sup> No original: This pragmatic approach comes with a methodological advantage: if we look at independence from the viewpoint of someone who wants to control the object whose independence is in question, we can make use of regulatory theory to frame independence. On these grounds, the concept of independence appears as one side of the coin, the other side of which is regulatory theory"

### 2.3.4 Independência como discurso mobilizador dos agentes

Outra perspectiva é trazida por Bennet, Strange e Medrado (2015), que defendem o conceito de “mídia independente” como um ideal utópico. Para os autores, a independência se articula em quatro campos distintos: o sócio-político, o industrial, o formal e o discursivo. É o papel discursivo o mais crucial para a formação dos cenários midiáticos, pois é do convencimento pelo discurso que os agentes sociais envolvidos se mobilizam para realizar o jornalismo como o conhecemos. É por essa motivação ou vontade que os legisladores produzem os mecanismos regulatórios, que as empresas formulam suas linhas editoriais, que os departamentos comerciais desenvolvem as estratégias de marketing, e assim por diante. Para os autores, **é a promessa de independência** que estrutura nossa experiência com a mídia. (BENNET, STRANGE & MEDRADO 2015, p. 2). A independência é entendida, portanto, como o elemento mobilizador dos agentes envolvidos na produção do jornalismo (repórteres, audiências, órgãos reguladores, empresas, organizações).

A ideia de “mídia independente” enquanto indústria se refere aos processos de apropriação do sistema econômico vigente de experiências fora da norma. Em outras palavras, a mídia independente seria, nessa concepção, mais um nicho de mercado. Assim como existem o “cinema independente”, “discos independentes”, a mídia independente seria um mercado mais reduzido, direcionado para quem tem o espírito mais crítico e não se identifica com as opções da mídia tradicional. Esta concepção se relaciona com as liberdades dos trabalhadores da cultura, onde a segurança do emprego formal e papéis pré-determinados são substituídos pela autonomia, poder maior de escolha, e, em certos casos, a ausência de empregadores-empregados, assim como maior vulnerabilidade econômica e social. Nestes termos, trabalhar com liberdade se confunde com trabalhar de graça.

No sentido sócio-político, a mídia independente é vista como fiscalizadora mais agressiva dos governantes e de condutas sociais, em geral, ligada a movimentos de esquerda, de contestação ao sistema capitalista, ou ainda, a questões identitárias (feminismo, LGBTs, etc). Aqui, jornalismo e ativismo são ideias que se confundem. Como

exemplos, poderíamos citar portais como *Azmina*<sup>22</sup>, *Geledes*<sup>23</sup>, entre outros.

Já no sentido formal, a mídia independente age como mobilizadora de uma estética particular, geralmente de caráter elitizado, onde a ênfase da produção está na autenticidade ou no alto padrão de qualidade sob o qual é produzido. Possui relação com o capital cultural gerado, lidando com as questões estéticas, de inovação, radicalidade, entre outros (por exemplo, as revistas *Piauí*, *Cult*, entre outras). Esta relação mais livre e ao mesmo tempo mais precária do jornalista independente compõe uma dimensão ético-moral em relação ao trabalho. Em busca de realização profissional, do sentimento de “dever cumprido”, de exercer o jornalismo enquanto serviço público, enfim, de “fazer um bom trabalho” que “faça a diferença”, os profissionais da área se submetem, segundo os autores, a precárias condições de trabalho, à flexibilização de direitos, e à uma relação de trabalho neoliberal.

O que emerge, portanto, é uma economia moral híbrida de independentes digitais informados pela ética de trabalhadores individuais, incluindo um compromisso com os ideais de independência, um ethos compartilhado de cultura digital e compromisso com o serviço público de radiodifusão que enfatiza a produção de bens que não existem simplesmente para o lucro, mas procuram "fazer a diferença" na sociedade<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> A Revista *AzMina* é uma publicação online dirigida ao público feminino. Segundo a própria descrição do portal, seu objetivo é promover jornalismo investigativo, “sem rabo preso com anunciantes”. Aborda temas ligados ao feminismo, gênero e emancipação das mulheres. Disponível em <http://azmina.com.br/>, acessado em 25/05/2017.

<sup>23</sup> Geledés ou Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil fundada em 30 de abril de 1988, que busca defender mulheres e negros. A ONG mantém um portal de notícias com esta temática. Disponível em <http://www.geledes.org.br/>, acessado em 25/05/2017

<sup>24</sup> No original: What emerges, therefore, is a hybrid moral economy of digital independents informed by the ethics of individual workers, including a commitment to ideals of independence, a shared ethos from digital culture and a commitment to public service broadcasting that emphasizes the production of

(BENNET; STRANGE; MEDRADO, 2015, p. 143, tradução livre).

## 2.4 Independência como um conceito relacional

Como vimos neste capítulo, a discussão sobre o conceito de independência no jornalismo ganhou fôlego em obras que abordam a problemática, em especial nos últimos anos (MEYER, 2007; BUCCI, 2009; CAGÉ, 2009; LIMA, 2010; McQUAIL, 2012; ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013; PSYCHOGIOPOULOU, 2014, BENNET; STRANGE; MEDRADO, 2015; HUNTER, 2015; IRION; RADU, 2016; KARPPINEN; MOE, 2016). Apesar de diferentes perspectivas sobre o conceito, os autores citados neste capítulo parecem concordar em definir a ideia de independência (seja no jornalismo, seja em linhas gerais) como um conceito relacional, que precisa ser viabilizado a partir de condições sociais, econômicas, políticas e culturais próprias. Em grande parte destes autores, há uma preocupação legítima com o papel do Estado no processo regulatório – para o bem e para o mal – e ainda, com o papel das chamadas Agências Regulatórias Independentes (IRAs, na sigla em inglês), responsáveis pela regulação das comunicações em boa parte da União Europeia<sup>25</sup>. Até o momento, a investigação nos leva a partir do pressuposto de que, diferente de alguns instrumentos que serão analisados nas próximas páginas, os parâmetros para definição da independência jornalística não nos parecem universais, e variam entre as diferentes sociedades. Em que pese à contribuição dos autores acima citados, agências reguladoras fortes, sistemas públicos de radiodifusão enraizados não fazem parte do cenário brasileiro, o que nos leva a pensar em características próprias para esta realidade particular.

A relação entre liberdade de imprensa e independência editorial guardam uma relação umbilical, ao ponto que os elementos que podem ser observador para determinar as condições de liberdade de imprensa são, também, os mesmos para o problema da independência. Diferente de Bucci (2009), que a partir de uma perspectiva mais liberal, centra sua

---

goods that do not simply exist for profit, but seek to “make a difference” in society”.

<sup>25</sup> Segundo Irion e Radu (2016), as agências reguladoras independentes estão presentes em 34 dos 39 países integrantes da União Europeia, o que mostra a consolidação deste modelo regulatório naquele continente.

análise sobre o jornalista enquanto indivíduo, suas relações com as fontes, seus pressupostos éticos, entre outros, em nossa perspectiva, interessam as questões “sociológicas” que incidem sobre as organizações e instituições promotoras do jornalismo.

Não encontramos, até o presente momento, pesquisas que se preocupassem em aferir a independência, o que dificulta o processo de definição de critérios mais apropriados para este trabalho. Entretanto, a partir da comparação e das abordagens teóricas deste capítulo, analisaremos instrumentos semelhantes, que buscam medir a liberdade de imprensa nos diversos países do mundo, e também, relatórios de organismos internacionais e nacionais, que investigam desde a concentração da propriedade dos meios de comunicação, e ainda a violência contra jornalistas no país. A partir desta análise e do embasamento teórico proposto, poderemos refletir sobre critérios mais apropriados para fazer cumprir os objetivos deste trabalho.

### **3 INSTRUMENTOS DE AFERIÇÃO DE LIBERDADE DE IMPRENSA, AUTONOMIA E VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS**

Neste capítulo, vamos apresentar alguns instrumentos de aferição da liberdade jornalística no mundo, da violência contra jornalistas no Brasil e em Santa Catarina. A partir da análise crítica destes documentos e das reflexões permitidas após a revisão bibliográfica, poderemos definir de maneira mais clara critérios satisfatórios para analisar a realidade da independência jornalística em Santa Catarina. A escolha desta unidade da federação se dá por dois motivos principais: primeiro, por ser o território onde este pesquisador passou toda sua vida adulta e onde pode vivenciar experiências como jornalista profissional. E segundo, porque os instrumentos analisados são de grande amplitude, deixando de considerar especificidades locais, ou ainda, analisando um contexto nacional apenas pela expressão dos seus principais centros urbanos.

#### **3.1 Violência contra jornalistas: os relatórios da CIDH e da FENAJ**

Além das amarras econômicas, da influência de políticos, do Estado ou ainda provenientes da relação capital-trabalho, há momentos que a independência dos profissionais de imprensa é impedida pela agressão moral, verbal ou física, chegando em alguns casos até ao assassinato. Por isso, os relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA), e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), são importantes instrumentos para acompanhamento e denúncia dos casos de violência contra os jornalistas, entre outros impedimentos, como decisões judiciais. Analisamos a seguir alguns dados e orientações apresentados por estes relatórios.

O Relatório Especial para a Liberdade de Expressão foi criado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em outubro de 1997. Desde sua criação, o documento obteve apoio dos Estados-Membros da OEA. Neste sentido, a organização afirma ter trabalhado na promoção do direito à liberdade de expressão, por meio de assistência em casos de processos judiciais, assim como pela promoção de conferências, seminários, apoio a pesquisas, treinamentos e atividades de formação para servidores públicos, jornalistas e defensores do direito à liberdade de expressão. O relatório da OEA é formulado a partir de dados dos Estados-membros, organizações governamentais e outras não-

governamentais. No decorrer do relatório, há observações sobre “avanços” e “retrocessos” em cada país. Observaremos, na sequência, a avaliação que a OEA faz do Brasil.

O relatório traz diversas medidas judiciais favoráveis ao que a OEA considera “garantia da liberdade de expressão”, citando casos que envolvem jornalistas, mas também, ativistas de movimentos sociais e pessoas comuns. Além de decisões favoráveis neste sentido, a OEA considerou um avanço a regulamentação do direito de resposta. O documento também considera importante a simplificação do processo para obtenção de outorgas para rádios comunitárias e educativas, realizado em 2015 pelo Ministério das Comunicações (conf. CIDH, 2016, p. 74-76).

Na sequência, o relatório lista os assassinatos contra jornalistas e comunicadores em 2015, classificando a situação brasileira como "preocupante" em relação a outros países da OEA. Segundo o documento, entre os anos de 2012 e 2014, 14 profissionais foram assassinados, 18 foram vítimas de atentados, 51 sofreram ameaças de morte e quatro foram sequestrados, totalizando 87 vítimas.

As organizações participantes afirmaram que não existem medidas específicas de proteção para jornalistas, e que sabem que existe um mecanismo para servi-los, ou seja, o Programa Nacional para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos. **Eles indicaram que os comunicadores não veem a si próprios como defensores dos direitos humanos e, portanto, são muito poucos os que exigem algum tipo de ajuda a programas de proteção.** Eles também observaram que a falta de estrutura e recursos adequados para ajudar e proteger os direitos humanos dos próprios defensores significa que a mera inclusão de comunicadores também pode ser uma solução ineficaz para a proteção. (CIDH, 2016, p. 79, tradução livre, grifos nossos)<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> No original: Las organizaciones participantes afirmaron que no existen medidas específicas de protección para comunicadores, y que desconocen que existe un mecanismo para atenderlos, es decir, el Programa Nacional de Protección a los Defensores de Derechos Humanos. Indicaron que los

Para a CIDH, o ano de 2015 foi um dos piores para o exercício do jornalismo no Brasil. "Em algumas regiões do país, a violência e o assassinato de jornalistas se tornaram frequentes<sup>27</sup>" (CIDH, 2015, p. 79). A organização recomenda ainda que funcionários públicos devem repudiar os ataques e represálias contra a liberdade de expressão, e que os sistemas jurídicos sejam alterados para que os delitos contra a liberdade de expressão sejam punidos de maneira exemplar, pois "são ataques a todos os direitos fundamentais".

Entre as recomendações, a CIDH aponta alguns itens para prevenir a violência contra jornalistas: a) Que os agentes públicos – de carreira ou eleitos – adotem um discurso que ajude a prevenir a violência contra jornalistas. Para a CIDH, essa é uma obrigação dos agentes b) Instruir as forças de segurança a respeitar os profissionais de imprensa e meios de comunicação c) o respeito integral ao direito de sigilo das fontes, anotações e arquivos pessoais d) a obrigação de punir a violência contra jornalistas, o que requer modificações no ordenamento jurídico atual, e por fim e) a obrigação de manter estatísticas precisas sobre a violência contra jornalistas. Para a CIDH, estes indicadores são fundamentais para que se formulem políticas públicas com vistas a prevenir a violência.

Além da violência, a CIDH aponta como uma das principais ameaças à liberdade de expressão a grande concentração dos meios de comunicação no país. Segundo dados do relatório, a concentração é demonstrada pela grande fatia do mercado publicitário que fica exclusivamente com a Rede Globo (70%); o fenômeno do coronelismo eletrônico, onde políticos são proprietários das concessões de rádio e TV apesar do veto constitucional, e ainda, que apenas cinco emissoras tenham alcance territorial acima de dois dígitos do público (Globo, SBT,

---

comunicadores no se ven como defensores de derechos humanos y por eso son muy pocos los que demandan algún tipo de ayuda a programas de protección. Asimismo, señalaron que la falta de estructura y de recursos adecuados para atender y proteger a los propios defensores de derechos humanos significaría que la mera inclusión de comunicadores podría ser también una solución ineficaz para su protección.

<sup>27</sup> No original: "En algunas regiones del país la violencia y el asesinato de periodistas se volvieron frecuentes"

Record, Bandeirantes e Rede TV). O item 12 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da CIDH estabelece que:

Monopólios ou oligopólios na propriedade e controle dos meios de comunicação devem estar sujeitos a leis antitruste, vez que conspiram contra a democracia através da limitação da pluralidade e da diversidade que asseguram o pleno exercício do direito à informação dos cidadãos. Em nenhum caso tais leis se aplicam exclusivamente aos meios de comunicação. Atribuições de frequências de rádio e televisão devem considerar critérios democráticos que garantam a igualdade de oportunidades para que todos os indivíduos tenham acesso aos mesmos" (CIDH, 2016, p. 98).

Ao contrário dos dados apresentados pela OEA, que listam os casos de violência contra a liberdade de expressão em geral, a FENAJ apresenta dados específicos sobre agressões a jornalistas em seu exercício profissional. As informações são coletadas pelos 31 Sindicatos de Jornalistas do país filiados à FENAJ, e sistematizadas pela organização. Inicialmente, o documento se conformou como uma espécie de “contra relatório” às publicações de entidades patronais como a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Para a Federação, os relatórios patronais – muitas vezes utilizados como referência para organismos internacionais – escamoteavam casos de violência contra jornalistas em que os agressores eram os proprietários dos jornais. Suas primeiras edições foram publicadas entre 1998 e 2001. Após um hiato de três anos, a FENAJ retomou a publicação do relatório em 2005.

A FENAJ classifica como "violência contra jornalistas" as seguintes práticas por agentes públicos e privados: assassinatos, agressões físicas, agressões verbais, ameaças/intimidações, atentados, censura, cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais, impedimento do exercício profissional, detenções/prisões, violência contra a organização sindical e mortes violentas por acidentes. Para os fins propostos nesta pesquisa, analisamos os dados de violência contra jornalistas na década incompleta de 2010, em especial em Santa Catarina, que é objeto deste trabalho.

**Tabela 1** – Comparativo de casos de violência contra jornalistas em Santa Catarina, no Sul e no Brasil

CASOS REGISTRADOS				POSIÇÃO DO SUL EM RELAÇÃO A BR
ANO	EM SC	NO SUL	NO BR	
2010	1	3	39	5º
2011	2	5	62	5º
2012	1	10	89	5º
2013	0	2	189	5º
2014	7	16	129	3º
2015	7	18	139	4º
2016	10	30	161	2º

Fonte: elaborada pelo autor a partir dos relatórios da FENAJ

Entre os anos de 2010 e 2013, Santa Catarina e a região Sul do país se apresentavam como umas das menos violentas para os jornalistas brasileiros. Nestes quatro anos, foram apenas quatro casos de violência no Estado e 18 no Sul do Brasil, sendo, portanto, a região menos violenta do país para a imprensa. No mesmo período, as agressões cresciam em disparada pelo Brasil, em especial em 2013, ano dos protestos de junho que mobilizaram o país e fizeram retroceder aumentos nas tarifas do transporte público em diversas cidades.

É a partir de 2014 que os números começam a subir. A região Sul, sempre considerada a menos violenta, chegou ao terceiro (2014) e segundo lugar (2016) onde ocorreram mais casos de violência. De um episódio em 2010, saltou-se para 10 em 2016 em Santa Catarina. Na região, a evolução foi de três casos para 30 no mesmo período.

Em números totais, o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina reportou à FENAJ 28 casos de violência contra jornalistas entre 2010 e 2016, número este que pode estar subestimado, uma vez que nem todas as vítimas reportam os acontecimentos ao sindicato profissional. Nesta década, foram oito episódios de agressão física, sete de ameaças/intimidações, quatro agressões verbais, quatro casos de impedimento do exercício profissional, três episódios de violência

contra a organização sindical<sup>28</sup> e duas prisões ou detenções, uma delas com agravante de crime de tortura.

### **3.2 Freedom Of The Press 2016 x World Press Freedom Index**

Como já exposto na introdução deste trabalho (conf. p.11-14), o relatório *Freedom Of The Press 2016*, elaborado pela Freedom House, analisa a liberdade de imprensa em 199 países e territórios do mundo. O documento é produzido anualmente, desde 1980. Cada país/território é classificado por uma pontuação de 0 (melhor) a 100 (pior), com base em um questionário de 23 perguntas, enviados a especialistas, professores universitários e autoridades. A pontuação total determina a designação entre “livre” (de zero a 30), “parcialmente livre” (de 31 a 60) e “não livre” (61 a 100). As pontuações do relatório 2016 correspondem a eventos ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015. A organização utiliza os mesmos critérios para todos os países, independentemente do grau de desenvolvimento econômico ou diferenças étnicas, religiosas ou culturais.

Todos os estados, do mais democrático ao mais autoritário, estão comprometidos com essa doutrina através do sistema das Nações Unidas; negá-lo é negar a universalidade dos direitos humanos básicos. Enquanto as distinções culturais ou subdesenvolvimento econômico podem afetar o caráter ou o volume dos fluxos de notícias dentro de um país ou território, estas e outras diferenças não são explicações aceitáveis para as infrações, tais como o controle centralizado do conteúdo de notícias e informações<sup>29</sup>. (FREEDOM HOUSE, 2016, pg.1, tradução livre).

<sup>28</sup> Vale destacar que os três episódios mencionados no relatório da FENAJ foram cometidos por unicamente pelo antigo Grupo RBS (atual NC Comunicações).

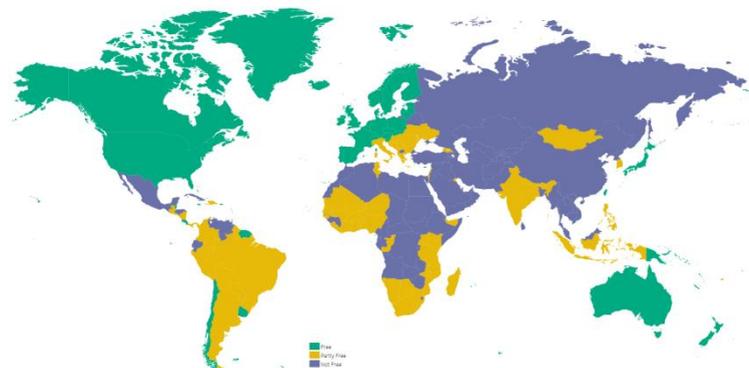
<sup>29</sup> No original: All states, from the most democratic to the most authoritarian, are committed to this doctrine through the UN system; to deny it is to deny the universality of basic human rights. While cultural distinctions or economic underdevelopment may affect the character or volume of news flows within a country or territory, these and other differences are not acceptable explanations

Os resultados são determinados através de um processo de análise e avaliação em várias fases, envolvendo cerca de 90 analistas. Eles reúnem informações de pesquisas de campo, contatos com profissionais da área, relatórios de organizações locais, regionais e internacionais, relatórios de governos e organismos multilaterais, além de relatos da imprensa local e internacional. Os analistas de cada região promovem sete encontros anuais com equipes acadêmicas, para revisar as pontuações e as respostas obtidas, no sentido de garantir a comparabilidade e consistência nos resultados. Segundo o relatório, alguns aspectos da metodologia foram sendo modificados em razão do surgimento dos meios digitais, mas estas mudanças não afetariam a comparabilidade dos resultados ao longo dos anos.

As questões são divididas em três grandes tópicos: o ambiente jurídico, o ambiente político, e o ambiente econômico de cada país. Na categoria jurídica, o questionário avalia os marcos regulatórios de mídia e como, na prática, eles são utilizados pelos governos e pelo judiciário para restringir ou permitir o livre fluxo de informações. São avaliados mecanismos como a Constituição, legislação de segurança, código penal, existência ou não de órgãos reguladores, entre outros. No quesito político, busca-se aferir o grau de influência política no conteúdo dos meios de comunicação, examinar a independência editorial dos meios estatais e privados, o acesso à informação e às fontes, a existência de censura oficial e/ou autocensura. Também é avaliada a diversidade de notícias disponíveis dentro de cada país ou território, a possibilidade de jornalistas estrangeiros ou nativos cobrirem as notícias, além de elementos como detenções arbitrárias, agressões violentas, e outras formas de intimidação. No aspecto econômico, a Freedom House questiona o grau de concentração dos meios de comunicação, a estrutura de propriedade, os custos do estabelecimento de meios de comunicação social, bem como quaisquer impedimentos à produção e distribuição de notícias; o volume de recursos de publicidade estatal, o impacto da corrupção e suborno para alteração do conteúdo, entre outros. A lista de pesquisadores/consultores utilizados para elaborar o estudo fica disponível no site da instituição.

---

for infringements such as centralized control of the content of news and information.

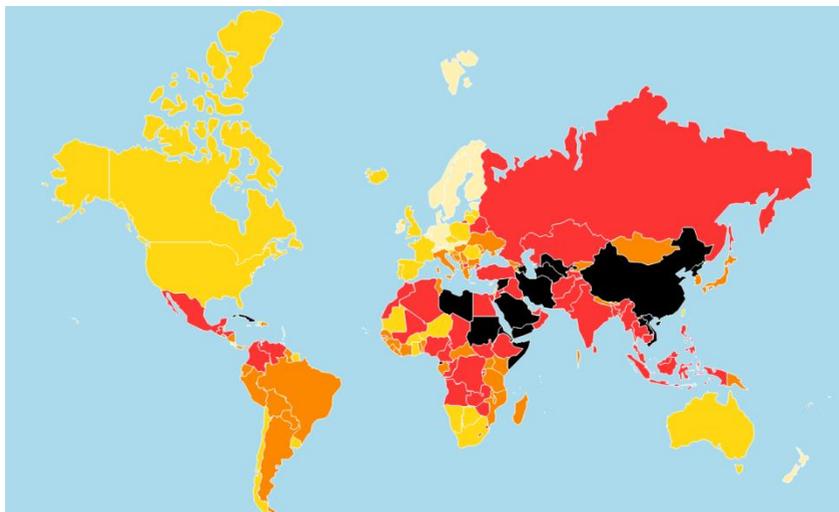


**Figura 1- Liberdade de Imprensa no mundo, segundo a Freedom House: livre (verde), parcialmente livre (amarelo) e não-livre (roxo).** Fonte: *Freedom Of The Press 2016*.

No caso da Repórteres Sem Fronteiras, o índice é elaborado a partir de um questionário de 87 perguntas, traduzidas em mais de 20 idiomas, sobre a realidade de 180 países. Esta análise qualitativa é combinada com dados quantitativos sobre os abusos e atos de violência contra jornalistas durante o período avaliado, no caso, o ano 2015. Os critérios do questionário são mais amplos do que os propostos pela Freedom House. São eles a) pluralismo b) independência da mídia c) ambiente de mídia e autocensura d) quadro legislativo e) transparência e a qualidade da infraestrutura. Um sétimo indicador é formado a partir de dados recolhidos sobre os abusos e atos de violência contra jornalistas é levado em conta no cálculo. O questionário é destinado aos profissionais da mídia, advogados e sociólogos que são convidados para respondê-lo. As pontuações são calculadas com base nas respostas dos peritos selecionados pela RSF em conjunto com os dados sobre abusos e violência contra jornalistas. Uma equipe de especialistas da RSF mantém registros dos casos de violência, a partir de uma rede de correspondentes em 130 países. Este indicador quantitativo é então utilizado para ponderar a análise qualitativa da situação no país com base nas respostas aos questionários. A pesquisa é realizada desde 2002, mas só em 2013 a RSF adotou a escala de zero a 100, de maneira similar à Freedom House, para permitir melhor comparabilidade entre os índices ano a ano. Diferentemente da FH, a RSF publica em sua página qual a fórmula de cálculo do índice. O tempo em que jornalistas

permanecem encarcerados injustamente também piora o índice de determinado país.

O mapa produzido oferece uma visão geral da liberdade de imprensa no mundo a partir de cinco categorias: De 0 a 15 pontos: Boa (branco); a partir de 15.01 a 25 pontos: satisfatória (amarelo); a partir de 25.01 a 35 pontos: Problemática (laranja); a partir de 35.01 a 55 pontos: ruim (vermelho) e a partir de 55,01 a 100 pontos: Muito ruim (preto).



**Figura 2-** Liberdade de Imprensa no mundo, segundo *Repórteres Sem Fronteiras*: bom (branco), satisfatório (amarelo), problemático (laranja), ruim (vermelho) e muito ruim (preto). Fonte: 2016 *World Press Freedom Index*

Se a princípio, os mapas das duas instituições parecem similares, a comparação entre os resultados revela diferenças significativas no que se consideram países com ou sem liberdade de imprensa. Para poder realizar a comparação, foi necessário equiparar as duas listagens. Há diferenças nos países avaliados (199 no *Freedom Of The Press*, 180 no *Index*). Mantendo apenas os países/territórios que coincidem nos dois estudos, chegamos a 176 países. A partir desta ressalva, consideramos para efeitos comparativos, cruzar a pontuação obtida pelos países em cada estudo, ao invés da colocação (1º, 2º, 3º, etc.), já que a exclusão dos países “divergentes” mudaria a ordenação das listagens. Também realizamos o arredondamento das pontuações do *Index*, que apresentou os resultados com números fracionados. Mantivemos números inteiros para melhor comparação com os dados da Freedom House,

arredondando frações até 0,5 para baixo, e acima disto, para cima. Feitas as adequações, constatou-se que em 70 países/territórios (40%) a diferença na pontuação é maior do que 20 posições. Em outros 46 (27%), ela fica entre 20 e 10 posições de diferença, e em 54 casos (31%), menor do que 10 posições. As pontuações são idênticas em apenas dois casos (Noruega e Islândia), representando 1% da amostra. Ou seja, em 67% dos casos, há uma diferença considerável na pontuação atribuída aos países.

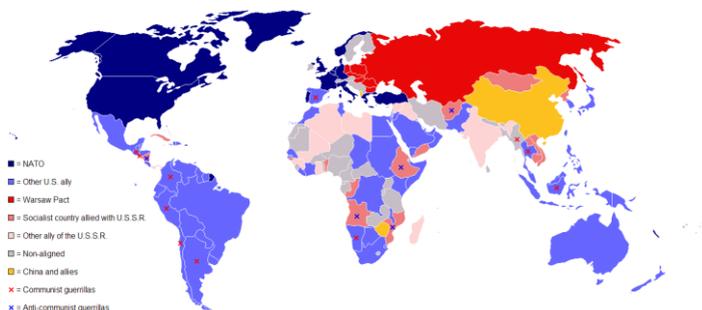
Salta aos olhos como o documento da ONG estadunidense atribui pontuações mais severas ao conjunto das nações. O planeta seria “parcialmente livre” com média final 51 pelos critérios da Freedom House. O número chama a atenção, pois está próximo de cruzar a linha do “60”, onde se passaria para “não livre”. Ao mesmo tempo, pelos critérios da Repórteres Sem Fronteiras, o mundo seria considerado “problemático”, com nota mais amena: 35. Se para a FH estamos a nove pontos, na média, da pior situação possível (não livre), para a RSF a distância é de 20 pontos. A observação dos cinco piores países para a liberdade de imprensa ilustra bem essa diferença. Para os estadunidenses, figuram Cuba (91), Eritreia (94), Uzbequistão (95), Turcomenistão – (96) e Coreia do Norte (97). Já para os franceses, China (81), Síria (81), Turcomenistão (83), Coreia do Norte (84) e Eritreia (84). A diferença de pontuação entre os últimos colocados das duas listas é de 13 pontos.

A comparação dos questionários aplicados pela Freedom House e pela Repórteres Sem Fronteiras são um caminho para pensarmos a elaboração de um instrumento próprio, adaptado para a abrangência deste estudo. Como já observado, a FH aplica um questionário de “23 perguntas”, que na verdade se desdobram em 123 questões/tópicos a serem respondidos pelo corpo de analistas que colaboram com a ONG. Quase metade das perguntas (51) se concentra no critério “ambiente jurídico”, 44 são sobre o “ambiente político” e 28 se concentram sobre o ambiente econômico. As perguntas são abertas (discursivas), mas podem, em muitos casos, serem respondidas simplesmente com “sim” ou “não”.

Na perspectiva desta pesquisa, boa parte das perguntas propostas pela Freedom House podem ser pontos de partida para caracterizar o cenário catarinense e brasileiro, mas não para serem aplicadas diretamente à amostra. Como o ponto de vista destas ONGs é global, se faz necessário perguntar aos especialistas certos aspectos, como se as Constituições garantem liberdade de imprensa, se há leis como direito

de resposta, existência ou não de agências reguladoras, quais tipos de penalidades existem ou não para crimes de difamação ou injúria, e assim por diante. Em nosso caso, uma caracterização do marco legal das comunicações no Brasil pode ser útil, mas como nosso foco é a percepção sobre a independência jornalística, algumas perguntas ficariam deslocadas ou de difícil adaptação. Algumas questões sobre o “ambiente político” poderiam ser interessantes, como se os agentes governamentais estimulam ou utilizam sites de notícias falsas, colunistas pagos (*commentators*), ou até mesmo robôs e perfis falsos em redes sociais. Ou ainda, se o acesso a coletivas de imprensa ou eventos oficiais é garantido independentemente da linha editorial do veículo.

O questionário utilizado pela Repórteres Sem Fronteiras parece mais sofisticado, e permite ao respondente um grau de relativização maior das respostas. Quase todas as questões são propostas em escalas de 1 a 10, o que a princípio eleva a qualidade das respostas para além do “sim” ou “não”. A ordenação das questões também obedece a critérios mais complexos: Pluralismo, independência da mídia, ambiente de mídia e autocensura, quadro legislativo, transparência e qualidade da infraestrutura. Há mais possibilidades de adaptações deste questionário, em especial nas questões relativas aos três primeiros parâmetros. São propostas questões em relação à dependência de subsídios estatais, como eles são distribuídos, se há favorecimento para determinadas empresas, se há a possibilidade de formação superior em jornalismo, qual a possibilidade de demissão de um profissional por pressão política, entre outros elementos. Apesar das diferenças, a semelhança dos mapas produzidos pelas duas organizações rememora outra divisão do planeta, muito conhecida na década de 1980: o mapa de países da segunda guerra mundial, alinhados ou com os Estados Unidos ou com a União Soviética. Este componente ideológico pró-Estados Unidos é mais gritante no relatório da Freedom House.



**Figura 3-** Mapa da Guerra Fria: Em tons de azul, países alinhados aos Estados Unidos; Em tons de vermelho, países alinhados à União Soviética<sup>30</sup>.

Tanto a Freedom House quanto a Repórteres Sem Fronteiras já foram severamente criticadas por conta de suas supostas relações com o Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos. Em tese, o financiamento destas organizações (em todo ou em parte) teria origem no governo estadunidense, como maneira de propagandar sua própria versão sobre a liberdade de expressão, de imprensa, em especial nos países considerados “subdesenvolvidos” e não-alinhados com os interesses dos EUA. Seus relatórios, utilizados como referência para diversos organismos internacionais, seriam uma maneira de influenciar, portanto, a política global neste sentido. O equilíbrio da ONG na definição de países mais ou menos perigosos para a liberdade de imprensa tem sido alvo de críticas de partidos, sindicatos e associações profissionais de jornalistas de diferentes países. Em 2012, o repórter brasileiro Gianni Carta, da *Carta Capital*, publicou artigo<sup>31</sup> com duras críticas a ONG francesa. Segundo Carta, o ex-secretário da RSF, Robert Ménard, recebeu financiamento dos Estados Unidos para “difamar” países que não estavam alinhados aos interesses políticos daquele país,

<sup>30</sup> Mapa retirado de

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/9b/Cold\\_War\\_Map\\_1980.svg/1280px-Cold\\_War\\_Map\\_1980.svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/9b/Cold_War_Map_1980.svg/1280px-Cold_War_Map_1980.svg.png). Acessado em 28/02/2017.

<sup>31</sup> CARTA, Gianni. Unesco questiona métodos da Repórteres Sem Fronteiras. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/internacional/unesco-questiona-metodos-da-reporteres-sem-fronteiras>, acessado em 28/02/2017.

em especial, países latino-americanos como Equador, Venezuela e Bolívia. No mesmo ano, a Unesco descredenciou a RSF do rol de organizações associadas por, supostamente, não cumprirem as exigências éticas em seus trabalhos (atualmente, o convênio entre RSF e Unesco foi retomado). A RSF é comumente acusada de ter ligações com opositores em Cuba, Venezuela e outros países. Ménard também já deu declarações de que a tortura “seria justificada em alguns casos”<sup>32</sup>.

Há mais de 10 anos, o jornal *Financial Times*<sup>33</sup> revelou que a ONG Freedom House recebia financiamento do Departamento de Estado, durante o governo de George Bush Filho, para promover "atividades clandestinas" dentro do Irã. Acusações de que a ONG seria uma “fachada” para atividades ilegais em países onde os Estados Unidos tem interesses acumulam-se ao longo dos anos. Em 2004, o então deputado Ron Paul, do partido Democratas, denunciou a ONG por aplicar um “programa clandestino” na Ucrânia com recursos do governo, que teriam sido utilizados para financiar um dos candidatos nas eleições daquele país.

Apesar das críticas e relações de poder estabelecidas com estas organizações, nosso objetivo neste trabalho não é o de avaliar propriamente os resultados obtidos pela Freedom House e pela Repórteres Sem Fronteiras, mas sim, comparar as metodologias utilizadas. A partir disto, observar o que delas pode ser aproveitado – ou não – para a execução deste trabalho. Ainda considerando estes problemas, são perceptíveis como as perspectivas metodológicas das duas organizações parecem influir consideravelmente nos resultados apresentados. Vejamos em comparação os critérios utilizados por ambas.

<sup>32</sup> A versão em inglês da Wikipedia traz uma lista de polêmicas nas quais a organização se envolveu. Consultar em [https://en.wikipedia.org/wiki/Reporters\\_Without\\_Borders#cite\\_note-99](https://en.wikipedia.org/wiki/Reporters_Without_Borders#cite_note-99), acessado em 28/02/2017. Para outras críticas a parcialidade da RSF, conferir ainda ROSENTHAL, John. *The Reporters Without Borders Press Freedom Index: Independent Assessment or EU Propaganda?* 2007. Disponível em , acessado em 28/02/2017.

<sup>33</sup> DINMORE, Guy. "Bush enters debate on freedom in Iran". *The Financial Times*. Publicado em 6 de abril de 2006. Disponível em . Acessado em 28/02/2017.

**Tabela 2 - Critérios usados para elaboração dos questionários**

FREEDOM HOUSE	REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS
Ambientes jurídico, político e econômico	Pluralismo; independência da mídia; ambiente de mídia e autocensura; quadro legislativo; transparência e qualidade da infraestrutura; abusos (violência contra jornalistas)

Fonte: elaborada pelo autor

Estas diferentes perspectivas, tanto teóricas quanto metodológicas, nos ajudam a pensar em categorias analíticas para o problema da independência e da liberdade de imprensa. Mesmo usando terminologias diferentes, com objetivos diferentes, as duas ONGs apresentam pressupostos analíticos que se confundem ou são próximos dos autores que estão pensando as condições para a independência editorial.

São notórias as similaridades de perspectivas entre Bucci (2009), Psychogiopoulou (2014) e os critérios utilizados na metodologia do *Freedom Of The Press*. Por outro lado, o *Index* trabalha com classificações mais específicas, incluindo perguntas sobre, por exemplo, liberdade sindical para jornalistas. Pensar questões como pluralidade e a própria violência contra os jornalistas como categorias centrais para medir a liberdade/independência nos parece muito relevante. Afinal, pode-se ter o melhor marco regulatório, mídias desconcentradas e não oligopolizadas, juízes progressistas, mas se as forças repressivas, o narcotráfico, os políticos e outros segmentos praticarem a violência física, a perseguição e a morte de jornalistas, não teremos um ambiente de independência. Psychogiopoulou também traz esse elemento sobre a “segurança” dos jornalistas como algo central, porém, adiciona preocupações como salários dos jornalistas, empregabilidade, nível de precarização do trabalho, entre outros, como elementos a serem observados.

A discussão sobre um conceito mais claro de independência se mostra, conforme a bibliografia apresentada, bastante complexa. É perceptível a relação entre liberdade de imprensa e independência no jornalismo, sendo a segunda a materialização da primeira, conforme

Bucci (2009). Também fica claro, na maioria dos autores a polissemia do termo independência, analisado tanto do ponto de vista “prático” quanto ideológico. Para visualizar melhor as diferentes perspectivas apresentadas neste trabalho, organizamos os conceitos no quadro abaixo:

**Tabela 3 - Categorias analíticas sobre liberdade de imprensa/independência**

<b>BUCCI (2009)</b>	<b>McQUAIL (2012)</b>	<b>PSYCHOGIOP OULOU (2014)</b>	<b>KARPINEN &amp; MOE (2016)</b>
Condições Externas e internas de independência	<b>independência de:</b> proprietários/redes, governo, restrições internas, anunciantes, fontes e grupos de pressão; <b>independência para:</b> criatividade artística, defesa de determinado ponto de vista, papel crítico e a diversidade	Ambiente político, atuação do judiciário, pressões econômicas e condições de trabalho	Independência como conceito relacional; ausência de controle ou influência por agentes externos; tomar decisões baseados em sua própria lógica; autogoverno
<b>BENNET (2015)</b>	<b>SCHULZ (2015)</b>	<b>FREEDOM HOUSE</b>	<b>RSF</b>
Independência como fator sócio-político, formal, discursivo e industrial.	Relação dialética entre "independência/regulação"; análise da independência a partir de " <i>dependencers</i> " e " <i>autonomizers</i> ".	Ambiente jurídico, político e econômico	Pluralismo; independência da mídia; ambiente de mídia e autocensura; quadro legislativo; transparência e qualidade da infraestrutura; abusos (violência contra jornalistas)

Fonte: elaborada pelo autor

A questão do Estado, presente em todos os autores analisados, permanece latente, em especial, nos três papéis que representa: o Estado

enquanto regulador dos meios de comunicação, o Estado enquanto agente econômico, e ainda, o Estado enquanto proprietário de seus próprios meios de comunicação. Para a realidade brasileira, é o poderio econômico do Estado que nos parece mais determinante na relação de independência com o jornalismo, considerando que os sistemas públicos de radiodifusão são bastante inexpressivos, ou como se diz no jargão, “dão traço na audiência”. O papel regulatório do Estado e como ele se dá (ou se omite) no caso brasileiro devem fazer parte desta análise. A proposta de pensarmos a independência como a ‘outra face da moeda’ da regulação, conforme Schulz (2015), nos parece instigante, mas ao mesmo tempo, desafiadora, considerando que o Brasil vive um grau de regulação dos meios de comunicação muito baixo.

Neste sentido, nos parece mais produtivo pensar qual é a percepção dos profissionais de jornalismo, sobre a independência, buscando formar um quadro regional que permita comparações. O caráter relacional e fluido das noções de independência, e a própria contestação sobre o termo, não permitem a utilização de critérios universais, como realizado nos relatórios da RSF e FH. Diferente destes instrumentos, esta pesquisa não aplicará uma “nota” para um grupo de países, mas sim, aferir a percepção dos operadores do jornalismo em relação à independência das organizações e veículos de comunicação.

Considerando estes elementos, chegamos a quatro parâmetros para aferir a independência no jornalismo em Santa Catarina. São eles:

- **Independência política:** as perguntas deste critério vão buscar aferir qual o grau de pressão ou influência exercido por políticos (governador, prefeitos, vereadores, deputados, secretários, etc) ou autoridades (juízes, promotores, policiais, etc.) no processo de produção das notícias
- **Independência financeira:** neste critério, buscaremos descobrir qual o modelo de negócio adotado pelo veículo; em que estágio se encontram as finanças da organização e qual a relação econômica entre o veículo e o poderio econômico (seja estatal ou privado), a quem pertencem os veículos, etc.
- **Independência editorial:** neste aspecto, vamos investigar qual o grau de autonomia dos jornalistas na escolha de pautas, matérias, como são editados os materiais e como são tomadas outras decisões editoriais.

- **Independência para a prática profissional:** Aqui, cabe avaliar quais as condições onde se desenvolve o trabalho jornalístico, se há acúmulo de funções, questões salariais e de jornada de trabalho, medo de perder o emprego, violência contra jornalistas, entre outros.

Apesar de amplos, acreditamos que estes critérios podem dar conta do problema, uma vez que abrangem várias dimensões da questão da independência, que, como vimos, envolve um grau elevado de polissemia. Ao mesmo tempo, estes critérios promovem, de certa maneira, uma “conciliação” entre os vários esquemas interpretativos propostos na bibliografia.



#### 4 AFERIÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NO JORNALISMO EM SANTA CATARINA: UMA PROPOSTA

Diferente do que se poderia imaginar, a concentração da mídia no país não ocorreu “naturalmente”, dentro dos marcos do capitalismo de livre concorrência. A concentração da mídia fez de um projeto de país, e contou com forte intervenção estatal para se concretizar. Segundo Giovanaz (2015),

Os governos autoritários, desde o golpe de abril de 1964, pretendiam que uma única emissora concentrasse a audiência televisiva no Brasil, facilitando o processo de reorganização dos sistemas de comunicação no país e impedindo a propagação de um discurso de oposição. A Rede Tupi, de Assis Chateaubriand, não gozava da confiança plena dos militares porque havia apoiado a continuidade do governo de João Goulart; o Grupo Simonsen, proprietário da TV Excelsior, fora um dos principais sustentáculos do presidente deposto, e havia um interesse notório da ditadura em desestabilizá-lo [...]. Assim, a preferência dos militares pela emergente Rede Globo, do Rio de Janeiro, não foi uma surpresa, dado seu apoio à tomada de poder pelas Forças Armadas, expresso textualmente no editorial “Ressurge a democracia!”, publicado no dia seguinte ao golpe no jornal *O Globo*”. (GIOVANAZ, 2015, p. 28).

É nesse contexto que surge o principal grupo de comunicação de Santa Catarina: o Grupo RBS. Seu primeiro canal de televisão, em Porto Alegre, foi obtido dois anos antes do golpe de 1964. Mas foi durante o regime de exceção que o grupo cresceu vertiginosamente e ingressou em território catarinense. As ligações com políticos e com as elites estaduais gaúchas, combinadas com a afiliação à Rede Globo, fizeram da TV Gaúcha um grande grupo regional de comunicação, que em 1969 contava com cinco geradoras de televisão e 104 estações repetidoras (GIOVANAZ, 2015). No ano seguinte, o grupo adquiriu o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre.

Após sua consolidação e expansão pelo Rio Grande do Sul nos anos de chumbo, a RBS chega a Santa Catarina em 1979, após

conquistar a concessão do canal 12 em Florianópolis. Segundo Giovanaz (2015), o Estado vivia um cenário de pouca expressão do mercado jornalístico, com baixa qualificação técnica. A vinculação político-partidária evidente mantinha jornais locais com baixas tiragens, enquanto veículos de outros estados eram os mais vendidos na capital catarinense.

Com o discurso de profissionalização e despartidarização, a RBS foi se consolidando no cenário midiático do Estado até se tornar seu principal oligopólio. Em pouco menos de 40 anos, o grupo ampliou sua rede de canais de rádio e televisão nas principais cidades do Estado. Nos meios impressos, passou a editar o maior jornal de SC (*Diário Catarinense*), faliu um de seus principais concorrentes (*O Estado*) e comprou outros dois adversários: o *Jornal de Santa Catarina*, em Blumenau, e o *A Notícia*, em Joinville. O domínio do Grupo RBS parecia imutável até março de 2016, quando, em uma ação surpreendente, o grupo gaúcho anunciou a venda de todos os seus ativos em Santa Catarina a dois bilionários, Carlos Sanchez, dos laboratórios EMS, e Lírio Parisotto, considerado em 2012 o 601º homem mais rico do planeta, segundo a revista Exame<sup>34</sup>. Ao todo, trocaram de mãos sete emissoras de TV, nove emissoras de rádio, quatro jornais impressos, um portal de internet regional, além dos direitos de utilizar as marcas *G1* e *Globo Esporte* no Estado<sup>35</sup>. Durante a transição, Parisotto envolveu-se em um caso de violência contra sua então esposa, a atriz Luiza Brunet<sup>36</sup>. À época, ela era parte do elenco da principal telenovela da Rede Globo

<sup>34</sup> Conferir em <http://exame.abril.com.br/negocios/lirio-parisotto-estreia-entre-os-mais-ricos-do-mundo/>

<sup>35</sup> Foram vendidas ao grupo NC as seguintes emissoras: RBS TV em Florianópolis, Blumenau, Criciúma, Chapecó, Joaçaba, Joinville e a TV COM (canal fechado). No rádio, foram a CBN Diário, Cidade FM de Criciúma, a Itapema FM em Florianópolis e Joinville, e a Atlântida FM em Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma e Joinville. Dentre os jornais, estão o *A Notícia* (Joinville), *Jornal de Santa Catarina* (Blumenau), *Hora de Santa Catarina* e *Diário Catarinense* (Florianópolis). Na internet, além dos direitos de usar a marca *G1* e *Globo Esporte*, a NC adquiriu ainda *O Sol Diário*, portal de notícias na região de Itajaí.

<sup>36</sup> Conferir em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/ex-de-luiza-brunet-chega-a-forum-de-sp-para-audiencia-do-caso-no-qual-e-acusado-de-agressao.ghtml>.

(*Velho Chico*). Pouco tempo depois do episódio, Parisotto deixou o investimento. Não é possível afirmar com certeza que a sociedade foi desfeita por conta do caso de agressão.

O novo conglomerado adotou a alcunha temporária de “Grupo NC”. A rede realizou uma enquete on-line com o público, amplamente divulgada em todas as plataformas do grupo, para escolher o novo nome da emissora em Santa Catarina. Após 13 dias, a opção vencedora foi NSC (“Nossa Santa Catarina”), que conquistou 66,28% dos votos. A sigla deve passar a ser o “nome fantasia” do grupo NC ainda em 2017.

Para além do domínio da RBS, outros empresários do ramo buscam criar “alternativas” ao grupo gaúcho em Santa Catarina. No início da década de 1980, empresários de comunicação no Estado se uniram para formar uma rede de comunicação afiliada ao SBT. As famílias Petrelli, Amaral e Brandalise, cada uma com sua própria TV, transmitiam o canal de Silvio Santos em sociedade. A união fazia sentido, num cenário onde o Grupo RBS, afiliada à maior rede de TV do país, começava a se consolidar no Estado.

Os Petrelli tinham a concessão da TV Cultura, em Chapecó (1976); os Amaral, a TV Planalto, em Lages (1977), e os Brandalise, com a TV Barriga Verde, em Florianópolis (1982). Apesar de serem os concessionários, as TVs não entraram no ar imediatamente, até mesmo pelos altos custos de infraestrutura. Mário Petrelli afirma que chegou a investir um milhão de dólares para colocar a TV Chapecó no ar, processo que demorou seis anos para ocorrer<sup>37</sup>. A parceria entre as três famílias não duraria muito, sendo que o SBT foi transmitido pelas emissoras do trio entre 1981 e 1985. Posteriormente, cada uma dessas famílias fundaria sua própria rede de comunicação em Santa Catarina, começando pela Barriga Verde, que em 1985, deixa a parceria e se associa à TV Manchete, de São Paulo.

Diferente da RBS, que consolidou seu domínio no RS e depois expandiu para SC, a família Petrelli foi adquirindo veículos de comunicação no Paraná e em SC simultaneamente. O embrião do conglomerado surgiu em 1975, quando Mário Petrelli adquiriu duas emissoras de rádio, uma em Joinville e outra em Curitiba. Em 1986, a TV Cultura de Chapecó entra no ar, com a programação do SBT. Em

<sup>37</sup> Conferir em: <https://pr.ricmais.com.br/fique-por-dentro-da-ric/noticias/mario-petrelli-funda-grupo-ric-e-ve-seu-negocio-crescer/>, acessado em 8 de maio de 2017.

1987, Petrelli funda a Rede Independência de Comunicação (RIC) no Paraná, com a abertura de duas emissoras - a TV Independência, em Curitiba, e a TV Vanguarda, em Cornélio Procópio. Por lá, a afiliação era com a TV Manchete, e posteriormente, com a Rede Record.

A sociedade Petrelli/Amaral, que deu o segundo lugar em audiência para o SBT em SC, perdurou até o ano 2000, quando o canal de Lages passa a retransmitir a Rede TV. Na oportunidade, as empresas da família Petrelli adotam o nome “Rede SC”. Em menos de 10 anos, e a partir de acordos nacionais dos Petrelli com a Rede Record e a Igreja Universal<sup>38</sup>, as empresas catarinenses fazem uma união em definitivo com as empresas paranaenses da família, substituindo o SBT pela Record e unificando o grupo sob o mesmo nome (Grupo RIC). Em Lages, a família Amaral reata com o SBT e passa a ser a única transmissora do canal em SC, porém, numa estrutura, alcance e qualidade de sinal bastante inferiores ao que havia sido enquanto o canal era transmitido em parceria com a família Petrelli.

Atualmente, o Grupo RIC detém quatro emissoras de TV no Estado (Florianópolis, Blumenau, Chapecó e Joinville) e administram outras duas de propriedade direta da Record (Itajaí e Xanxerê). Também transmitem o canal de notícias *Record News* para todo o Estado e publicam o jornal *Notícias do Dia*, com circulação na Grande Florianópolis<sup>39</sup>.

Os ex-sócios lageanos sustentam o terceiro principal grupo de comunicação do estado, o Sistema Catarinense de Comunicação (SCC). O grupo mantém a sede em Lages, mas sua principal redação passou a ser na capital. Além da TV, são donos de três rádios na região serrana, entre elas, a Rádio Massa FM, a Rádio Clube de Lages e a Galha Azul,

<sup>38</sup> Sobre a relação entre a Rede Record, a Igreja Universal do Reino de Deus e o Partido Republicano Brasileiro, conferir <https://objethos.wordpress.com/2015/10/12/comentario-da-semana-santissima-trindade-religiao-politica-e-jornalismo/>, acessado em 8 de maio de 2017.

<sup>39</sup> Informações obtidas no site <http://www.gruporic.com.br/>, acessado em 30 de abril de 2017.

de Urubici. O grupo também investe em outros ramos da economia e é até arrendatário de uma agência dos Correios<sup>40</sup>.

A antiga TV Barriga Verde se afiliou à Band em 1993, após a falência da TV Manchete, parceria que dura até os dias de hoje. Agora sob o nome TV Catarina, o Grupo Barriga Verde mantém apenas um canal de TV em Florianópolis. Sua presença é maior no rádio, sendo proprietária de 13 emissoras, distribuídas em Florianópolis, Canoinhas, Lages, Tubarão, Imbituba, Capinzal, Blumenau, Caçador e Videira<sup>41</sup>. Atualmente, o grupo passa por dificuldades financeiras, atraso recorrente em salários dos profissionais e ações que tramitam na Justiça cobrando passivos trabalhistas<sup>42</sup>.

Em que pese a grande concentração dos canais de televisão entre estes quatro grupos, é possível afirmar ainda que coexistem dois mundos na área de comunicação do Estado. De um lado, a superconcentração e o oligopólio, principalmente na área de TV. Mas de outro, há uma grande dispersão de pequenos e médios veículos em todo o Estado. De fato, os cinco principais jornais diários do Estado são do Grupo NC (*Diário Catarinense*, *Hora de Santa Catarina*, *Jornal de Santa Catarina* e *A Notícia*) ou do Grupo RIC (*Notícias do Dia*). Mas além destes, existem outros 47 jornais diários no estado, num total de 274 impressos nas mais variadas periodicidades<sup>43</sup>. No rádio, em 2010<sup>44</sup>, eram 239 emissoras. Em

<sup>40</sup> Conferir em [http://gruposcc.com.br/scc/site/empresas\\_scc](http://gruposcc.com.br/scc/site/empresas_scc). Acessado em 30 de abril de 2017.

<sup>41</sup> Conferir em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo\\_Barriga\\_Verde](https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_Barriga_Verde), acessado em 30 de abril de 2017.

<sup>42</sup> A Band-SC responde a Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho, apresentada após denúncias do Sindicato dos Jornalistas. Conferir em <http://sjsc.org.br/11/09/2015/band-sc-e-investigada-apos-denuncia-do-sindicato-dos-jornalistas/>. Acessado em 30 de abril de 2017.

<sup>43</sup> Levantamento realizado por este autor junto à Adjori (Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina) revela que SC comportava em 2016, um total de 274 jornais impressos, dos quais 56 eram diários, 11 bissemanais, 119 semanais, 1 decenal, 29 quinzenais, 24 mensais e 7 sem informação.

<sup>44</sup> Conforme lista de emissoras de rádio divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral, em 2010. Conferir em [http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2010/propaganda\\_eleitoral/radio\\_tv\\_publicar\\_15\\_01.xls](http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2010/propaganda_eleitoral/radio_tv_publicar_15_01.xls), acessado em 30 de abril de 2017.

ambos os casos, a grande maioria dos veículos são de proprietários locais ou de pequenas redes de emissoras/veículos, de alcance relativamente restrito. Segundo levantamento do Instituto Mapa, a pedido do Fórum da Indústria da Comunicação Catarinense, o mercado de mídia em Santa Catarina movimentou em verbas publicitárias, no ano de 2015, 1,194 bilhão de reais, dos quais 54,8% eram na TV aberta, 18% nas rádios, 14,3% nos jornais diários, 4% nos demais jornais.

Essa coexistência de dispersão e concentração não significa, necessariamente, pluralidade de vozes na mídia catarinense ou maior ou menor independência no jornalismo praticado por aqui. Parte destas empresas pequenas se associam individualmente a redes nacionais (CBN, Jovem Pan, Transamérica, etc.), produzindo pouco conteúdo local. Nos jornais, a Associação dos Jornais do Interior (Adjori) criou um sistema em que seus sócios podem compartilhar e utilizar livremente o conteúdo uns dos outros, além de compartilhar um rol de colunistas locais, entre empresários, políticos e autoridades. É comum ver as mesmas matérias ou colunistas em jornais de diferentes cidades e proprietários. Esta ausência de pluralidade e a manutenção de base de dados com conteúdo pronto também permite a estes pequenos veículos operar com custos menores, chegando a existir diários com apenas dois empregados jornalistas, como o *Jornal da Manhã*, de Criciúma.

As ligações políticas dos principais proprietários dos meios de comunicação no Estado são históricas. Diversos políticos foram (e ainda são) proprietários de grandes e pequenos jornais, ou ainda, concessionários de rádios. É o caso do ex-governador Aderbal Ramos da Silva, que foi proprietário do jornal *O Estado* e também sócio do jornal *A Notícia*, em Joinville. Segundo Valente (2005), a influência dos partidos políticos sempre foi presente na mídia em Florianópolis. A rádio Guarujá e o jornal *O Estado* eram simpáticos ao PSD, enquanto a rádio *Diário da Manhã* e o jornal *A Gazeta* defendiam a linha da UDN, no período anterior à década de 1950. O mesmo ocorria na região de Lages, segundo Derengoski (2005).

Em Joinville, houve um período em que o jornal *A Notícia* tornou-se propriedade de um grupo de acionistas, entre 1956 e 1978. O grupo era liderado por três empresários que, coincidentemente, foram prefeitos da cidade: Baltasar Buschle (1985-1961), Helmuth Fallgater (1961-1966) e Wittich Freitag (1983-1988 e 1993-1996). Alguns deles exerceram o mandato enquanto ainda eram proprietários do jornal (TERNES, 2005). A própria consolidação do grupo RBS no Estado se deu a partir da aliança com o regime militar e oligarquias locais, com o

objetivo de desenvolver e estabilizar seu predomínio do grupo sobre os concorrentes (GIOVANAZ, 2015).

Em novembro de 2015, a *Folha de S. Paulo* divulgou que ao menos 40 parlamentares brasileiros eram concessionários de emissoras de rádio ou televisão<sup>45</sup>. Após a divulgação da lista, um conjunto de entidades - entre elas o Coletivo Intervezes, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a ONG Artigo 19, entre outras, enviou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, uma representação contra estes parlamentares. No mês seguinte, o PSOL, em parceria com o coletivo Intervezes, apresentou uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 379/2015)<sup>46</sup>, que questiona a propriedade de canais de rádio e televisão por políticos. Meses depois, a PGR manifestou-se favorável à cassação das concessões<sup>47</sup>.

Destes 40 parlamentares em exercício de mandato, figuram dois políticos catarinenses: João Rodrigues (PSD), sócio da Rádio Nonoai, no Rio Grande do Sul, e Jorginho Mello (PR), que seria sócio da Rádio Santa Catarina, em Joaçaba<sup>48</sup>. À Folha, Mello negou ser sócio da emissora. Rodrigues, também foi proprietário, em curto período, da antiga Rádio Globo de Joinville (atual Rádio Clube), e tratou o caso com normalidade.

Atualmente, há outras interfaces entre políticos e emissoras, que não envolvem, necessariamente a propriedade dos canais: é o fenômeno dos “radialistas políticos”, expressão utilizada por Angeli (2011). São figuras advindas do rádio ou da televisão que utilizam o prestígio adquirido em programas jornalísticos, populares ou policiais para,

<sup>45</sup> Conferir em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1709360-aco-es-visam-cassar-licencas-de-radio-e-tv-de-40-congressistas.shtml>, acessado em 30 de abril de 2017.

<sup>46</sup> O site jota.info mantém cobertura especial sobre todas as movimentações deste processo. Conferir em <https://jota.info/tudo-sobre/adpf-379>, acessado em 30 de abril de 2017.

<sup>47</sup> Conferir em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pgr-pede-fim-de-concessoes-de-radiodifusao-a-politicos,10000072282>, acessado em 30 de abril de 2017.

<sup>48</sup> Conferir em <http://blogdoprisco.com.br/jorginho-mello-e-joao-rodrigues-na-mira-do-mpf/>, acessado em 30 de abril de 2017.

posteriormente, concorrer a cargos eletivos. Mesmo não sendo os proprietários dos veículos, estes personagens mantêm vínculos com as emissoras de onde se projetaram para a vida pública. Entre os gaúchos, já alçou dois profissionais da RBS à condição de senadores (Ana Amélia, do PP, e Lasier Martins, atualmente no PSD). No caso catarinense, a maior expressão deste fenômeno se dá em relação à RIC-Record. De lá, já foram eleitos os deputados estaduais Patrício Destro (PSB), Nilson Gonçalves (PR), os federais João Rodrigues (PSD) e César Souza (PSD), além de César Souza Jr. (PSD), ex-prefeito de Florianópolis. Outras figuras também atingiram prestígio por esse caminho, como o deputado Kennedy Nunes (PSD) e o suplente Roberto Salum (PSD).

#### **4.1 Alcance metodológico**

Esta pesquisa esbarra na mesma dificuldade encontrada por Mick e Lima (2013), que traçaram um perfil da categoria dos jornalistas em nível nacional. Os obstáculos vão desde a subnotificação de profissionais por meio dos mecanismos oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego; número de profissionais que atuam sem registro profissional; alto grau de precarização da profissão, onde jornalistas atuam cada vez mais como “empreendedores individuais” ou “*free lancers*”; impossibilidade de identificar o número de jornalistas que trocaram de profissão ao longo dos anos, entre outras.

Todos os pesquisadores que tentam conhecer as características do conjunto dos jornalistas que atuam no Brasil esbarram no obstáculo incontornável da ausência de dados confiáveis sobre as dimensões dessa população, a partir dos quais possam ser fixados critérios para pesquisas por amostragem. (MICK e LIMA, 2013, p. 25).

Estas dificuldades não foram completamente superadas com a busca de dados em nível regional. Recorremos aos dados fornecidos pelo Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC). No ano passado, a entidade realizou um levantamento sobre o que chamou de “categoria reconhecida”. Pelo termo, entendem-se todos os jornalistas,

diplomados ou não, com vínculo formal de trabalho, sob os quais a contribuição sindical<sup>49</sup> foi devidamente descontada e repassada à entidade no exercício de 2016. Esse dado é importante, pois junto ao pagamento, o SJSC recebe a relação dos funcionários sob os quais está sendo efetuado o desconto, o que permite ter uma ideia do tamanho da categoria no estado. Apesar de importante, esses dados são incompletos. Um dos principais motivos é o não reconhecimento de profissionais de jornalismo como tal, fenômeno muito comum no setor de radiodifusão catarinense. O SJSC estima que, apenas no setor de televisão, cerca de 150 profissionais são contratados irregularmente como radialistas<sup>50</sup>, seja nas principais emissoras (RBS, RIC, BAND, SBT), seja nos canais locais, “educativos” ou ligados a igrejas.

O levantamento do SJSC é mais próximo do real quando se refere às empresas de comunicação (em especial, rádio, TV e jornais) do que nos demais setores da economia, onde o reconhecimento tanto do profissional quanto do sindicato que o representa é mais raro. Segundo o levantamento, 89 empresas ligadas aos meios impressos, rádio, TV e internet contratavam em março do ano passado um conjunto de 607 jornalistas. Este número, somado à estimativa de contratos irregulares no setor de TV, chegaria a cerca de 750 profissionais.

Para chegar a dados mais consistentes, o SJSC solicitou, em 2016, um levantamento ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Os números têm por base as informações que as próprias empresas fornecem ao Ministério do

<sup>49</sup> Contribuição Sindical é um tipo de “imposto” cobrado pelo governo federal de todo trabalhador com carteira assinada no país, anualmente e de maneira compulsória. Cerca de 60% do valor arrecadado com essa contribuição é repassada ao sindicato laboral de origem. Sua regulamentação está descrita no artigo 580 da Consolidação das Leis do Trabalho. Conf. Em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm). Enquanto esta pesquisa era produzida, o Congresso Nacional debatia o fim da cobrança, através da reforma trabalhista proposta por Michel Temer.

<sup>50</sup> A entidade tenta reverter o quadro a partir de ações conjuntas com o Ministério Público do Trabalho. No momento, está em andamento uma Ação Civil Pública contra a Band-SC (conf. Em <http://sjsc.org.br/18/11/2016/ministerio-publico-aciona-band-sc-na-justica-do-trabalho/>) e um inquérito contra a NC Comunicações (conf. Em <http://sjsc.org.br/06/04/2017/em-sc-dia-jornalista-tera-luta-dissidio-de-radio-e-tv-vai-julgamento-na-segunda>).

Trabalho, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Estes números também carregam algum grau de imprecisão, tendo em vista que nem sempre as empresas declaram corretamente as funções de seus empregados ao Ministério do Trabalho. Ao realizar o estudo, o Dieese se deparou com uma situação inusitada: os dados apontavam um desproporcional número de jornalistas contratados pela indústria têxtil na região do Vale do Itajaí (algo em torno de 2 mil profissionais, o que representaria metade da categoria com carteira assinada). O número não fazia sentido algum. Ao analisar melhor os dados, e filtrar os mesmos pelo grau de escolaridade, identificou-se o problema: é bastante comum na indústria têxtil as empresas declararem seus funcionários “revisores têxteis” como “revisores de texto”, função que, na RAIS, enquadra-se na família “profissionais do jornalismo”.

Feitos alguns ajustes em relação à RAIS, e compreendendo a limitação dos dados disponíveis, o Dieese identificou 2033 profissionais de jornalismo com carteira assinada em 2015, número que vem caindo desde 2013, quando haviam 2131 postos de trabalho. Deste total, 17% encontram-se nos meios impressos, 9% em televisão, 8% em portais de internet e 5% em rádio (lembrando que tanto em rádio, como em TV, a subnotificação pode ser elevada). Outros 60% estão dispersos em praticamente todas as atividades econômicas possíveis, sendo a maior os jornalistas que trabalham para o Estado em órgãos municipais, estaduais ou federais (16%), atividades fotográficas (4%), educação superior (4%), entre outros. A Grande Florianópolis concentra 35% dos jornalistas com carteira assinada, seguido pelo Vale do Itajaí (21%); Oeste (17%), Norte Catarinense (13%), Sul (12%) e região Serrana (2%).

Mesmo se considerarmos os dados da RAIS como verdadeiros, ele ainda não reflete a totalidade da categoria em Santa Catarina. A crescente flexibilização de contratos de trabalho por meio de terceirizações, “frilas fixos”, “pejotização”, sem falar nos jornalistas desempregados, ficam de fora do estudo Dieese. Na falta de referências mais precisas, decidimos trabalhar com estes números, reconhecendo suas limitações.

Pelas próprias dificuldades em estabelecer uma amostra estatisticamente confiável, este trabalho não terá compromisso com exatidão estatística, mas sim, em testar o instrumento desenvolvido para aplicação em um determinado segmento. O central, portanto, é a interpretação em relação às percepções de jornalistas sobre o tema, assim como a testagem da ferramenta em si, no sentido de construção de

indicadores e parâmetros que possam ser utilizados para aferir a independência no jornalismo. Ainda assim, buscando não concentrar as respostas apenas na capital ou em alguma região em específico, optamos, de maneira arbitrária, por aplicar o questionário a pelo menos 5% do total de jornalistas em atividade, segundo os dados RAIS de 2015. Isto nos leva a um mínimo de 102 entrevistas, distribuídas regionalmente da seguinte maneira: Grande Florianópolis (36), Vale do Itajaí (21), Oeste (17), Norte (13), Sul (12) e região Serrana (2). O critério para definir o público da amostra inclui apenas jornalistas em atividade, independentemente de terem ou não carteira assinada. Chegou-se a discutir a restrição do questionário apenas aos profissionais de redação, mas optamos em manter um espectro mais amplo, pois a percepção de profissionais de fora das redações tradicionais (seja de assessorias privadas, novas iniciativas jornalísticas ou de órgãos governamentais), ou ainda, com vínculos precários, também são fundamentais para desvendar as percepções da categoria sobre a independência, até mesmo porque o assessor de imprensa tem de lidar com estes dilemas no dia a dia. Psychogiopoulou (2015) também afirma que a precarização, medo de perder o emprego, entre outras vulnerabilidades do jornalista afetam diretamente na questão da independência, portanto, não faria sentido excluir da amostra estes profissionais.

#### **4.2 O questionário**

O questionário elaborado para esta pesquisa traz 16 perguntas, divididas nos quatro parâmetros propostos anteriormente (independência econômica, condições de trabalho, independência política e tomada de decisões). Todas as perguntas são de múltipla escolha e possuem cinco alternativas, o que nos permitirá atribuir um valor numérico às respostas entre um e cinco, onde “um” representa um cenário de total independência e “cinco” de total dependência. As médias numéricas das respostas poderão fornecer indicadores que permitam interpretar os resultados em nível regional e estadual.

A elaboração das perguntas também levou em consideração a facilidade ou não para que os jornalistas respondessem o questionário. É comum em *surveys* on-line que haja certa “fuga” de respondentes quando estes percebem que a tarefa é muito longa e complexa. Neste sentido, o número de perguntas foi intencionalmente reduzido e a utilização de questões de múltipla escolha buscou facilitar a adesão e

dificultar a evasão, considerando o tempo disponível para a conclusão deste trabalho.

Para coletar as respostas, optamos pela ferramenta “Formulários do Google<sup>51</sup>”. Gratuita e de fácil utilização tanto para o pesquisador quanto para o público que interagiu pela internet, este dispositivo não foi nossa primeira opção. Realizamos testes com outras ferramentas. O problema é que, mesmo contendo versões gratuitas, havia alguma espécie de cobrança para que todas as funções do serviço fossem acessadas. Um dos sites que realizamos testes, por exemplo, permitia apenas 100 respostas em sua versão gratuita; outro não permitia acesso às tabelas com as respostas, sendo possível visualizar os resultados apenas em formatos gráficos na interface do próprio site<sup>52</sup>. Pelo menos dois entrevistados relataram, por e-mail, dificuldades com a ferramenta, mas pelo fluxo de respostas obtido, pareceu-nos serem casos isolados.

Antes de divulgar o questionário, realizamos uma fase de pré-teste, repassando as perguntas a um número restrito de colegas do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, estudantes de Mestrado e Doutorado. O objetivo era que observassem as perguntas e fizessem críticas e/ou sugestões ao modelo proposto. Absorvidas as sugestões, chegamos ao questionário final.

A *survey* é dividida em duas partes. Na primeira, são realizadas quatro perguntas para identificar ou contatar o participante (nome, email, telefone e cidade onde trabalha), de preenchimento opcional. Na segunda, estão as 16 questões propriamente ditas, todas obrigatórias. O questionário está disponível na internet<sup>53</sup> e também, em seguida.

1. Como você avalia a independência financeira dos veículos de comunicação de sua região?

a) Totalmente independentes

<sup>51</sup> Disponível em <https://docs.google.com/forms/u/0/>.

<sup>52</sup> As ferramentas testadas e descartadas pela limitação de suas versões gratuitas foram o *surveymokey* (<https://pt.surveymonkey.com/?>) e *Survio* (<http://www.survio.com/br/>).

<sup>53</sup> Conferir em [https://docs.google.com/forms/d/14p2fBngwLiWuQdeHzywfmuoIWdsgpWk1o\\_03XmtBcrU](https://docs.google.com/forms/d/14p2fBngwLiWuQdeHzywfmuoIWdsgpWk1o_03XmtBcrU)

- b) Em sua maioria, independentes
- c) Meio a meio
- d) Em sua maioria, dependentes
- e) Totalmente dependentes

2. Em sua opinião, qual o grau de dependência econômica dos veículos de comunicação de sua região, em relação às verbas publicitárias do Estado (prefeitura, câmaras de vereadores, governo do Estado, etc.) e/ou de entidades empresariais?

- a) Totalmente independentes
- b) Em sua maioria, independentes
- c) Meio a meio
- d) Em sua maioria, dependentes
- e) Totalmente dependentes

3. Em sua opinião, com qual frequência os veículos de comunicação de sua região adulteram o conteúdo em favor de anunciantes?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Às vezes
- d) Regularmente
- e) Muito frequente

4. Em sua opinião, com qual frequência os veículos de comunicação de sua região realizam a publicação de matérias que exaltem a biografia de anunciantes (os "perfis empresariais") e/ou as empresas dos anunciantes?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Às vezes
- d) Regularmente
- e) Muito frequente

5. Em sua experiência, como as empresas de comunicação da sua região cumprem o piso salarial e a jornada de trabalho dos jornalistas?

- a) Todas cumprem

- b) A maioria cumpre
- c) Meio a meio
- d) Quase nenhuma cumpre
- e) Nenhuma

6. Em sua experiência, qual a frequência de episódios de acúmulo de funções para profissionais de jornalismo em sua região?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Às vezes
- d) Regularmente
- e) Muito frequente

7. Em sua experiência, qual a frequência de episódios de violência contra jornalistas em sua região? (constrangimento, impedimento do exercício profissional, ameaça, agressão física ou verbal, prisões, autocensura, pressões editoriais, etc).

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Às vezes
- d) Regularmente
- e) Muito frequente

8. Em sua opinião, como você classificaria o medo dos jornalistas de sua região em perder o emprego?

- a) Muito baixo
- b) Baixo
- c) Regular
- d) Alto
- e) Muito Alto

9. Como você avalia a cobertura da imprensa em sua região?

- a) Imparcial
- b) Em geral, imparcial
- c) Meio a meio
- d) Em geral, parcial

e) Totalmente parcial

10. Em sua experiência, com que frequência agentes políticos são sócios ou proprietários de jornais, rádios, portais de internet ou canais de TV na sua região?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Às vezes
- d) Regularmente
- e) Muito frequente

11. Em sua opinião, qual a frequência em que os agentes políticos (prefeito, vereadores, juízes, secretários, entre outros) interferem ou influenciam no conteúdo jornalístico disponível na sua região?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Às vezes
- d) Regularmente
- e) Muito frequente

12. Em sua opinião, com que frequência um agente político pode provocar a demissão de um jornalista em sua região, por não gostar do conteúdo publicado?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Às vezes
- d) Regularmente
- e) Muito frequente

13. Em sua opinião, os veículos de sua região possuem independência para realizar o processo de tomada de decisões editoriais?

- a) Sempre
- b) Regularmente
- c) Às vezes
- d) Raramente
- e) Nunca

14. Em sua opinião, qual a frequência de intervenção de departamentos não jornalísticos no conteúdo produzido? (departamento jurídico, comercial, etc.)

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Às vezes
- d) Regularmente
- e) Muito frequente

15. Em sua opinião, qual o grau de autonomia dos jornalistas em relação à escolha das pautas e enquadramentos das notícias?

- a) Muito Baixo
- b) Baixo
- c) Regular
- d) Alto
- e) Muito alto

16. Com que frequência você vivenciou/tomou conhecimento de episódios de censura a jornalistas na sua região?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Às vezes
- d) Regularmente
- e) Muito frequente

As quatro primeiras perguntas tratam da percepção sobre a independência econômica da mídia. São abordados temas como a relação entre veículos de comunicação e anunciantes, percepção sobre a independência econômica dos veículos, exaltação de anunciantes ou empresas por meio de “perfis empresariais” e adulteração de conteúdo. As questões de número cinco até a oito falam sobre as condições de trabalho dos jornalistas: piso salarial e jornada de trabalho, acúmulo de funções, episódios de violência contra profissionais e também o temor em perder o emprego. Da nona até a décima segunda questão, aborda-se a independência política dos veículos. Avaliação da cobertura, capacidade de interferência de agentes políticos, conhecimento sobre a

propriedade dos meios por agentes do Estado, e ainda, a capacidade destes agentes em provocar a demissão de um jornalista. Por fim, as últimas quatro perguntas questionam sobre o processo de tomada de decisões nas redações: se os jornalistas têm ou não liberdade para tomar decisões editoriais, intervenção de outros departamentos nas decisões (comercial, jurídico, etc.), escolha das pautas, enquadramento dos conteúdos e também episódios de censura. No final, foi disponibilizado um espaço para comentários, informações complementares, críticas ou sugestões, que recebeu 50 colaborações.

### 4.3 Resultados

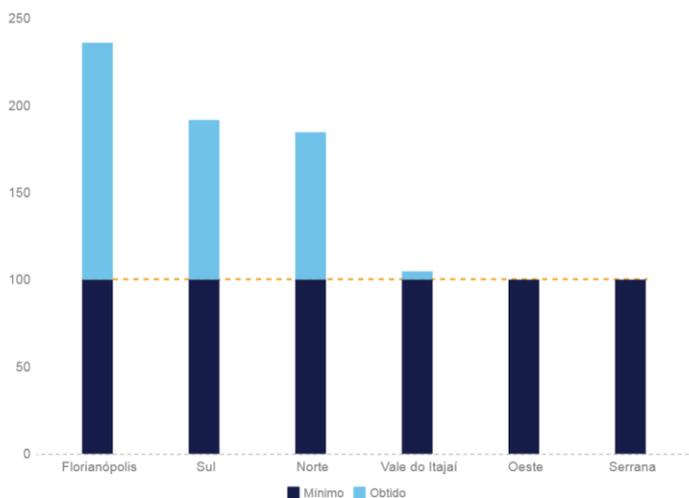
A coleta de respostas ocorreu entre 2 e 8 de maio de 2017. O pedido de participação foi enviado por e-mail, para 1.679 endereços eletrônicos fornecidos pelo Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, que abrange profissionais sócios e também não sócios da entidade. Para complementar as respostas, em especial em relação à representação regional da amostra, a *survey* foi direcionada ainda para outros contatos pessoais do autor; tanto por e-mail quanto pelo aplicativo de celular “Whatsapp”, e ainda, compartilhado em dois grupos de jornalistas no Facebook (“Jornalismo Univali 1999” e “Jornalistas de Chapecó”).

Neste período, foram recebidas 186 respostas pela ferramenta do Google, número bem acima da expectativa deste pesquisador, de 102 entrevistas. Após cumprir o mínimo desejado de ao menos 5% da categoria com carteira assinada em cada região, a ferramenta foi bloqueada para novas respostas. Em seguida, passou-se à etapa de validação dos resultados. Ao todo, 11 contribuições foram descartadas, por dois motivos principais: ou eram repetidas ou eram de jornalistas de outras unidades da federação, fugindo, portanto do escopo deste trabalho.

Na Grande Florianópolis, recebemos respostas de jornalistas que trabalham na capital (79), em São José (4), Antônio Carlos (1) e Palhoça (1). No Vale do Itajaí, os respondentes eram de Blumenau (7), Itajaí (6), Penha (2), Rio do Sul (2), Brusque (1) e Gaspar (1). Três pessoas desta região afirmaram trabalhar em mais de um município ao mesmo tempo: a primeira atuava em Blumenau, Brusque e Major Gercino, a segunda em Ibirama e Rio do Sul, e a terceira, em Itajaí e Joinville, simultaneamente. No norte catarinense, as respostas vieram majoritariamente de Joinville (18), Jaraguá do Sul (4), Campo Alegre (1) e Araquari (1). No Sul do Estado, as interações foram bastante pulverizadas. Em primeiro, Criciúma (13), seguido por Araranguá (2),

Tubarão (2), Capivari de Baixo, Içara, Imbituba, Orleans, Santa Rosa de Lima, Urussanga (com uma resposta cada). Já no Oeste, Chapecó (8), Xanxerê (4), Xaxim (1), Concórdia (1), Joaçaba (1), Ipira (1) e Capinzal (1) compõem a amostra. Na Serra catarinense, região de menor concentração de profissionais de imprensa, foram apenas duas respostas em Lages.

**Gráfico 1-** Respostas por região - mínimo x obtido (em %)



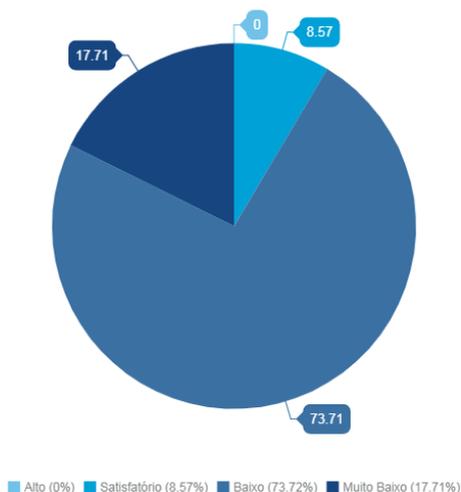
Fonte: elaborado pelo autor

Considerando o patamar mínimo desejado de respostas por região, as interações foram bem acima do desejado na Grande Florianópolis, no Norte e no Sul do Estado. No Vale do Itajaí, o número ultrapassou ligeiramente o mínimo. Já no Oeste e Serra, ficaram dentro dos 5% de profissionais com carteira assinada em 2015. Em relação ao gênero, 58% das respostas vieram de jornalistas homens, frente a 41% de mulheres e 2% de respostas onde o autor não identificou.

Para classificar os resultados, atribuímos um valor numérico de um a cinco entre as alternativas, sendo “a” igual a “um”, “b” igual a “dois”, e assim por diante. Também foi elaborada uma escala para classificar diferentes níveis de independência. Resultados onde a média

final variou entre 1 e 1,99 expressam um grau de independência “alto”; de 2 a 2,99, “satisfatório”; de 3 até 3,99 “baixo”, e entre 4 e 5, “muito baixo”. Nos gráficos que seguem, usamos uma escala de tons azuis para diferenciar as respostas. Quanto mais escuro o tom utilizado, mais negativas são as avaliações, e vice-versa.

**Gráfico 2 - Percepção da independência no jornalismo em SC**



Fonte: elaborado pelo autor

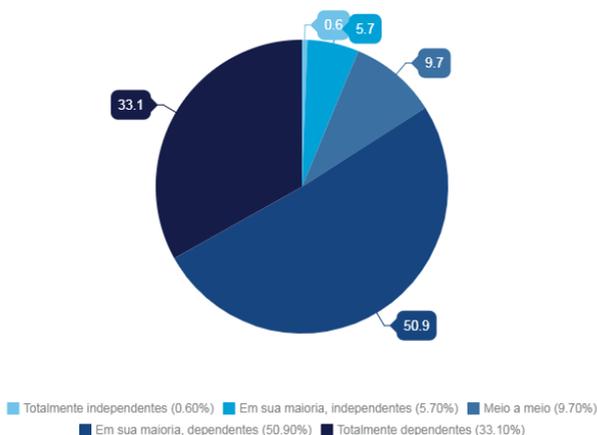
Ao considerar as médias individuais de cada entrevistado - ou seja, o valor numérico atribuído a cada resposta e a conseqüente média entre as 16 perguntas - chegou-se a um resultado bastante preocupante. Nove em cada dez jornalistas consideram o nível de independência baixo (73,71%) ou muito baixo (17,71%), totalizando 160 das 175 respostas recebidas. Somente 15 respostas (8,75%) finalizaram com média abaixo de três (“satisfatório”). A menor média aferida entre os participantes foi de 2,56, de um entrevistado de Florianópolis. Já a pior foi de 4,44, em empate triplo com participantes de Florianópolis, Campo Alegre e Brusque.

### 4.3.1 Percepções sobre a independência econômica

Ao organizar as respostas considerando os quatro critérios formulados nesta pesquisa - independência econômica, condições de trabalho, independência política e tomada de decisões - é notável que as piores notas sejam atribuídas em relação ao modelo de negócio e financiamento da imprensa. As quatro primeiras questões da *survey* trataram do tema.

**Gráfico 3- Resultado percentual da questão 1**

1. Como você avalia a independência financeira dos veículos de comunicação de sua região?



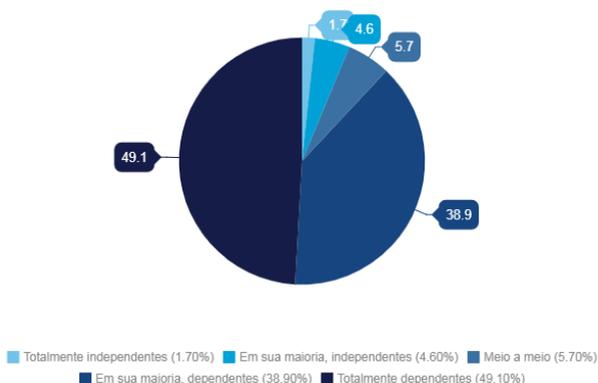
Fonte: elaborado pelo autor

Já na primeira pergunta (“Como você avalia a independência financeira dos meios de comunicação?”), os resultados são preocupantes. Ao todo, oito em cada dez entrevistados considerou os veículos total ou em sua maioria dependentes em relação ao seu modelo de financiamento. Um único entrevistado deu a nota mínima neste quesito. A pior média aferida neste tópico foi observada na região Sul do Estado, com 4,56 (“muito baixo”). Já o melhor índice foi percebido na região Serrana, com 3,50 (“baixo”). A diferença entre uma e outra é de 1,06 ponto. Em âmbito estadual, a classificação ficou em "muito

baixo", pois a média final foi de 4,11. Para quem tem experiência no mercado jornalístico do Estado, o resultado não chega a ser surpreendente, já que a interferência do poder econômico é percebida no dia a dia da profissão. Apesar disso, a aferição dado de maneira mais objetiva pode ser considerada assustadora, uma vez que a maioria absoluta dos jornalistas entrevistados vê a imprensa como altamente dependente do poder econômico (ver gráfico 3).

#### **Gráfico 4 - Resultado percentual da questão 2**

2. Em sua opinião, qual o grau de dependência econômica dos veículos de comunicação de sua região, em relação às verbas publicitárias do Estado (prefeitura, câmaras de vereadores, governo do Estado, etc.) e/ou de entidades empresariais?



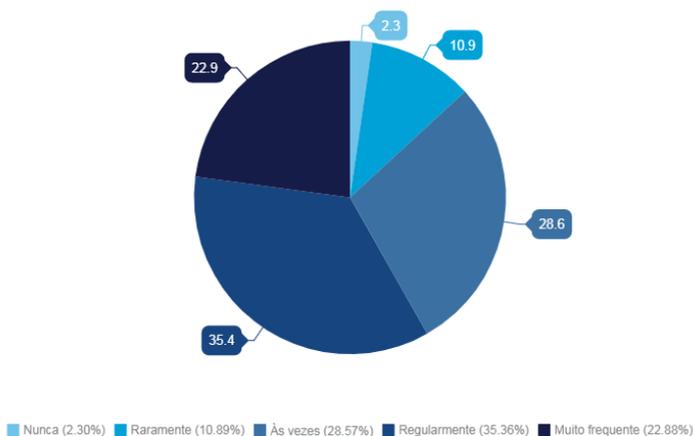
Fonte: elaborado pelo autor

A segunda questão amplia ainda mais a percepção negativa dos jornalistas sobre a independência financeira. Questionados sobre o grau de dependência econômica em relação às verbas publicitárias de agentes governamentais ou empresariais, nove em cada dez entrevistados consideraram os meios de comunicação total (49,10%) ou em sua maioria (38,90%) dependentes destes recursos. Em todas as regiões, o índice médio ficou acima de quatro ("muito baixo"), demonstrando certo consenso na categoria sobre o problema. É na região de Florianópolis que se aferiu o pior índice regional, com 4,38. Novamente, observou-se o número mais baixo na região Serrana, com 4. Seria possível afirmar que há quase consenso entre os profissionais em relação ao tema,

mostrando até certa desesperança. A média final no Estado é de 4,27. (ver gráfico 4).

### *Gráfico 5 - Resultado percentual da questão 3*

3. Em sua opinião, com qual frequência os veículos de comunicação de sua região adulteram o conteúdo em favor de anunciantes?

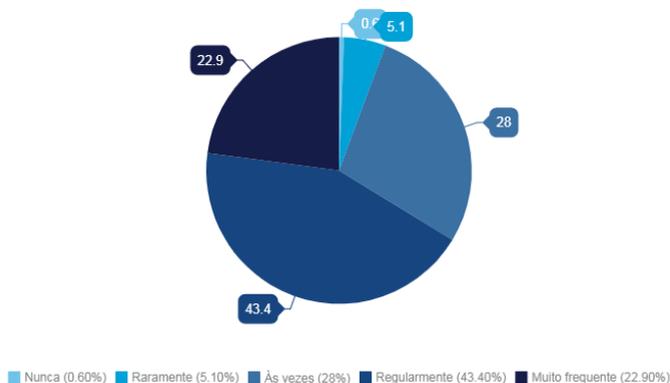


Fonte: elaborado pelo autor

A alteração de conteúdo em favor de anunciantes foi o objeto da terceira questão. A percepção negativa cai consideravelmente em relação às perguntas um e dois, mas ainda assim é bastante alta. Pelo menos metade dos entrevistados classifica que a prática ocorre com muita frequência (22,88%) ou regularmente (35,36%). A outra metade se divide entre episódios raros (10,98%) ou "às vezes" (28,57%). Em parte, os dados confirmam a percepção da interferência do poder econômico na linha editorial e na cobertura de notícias. Novamente, a região Sul fica com a avaliação mais baixa (3,96), e o índice é bastante próximo das demais regiões do Estado. A única exceção é a região Serrana, com índice de 2,50 ("satisfatório"). A diferença é bastante considerável, quase de um ponto e meio. No estado, a classificação permanece em "baixo", com 3,66. (ver gráfico 5).

### Gráfico 6 - Resultado percentual da questão 4

4. Em sua opinião, com qual frequência os veículos de comunicação de sua região realizam a publicação de matérias que exaltem a biografia de anunciantes (os "perfis empresariais") e/ou as empresas dos anunciantes?



Fonte: elaborado pelo autor

A produção de conteúdo com o objetivo de agradar anunciantes - tanto por meio de perfis empresariais ou ainda por reportagens que exaltem a empresa - foi o tema da quarta pergunta. No total, quase sete em dez participantes afirmaram ser uma prática regular (43,4%) ou muito frequente (22,9%). Com exceção da região Serrana - mais uma vez, destoando do geral - a diferença no índice entre as demais regiões é pequena, de apenas 0,25, mostrando certa homogeneidade nas várias regiões de Santa Catarina. A região sul, novamente, com a pior avaliação, em 3,96. Na região de Lages, os entrevistados foram mais otimistas, com média final de 2,5. No Estado, chegou-se ao índice 3,84. (ver gráfico 6).

Em linhas gerais, estas quatro questões dão concretude a um sentimento já partilhado por jornalistas, professores, estudantes e até mesmo por boa parte da sociedade: o grande comprometimento dos veículos de comunicação com o poder econômico. Esta percepção tende a ser um dos principais fatores da crise de credibilidade da mídia em

geral e do jornalismo em particular. Outras pesquisas já apontam a perda de credibilidade dos meios de comunicação ao longo dos anos<sup>54</sup>.

As respostas também parecem seguir um padrão – observado mais à frente – em que a percepção da interferência de agentes externos é maior quando colocada em nível abstrato (como nas questões um e dois). Ao perguntar sobre ações mais concretas, como adulteração de conteúdo, censura, matérias para agradar anunciantes, entre outros, as interações tendem a ficar mais divididas entre as opções de resposta apresentadas. Esta interpretação pode indicar um grau de dependência velado, onde se busca manter as aparências, apesar do sentimento disseminado ser mais negativo do que positivo.

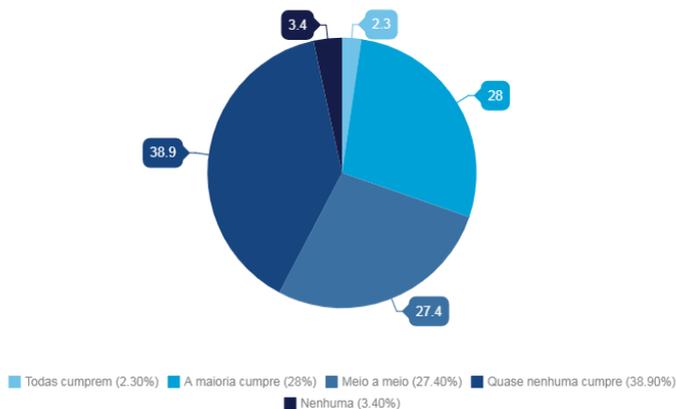
#### **4.3.2 Percepções sobre independência para a prática profissional**

As questões de 5 até 8 buscaram avaliar a percepção dos jornalistas sobre as condições de trabalho em qual estão inseridos. Apesar da média final obtida no tópico "condições de trabalho" ser de 3,67 (baixo), percebe-se uma melhora significativa dos resultados em relação às questões econômicas abordadas na primeira parte da *survey*.

<sup>54</sup> O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) produziu, entre 2009 e 2015, uma pesquisa chamada Índice de Confiança Social (ICS), que mede o grau de credibilidade das instituições do país. Cada instituição recebe uma avaliação que vai de zero a 100. Nos sete anos em que a pesquisa foi realizada, o grau de confiança nos meios de comunicação caiu ano a ano, saindo de 71 em 2009 para 54 em 2014, com uma pequena retomada em 2015, quando passou a 59. Conferir em [http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics\\_brasil.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf), acessado em 25/05/2017.

### Gráfico 7- Resultado percentual da questão 5

5. Em sua experiência, como as empresas de comunicação da sua região cumprem o piso salarial e a jornada de trabalho dos jornalistas?



Fonte: elaborado pelo autor

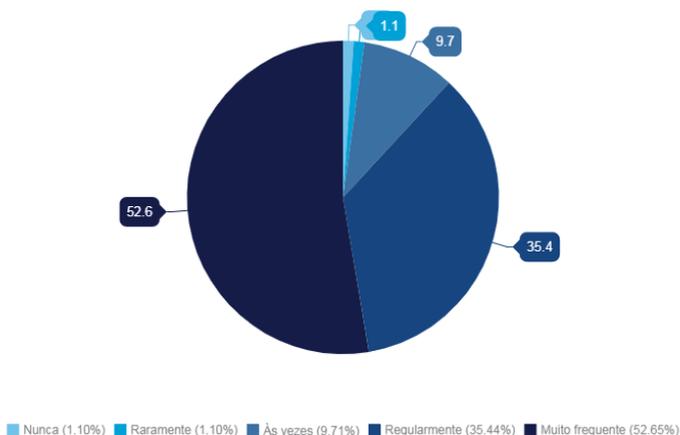
O primeiro tema tratou de piso salarial e jornada de trabalho. Os entrevistados responderam sobre como as empresas de comunicação cumpriam ou não as regras previstas na legislação e nas convenções coletivas de trabalho, de acordo com a experiência individual de cada um. Há uma diminuição considerável das avaliações negativas observadas anteriormente, chegando a menos de 50% das respostas, mas elas ainda são majoritárias. Pouco mais de 40% acredita que quase nenhuma empresa cumpre (38,9%) ou nenhuma cumpre (3,4%). Quase um terço dos entrevistados afirmou que todas (2,3%) ou a maioria (28%) cumprem piso e jornada de trabalho e outro terço afirmou que o cumprimento das regras é "meio a meio". Os mais otimistas neste quesito foram os jornalistas do Oeste Catarinense, onde a média ficou abaixo de três ("satisfatório"), destoando da média geral. As avaliações mais negativas ocorreram novamente no Sul do Estado (3,60) e também na região Serrana (3,50). A média estadual foi de 3,13.

Cabe aqui uma digressão importante para esclarecer a formulação desta pergunta. Um dos entrevistados sugeriu, ao final do questionário (conf. comentário 49, apêndice III), que a questão fosse dividida em duas, já que "uma empresa pode cumprir o piso, mas não a jornada".

Fizemos essa reflexão, mas chegamos a uma conclusão diferente. Enquanto escrevíamos esta pesquisa, o piso dos jornalistas em Santa Catarina era de R\$ 2.310 para uma jornada de 150 horas mensais (5 horas diárias). Há uma relação indissociável entre piso salarial e jornada de trabalho, onde a valor-hora é de R\$ 15,40. Um profissional que trabalhe 240 horas mensais (8 horas diárias), por exemplo, e receba o valor normativo, possui como valor-hora R\$ 9,62. Ou seja, não há como cumprir o piso sem cumprir a jornada. (ver gráfico 7).

### **Gráfico 8 - Resultado percentual da questão 6**

6. Em sua experiência, qual a frequência de episódios de acúmulo de funções para profissionais de jornalismo em sua região?



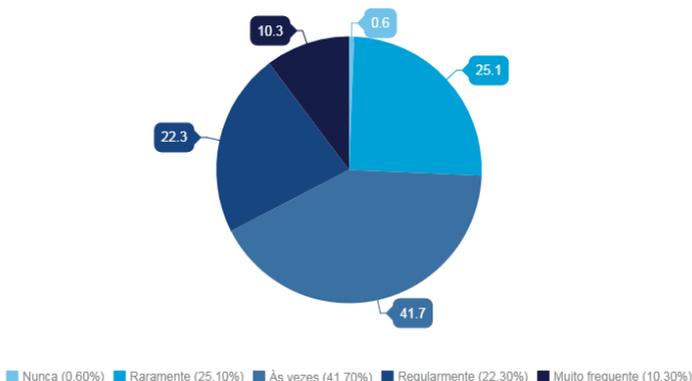
Fonte: elaborado pelo autor

A próxima pergunta obteve os piores índices percentuais e médios de toda a pesquisa. A questão era "Em sua experiência, qual a frequência de episódios de acúmulo de funções para profissionais de jornalismo em sua região?". Quase 53% dos entrevistados deram a pior avaliação possível ("muito frequente"), e outros 35,4% responderam "regularmente". Em outras palavras, nove em cada 10 jornalistas percebem o acúmulo de funções rotineiramente em sua vida profissional. No índice geral do Estado, aferiu-se média de 4,37. Regionalmente, este item foi o pior avaliado nas regiões Sul (4,76), Vale

do Itajaí (4,55), Norte (4,21) e Serrana (4,00). Nas regiões de Florianópolis e Oeste, o número só foi mais baixo do que o índice sobre dependência das verbas publicitárias. O dado confirma uma percepção subjetiva de que, cada vez mais, repórteres se tornam também fotógrafos; profissionais de imagem se tornam também motoristas; editores “adquirem” habilidades de diagramação, e assim por diante. (ver gráfico 8).

### **Gráfico 9 - Resultado percentual da questão 7**

7. Em sua experiência, qual a frequência de episódios de violência contra jornalistas em sua região? (constrangimento, impedimento do exercício profissional, ameaça, agressão física ou verbal, prisões, autocensura, pressões editoriais, etc).



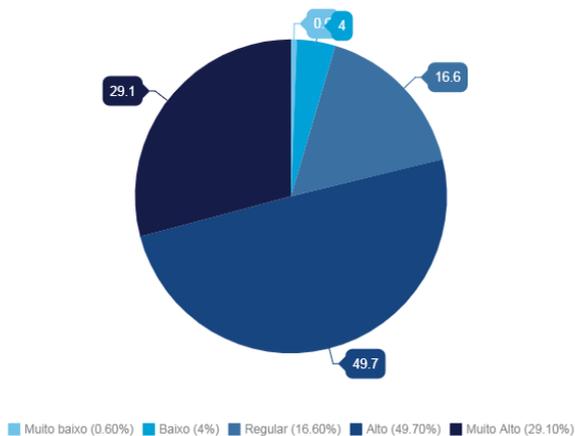
Fonte: elaborado pelo autor

Os mais diversos tipos de violência contra profissionais de imprensa foram o objeto da sétima pergunta. Pela primeira vez no questionário, o número de avaliações negativas (regularmente/muito frequente) cai para um terço das respostas, ante 25,7% de avaliações positivas (nunca/raramente). A maioria, porém, afirmou que casos de violência ocorrem "às vezes" (41.7%). Na região Serrana, o item recebeu a menor nota de todo o questionário: 2. Também obteve classificação como “satisfatório” o Vale do Itajaí, com 2,82. As demais regiões foram iguais ou maiores que três, com destaque para a Grande Florianópolis, considerada a mais violenta. Ainda assim, com média de

3,36. As respostas seguem na mesma direção dos relatórios de violência contra jornalistas publicados pela FENAJ, onde a grande maioria dos casos notificados ocorrem na Grande Florianópolis. A média final do Estado ficou em 3,16. (ver gráfico 9).

**Gráfico 10 - Resultado percentual da questão 8**

8. Em sua opinião, como você classificaria o medo dos jornalistas de sua região em perder o emprego?



Fonte: elaborado pelo autor

A última pergunta deste bloco buscou avaliar o medo dos profissionais em perder o emprego. As avaliações negativas (alto/muito alto) somaram 78,8% das respostas, ante 4,6% das avaliações positivas (baixo/muito baixo). Apenas 16,6% consideraram "regular". Consideradas individualmente, apenas as regiões Serrana e Oeste ficaram com médias inferiores a quatro (3,50 e 3,59, respectivamente). É na região norte onde a insegurança no trabalho é mais percebida. Tão próximo quanto a região norte, está a Grande Florianópolis, com índice de 4,13. (ver gráfico 10). Santa Catarina fica numa classificação "muito baixo", com média final de 4,03. É possível que os números se justifiquem em relação ao norte do Estado, pois, em 30 de dezembro de

2016, Joinville viu fechar o jornal *Notícias do Dia*<sup>55</sup>, do grupo RIC. Único concorrente do jornal *A Notícia*, do grupo RBS, o diário era uma alternativa de emprego para dezenas de jornalistas nos últimos 10 anos.

As entrevistas deste tópico nos mostraram que os principais impeditivos para a independência no jornalismo em relação às condições de trabalho são o acúmulo de funções e o medo de perder o emprego. Em que pese haver algum descontentamento com o cumprimento de salários e jornada, também se verificou uma diminuição das respostas negativas em relação à violência.

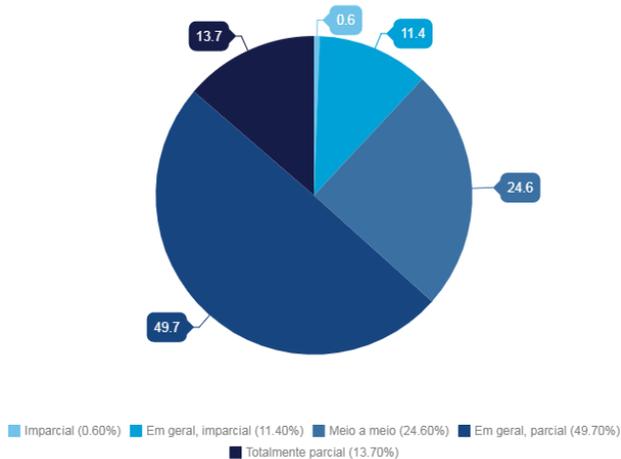
### **4.3.3 Percepções sobre independência política**

As quatro perguntas deste parâmetro de aferição obtiveram os resultados mais homogêneos de todo o questionário. Em todas elas, as médias finais variaram entre 3,06 e 3,85. Apesar disso, os resultados da região Serrana acompanham a tendência já observada nos outros aspectos, destoando das demais.

<sup>55</sup> Conferir em <https://ndonline.com.br/joinville/noticias/jornal-noticias-do-dia-deixa-de-circular-em-joinville>.

**Gráfico 11 - Resultado percentual da questão 9**

9. Como você avalia a cobertura da imprensa em sua região?

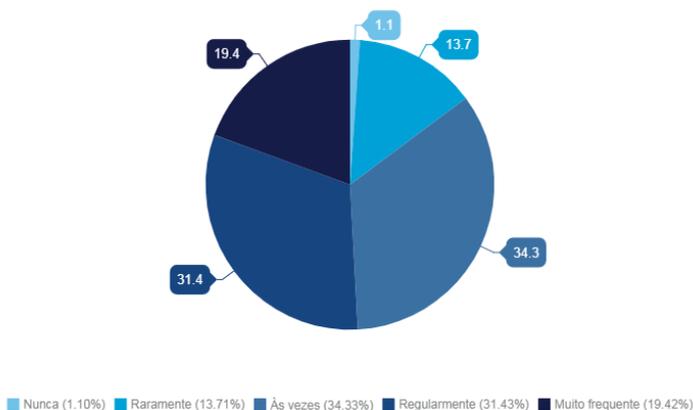


Fonte: elaborado pelo autor

A avaliação da cobertura da imprensa em cada região foi alvo da primeira pergunta. Apesar de alto, o volume de respostas negativas ficou em 63,4% ("em geral parcial" e "totalmente parcial"), número relativamente menor do que observado sobre independência econômica. Dentre todas as regiões, os jornalistas do Norte do Estado consideraram a cobertura menos imparcial, com média 3,92. Como já ressaltado, a região Serrana destoou do geral, com média 3. No estado, chega-se a 3,65. (ver gráfico 11).

**Gráfico 12 - Resultado percentual da questão 10**

10. Em sua experiência, com que frequência agentes políticos são sócios ou proprietários de jornais, rádios, portais de internet ou canais de TV na sua região?

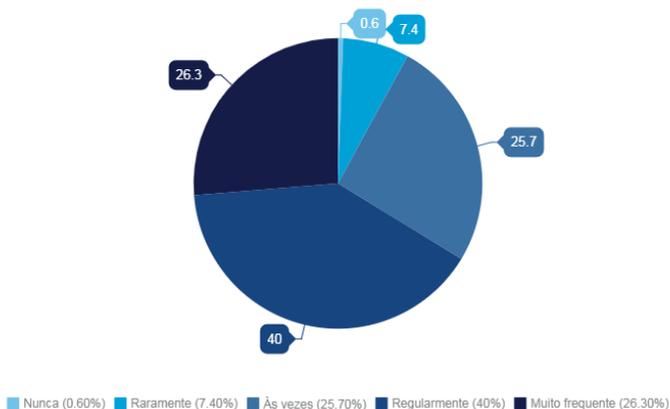


Fonte: elaborado pelo autor

Na próxima pergunta, avaliou-se a propriedade dos meios de comunicação (rádios, TVs, jornais ou portais de internet) por políticos. Metade dos jornalistas afirmou ser fenômeno recorrente ("regularmente" e "muito frequente"). Para pouco mais de um terço, ocorre "às vezes". Nas regiões Oeste e Vale do Itajaí, essa percepção foi mais negativa, com médias de 3,76 e 3,73, respectivamente. Nos dois casos, os dados talvez se justifiquem pela conhecida propriedade de emissoras pelo deputado João Rodrigues (PSD), de Chapecó, e pelo deputado Leonel Pavan (PSDB), em Balneário Camboriú, entre outros. A média geral foi de 3,57. (ver gráfico 12).

**Gráfico 13 - Resultado percentual da questão 11**

11. Em sua opinião, qual a frequência em que os agentes políticos (prefeito, vereadores, juízes, secretários, entre outros) interferem ou influenciam no conteúdo jornalístico disponível na sua região?

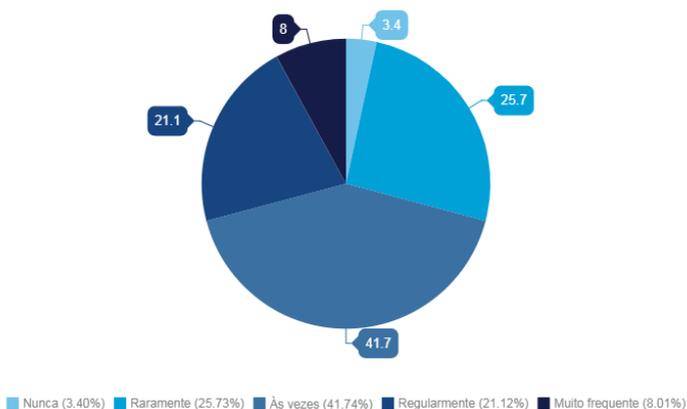


Fonte: elaborado pelo autor

Na terceira pergunta do bloco, avaliamos a interferência de prefeitos, vereadores, juízes, policiais e outros agentes políticos no conteúdo publicado. Quase 70% responderam que este tipo de prática é regular (40%) ou muito frequente (26,3%). Para 25,7%, ocorre "às vezes". Apenas 8% dos entrevistados deram avaliações positivas ao tema ("nunca" ou "raramente"). Regionalmente, as avaliações mais baixas se concentraram no Oeste (4,06) e no Sul do Estado (4). No total, o índice obtido é de 3,85. (ver gráfico 13).

### Gráfico 14 - Resultado percentual da questão 12

12. Em sua opinião, com que frequência um agente político pode provocar a demissão de um jornalista em sua região, por não gostar do conteúdo publicado?



Fonte: elaborado pelo autor

Na última questão, abordamos a possibilidade de um agente político provocar a demissão de um profissional. Há uma sensível queda nas avaliações negativas de modo geral. Para a maioria dos entrevistados, pode ocorrer "às vezes" (41,74%), e para cerca de 28%, ocorre "nunca" ou "raramente". As avaliações negativas ("regularmente" ou "muito frequente") caem para menos de 30%. O Sul aparece outra vez com a pior avaliação, mas com índices muito próximos do Norte e da Grande Florianópolis (3,20, 3,17 e 3,15, respectivamente). Nas demais regiões, as médias foram inferiores a três, resultando no menor índice final deste tópico, com 3,06. (ver gráfico 14).

O conjunto das respostas neste tópico revela, mais uma vez, o caráter subterrâneo da interferência política nos meios de comunicação. Ao invés de esquemas de manipulação maniqueístas, percebe-se um conjunto de fatores complexos que tendem a levar a uma ausência de autonomia. É recorrente a impressão de que os entrevistados tendem a ser mais negativos nas questões generalistas. Quando questionados sobre casos concretos (censura, demissões, etc.), os números permanecem ruins, porém, mais equilibrados. A exceção até aqui está

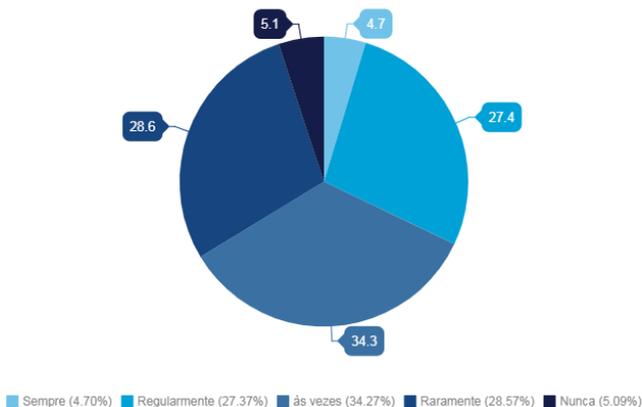
concentrada na terceira pergunta deste tópico, que revela a alta percepção de intervenções externas no conteúdo editorial.

#### 4.3.4 Percepções sobre independência editorial

O último parâmetro elaborado para avaliar a independência no jornalismo catarinense foi também o que atingiu melhores resultados, em nível geral, fenômeno que iremos interpretar mais à frente. Chama a atenção que as únicas duas questões que ficaram com média final menor do que três ("satisfatório") estão neste item.

##### *Gráfico 15 - Resultado percentual da questão 13*

13. Em sua opinião, os veículos de sua região possuem independência para realizar o processo de tomada de decisões editoriais?



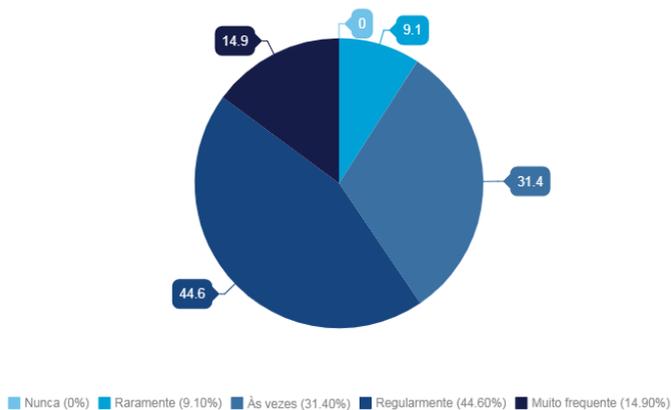
Fonte: elaborado pelo autor

A primeira pergunta buscou saber a opinião dos entrevistados em relação ao processo de tomada de decisões ("Em sua opinião, os veículos de sua região possuem independência para realizar o processo de tomada de decisões?"). As percepções positivas, médias e negativas atingiram um raro equilíbrio, não observado nas demais questões até agora. As opções "sempre" e "regularmente" somaram 32,07%; "às vezes" atingiu 34,27%, e por fim, "raramente" e "nunca" ficaram com

33,66%. Considerando os índices de aferição propostos, esta foi à questão com média mais baixa em todo o questionário: 2,58. Ao contrário do que vinha ocorrendo até agora, onde as avaliações dos entrevistados do Sul eram em geral mais negativas que as demais, neste quesito a relação se inverteu: é no sul que se percebe uma maior capacidade de autonomia no processo de tomada de decisões (média de 2,44), o que pode parecer contraditório com a tendência analisada até agora. No Vale do Itajaí, foi observada a pior percepção, com 3.45. (ver gráfico 15).

**Gráfico 16 - Resultado percentual da questão 14**

14. Em sua opinião, qual a frequência de intervenção de departamentos não jornalísticos no conteúdo produzido? (departamento jurídico, comercial, etc.)

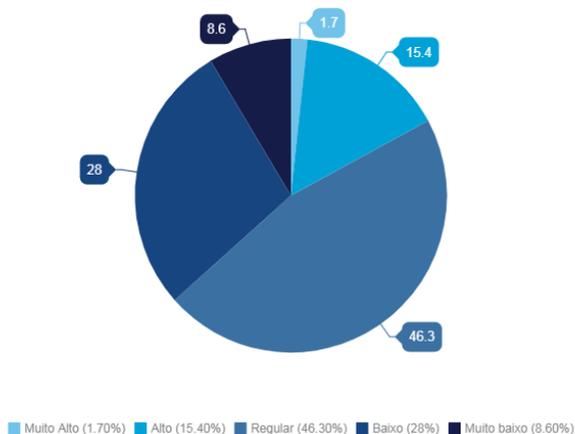


Fonte: elaborado pelo autor

A intervenção de outros departamentos da empresa no conteúdo produzido (jurídico, comercial, etc.) foi o objeto da próxima pergunta. A divisão quase igualitária entre as avaliações positivas, negativas e médias, observada na pergunta anterior, se esvai. Quase 60% optaram por respostas negativas ("regularmente" e "muito frequente"). Os participantes da região Norte declararam uma intervenção maior, com média 3,88, muito próxima do Sul (3,76), Oeste (3,71) e Vale to Itajaí (3,68). A média final foi de 3,66. (ver gráfico 16).

### Gráfico 17 - Resultado percentual da questão 15

15. Em sua opinião, qual o grau de autonomia dos jornalistas em relação à escolha das pautas e enquadramentos das notícias?

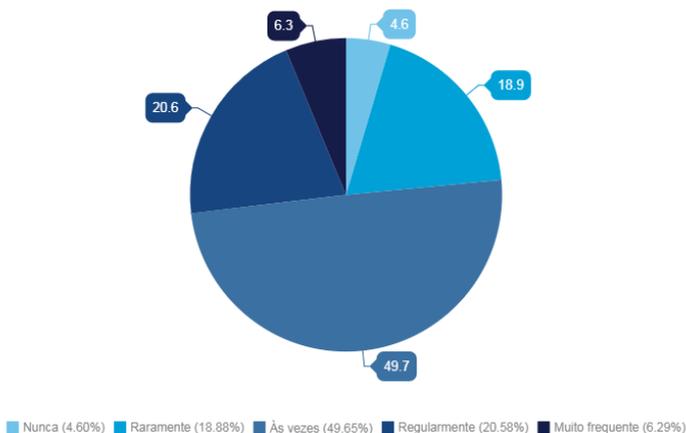


Fonte: elaborado pelo autor

A penúltima questão da *survey* observa qual a opinião dos entrevistados sobre a autonomia dos profissionais em relação à escolha de pautas e enquadramento das notícias. Quase metade (46,3%) respondeu que é "regular", enquanto 36,6% mantiveram avaliações negativas ("baixo" e "muito baixo"). Com média final de 2,74, observa-se aqui outra inversão intrigante. A região Serrana, que no geral, foi mais otimista que as demais, recebeu a média mais negativa nesta questão, com 3,50. Depois dela, só o Oeste ficou com média acima de três (3,06). Já a região Norte foi a mais positiva e computou 2,50. Percebe-se, novamente, que as questões que dependem intrinsecamente do jornalista são mais bem avaliadas do que os fatores externos. (ver gráfico 17).

### Gráfico 18 - Resultado percentual da questão 16

16.Com que frequência você vivenciou/tomou conhecimento de episódios de censura a jornalistas na sua região?



Fonte: elaborado pelo autor

A última pergunta abordou um tema muito caro aos jornalistas: censura. Buscou-se saber a frequência com que os entrevistados já haviam vivenciado ou tomado conhecimento de casos de censura contra colegas de profissão. Metade dos participantes optou por uma avaliação mediana ("às vezes"). As avaliações negativas representaram 26,87%, e as positivas, 23,48%. Os profissionais do Vale do Itajaí foram os mais negativos quanto ao tema, com média 3,32. Na região Serrana, o índice foi um dos mais baixos entre todas as perguntas, com 2,00. (ver gráfico 18).

Considerando cada uma das questões individualmente, este tópico concentrou as duas perguntas com índices mais baixos de toda a pesquisa. Inicialmente, estes resultados podem carregar certa contradição com os demais. A média das respostas reafirma um cenário de forte intervenção do poder econômico, de condições de trabalho longe do ideal, e ainda, de um ambiente político hostil, mas apesar de todos estes fatores, o profissional não se vê como o executor da autonomia (ou da falta dela). Essa impressão fica nítida na primeira questão deste tópico: em que pese todas as ameaças à independência jornalística descritas nas perguntas anteriores, dois terços dos

profissionais se consideram razoável ou satisfatoriamente autônomos para tomar as decisões, e ainda, quase dois terços afirmam ter razoável grau de autonomia para escolher as pautas e o enquadramento das notícias. Ou seja, mesmo que haja pressões de outros departamentos, ingerência de anunciantes e políticos, medo de perder o emprego etc., boa parte dos profissionais não reconhece que sua autonomia individual esteja subjugada por todos estes outros fatores. É como se dissessem que o problema da independência é de responsabilidade de outros agentes (a empresa, os políticos), e não de si próprio. Até mesmo por sobrevivência – e aqui, não façamos juízo de valor – os jornalistas se dobram a todo tipo de interferência externa, porém, sem deixar de se considerar independentes.

#### 4.3.5 Comentários dos entrevistados

Parte importante desta pesquisa, os entrevistados tiveram a oportunidade de se manifestar sobre o escopo deste trabalho e de fazer críticas, sugestões e comentários ao questionário proposto. Como nosso objetivo é também testar o instrumento para, em pesquisas futuras, aperfeiçoá-lo, este *feedback* é de alta relevância. Menos de um terço dos entrevistados utilizou o espaço ao final do *survey* para deixar suas impressões. Foram exatos 50 comentários, dos mais variados tipos. Desde mensagens de estímulo à pesquisa, relato de experiências profissionais, críticas e sugestões, destacamos algumas contribuições que nos parecem importantes. (ver apêndice 3).

Um determinado entrevistado opina que “com raras exceções, os veículos são extremamente dependentes de seus patrocinadores”. Para ele, não existem mais conflitos entre os setores comercial e editorial dos veículos. “Quando isso acontece ou o profissional se “reenquadra” ao perfil da empresa, ou, na maioria das vezes, é desligado da organização”. Outra entrevistada relata casos graves de intervenção de patrocinadores. “Passei muitas madrugadas negociando pauta com departamentos internos (comercial e até com os donos do jornal), uma única vez não consegui ter êxito na justificativa de que um jornalismo ético e de qualidade vale mais do que uma pauta paga. Ou eu publicava o enquadramento sugerido pela empresa (construtora) ou o jornal não teria dinheiro para pagar meu salário naquela semana”. A mesma entrevistada relata ainda experiências de ameaças físicas e verbais.

O que mais me decepcionava era ser acordada constantemente com ligações de agentes políticos/empresariais reclamando de reportagens publicadas. Um caso extremo foi com o comandante da PM. Ele foi até a sede do jornal me ameaçar por não ter dado o enquadramento que ele considerava coerente para um júri popular (...). No dia, trabalhei das 8h da manhã até 2h40 da madrugada. No fim da sessão do júri, passado da meia noite (eu, com capa pronta), fui surpreendida pela repórter com uma carta emocionante que a mãe do adolescente confidenciou à ela. Corri para scanear a carta, refazer a capa somente com o texto escrito pela mãe e dar o enquadramento para o desespero da mãe que não sabe quem matou seu filho. Na visão do comandante, mesmo eu tendo colocado a foto do policial no rodapé da capa, dizendo que ele tinha sido inocentado, não era suficiente para o batalhão dele. Ele queria a capa do jornal do dia seguinte com a foto do policial dizendo novamente que ele tinha sido inocentado. Eu me neguei e então ele me ameaçou dizendo que ele sabia onde eu morava e que nenhum telefone mais da PM atenderia pauta daquele jornal. (Conf. APÊNDICE 3, comentário 11).

Para outro entrevistado, a incompetência profissional pode passar a impressão de censura. “Boa parte deles é despreparada e tem pouco contato com a realidade da população da qual deveriam estar a serviço”. Um profissional da grande Florianópolis dá um tom mais pragmático ao problema.

Vejo que a realidade para o jornalismo independente é uma utopia. A Imprensa é uma empresa. Uma empresa vive de lucros. No caso da imprensa empresa, seu maior lucro está na administração pública. Logo, sempre a vontade dos políticos em estado de poder, vai ter um peso sobre qualquer assunto. Principalmente quando o político vem cada vez mais mergulhando no campo da corrupção. Aí os investimentos na imprensa não tem limites. Não sinto nenhuma esperança de mudança nesta linha. Na minha opinião, a imprensa de forma geral esta a serviço

da corrupção. (conf. APÊNDICE 3, comentário 44).

Uma das críticas mais frequentes dos entrevistados ao questionário em si (foram pelo menos quatro citações) é em relação à ausência de uma alternativa com a opção “não sei”, algo que pode ser observado em versões futuras deste instrumento. Também houve sugestões pelo desmembramento de algumas perguntas, como por exemplo, sobre a questão das verbas publicitárias. Outro entrevistado sugeriu perguntas que abordam a relação da imprensa com entidades religiosas, algo não abordado diretamente nesta pesquisa. Um dos participantes propôs também uma remodelação do questionário, que buscou comparar a independência entre os veículos ditos alternativos e independentes em relação à imprensa tradicional. A sugestão é interessante, e a própria adaptação do questionário utilizado nesta pesquisa para aplicação específica entre profissionais de determinados veículos poderiam resultar em um trabalho significativo. Entretanto, este não era nosso objetivo de largada.

#### **4.4 Impressões gerais**

Considerando os quatro critérios formulados nesta pesquisa - independência econômica, condições de trabalho, independência política e tomada de decisões - é notável que as piores notas sejam atribuídas às questões econômicas. A média total das quatro perguntas deste tema resultou em um índice de 3,96, considerado como grau de independência "baixo", porém com apenas quatro décimos da pior classificação possível.

De todas as questões, apenas quatro obtiveram um resultado médio considerado "muito baixo". A avaliação sobre acúmulo de funções, dependência das verbas publicitárias, dependência econômica em geral e o medo de perder o emprego foram as mais negativas em toda a amostra. Apesar de separados em dois critérios distintos, as condições de trabalho e consistência financeira das organizações são indissociáveis, ao passo que, para os proprietários, as condições de trabalho representam custos, portanto, são componentes das finanças. Natural, portanto, que as avaliações destes dois temas fossem aproximadas.

Só duas perguntas tiveram média final abaixo de três ("satisfatório"), ambas no quesito tomada de decisões. Conforme

mencionado, fica nítida pelos resultados uma percepção diferenciada dos profissionais ao avaliar seus próprios atos. Em outras palavras, em que pese à influência dos poderes político e econômico no dia a dia do profissional, e ainda, as condições de trabalho relativamente precárias, os entrevistados apresentaram-se menos críticos contra si próprios. Estes dados, somados com alguns depoimentos dos entrevistados, podem ser interpretados como uma aceitação desta realidade pouco autônoma e a incorporação de uma postura passiva, da autocensura, ou até mesmo de uma ausência de esperança, onde os conflitos são baixos dentro das redações porque não há alternativas. Ou, se existem, não são remuneradas a contento (muitas vezes, não há remuneração alguma). Enfim, se aceita que “este é o mercado possível” e há a necessidade de se adaptar para sobreviver na profissão, mesmo a contragosto.

Ao utilizarmos uma lente regional, os resultados mostram um cenário mais ou menos equilibrado, à exceção da Serrana. Com média total de 2,97, a região foi classificada com grau de independência "satisfatório", mesmo que por poucos décimos. Mas chama a atenção o otimismo dos entrevistados desta região, em comparação com os demais. Os participantes de Lages obtiveram os menores resultados em 13 das 16 perguntas da *survey*. Apenas em relação à escolha das pautas e do enquadramento das notícias, a Serra obteve a pior nota entre todas as demais. É curioso que a região do Estado que possui menos jornalistas em atividade tenha a melhor percepção sobre autonomia da imprensa.

Já o Sul do Estado recebeu a pior avaliação em seis dos temas propostos: independência financeira, adulteração de conteúdos por anunciantes, publicação de matérias que exaltam clientes, cumprimento do piso e jornada de trabalho, acúmulo de funções, e a possibilidade demissão de profissionais a mando de agentes políticos. Este clima nocivo aos jornalistas se expressou recentemente, numa declaração de greve por parte dos jornalistas do Jornal da Manhã, de Criciúma<sup>56</sup>. A enxuta redação de cinco profissionais viveu recorrentes atrasos salariais, o que os levou a declarar greve. Mesmo sem realizá-la, três profissionais foram demitidos, suas rescisões não foram pagas. Até a entrega desta dissertação, dois deles haviam ingressado com processos na Justiça do Trabalho, com auxílio do Sindicato dos Jornalistas.

<sup>56</sup> Conferir em <http://www.engeplus.com.br/noticia/midia/2017/apos-decretarem-estado-de-greve-jornalistas-sao-demitidos/>, acessado em 27/05/2017.

A segunda região com mais avaliações negativas foi o Norte do Estado. Na região de Joinville, foi observado o maior medo de perder o emprego, é onde se considera a cobertura dos jornais menos imparcial, e ainda, onde se vivencia maior interferência dos departamentos jurídicos e comerciais no conteúdo publicado.

As regiões Oeste, Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis receberam a pior avaliação em dois itens cada. No Oeste, os jornalistas declararam ser maior a presença de políticos proprietários de meios de comunicação, assim como a interferência de agentes públicos na linha editorial. No Vale, temos os piores índices em relação à tomada de decisões editoriais e aos casos de censura. Por fim, na Grande Florianópolis, é onde se percebe maior dependência das verbas publicitárias e também onde ocorre a maioria dos casos de violência contra jornalistas.

A diferença entre as regiões com a melhor e pior avaliação (Serrana e Sul) é 0,71, o que é considerável numa escala que vai de um a cinco. Apesar dessa leve discrepância, as demais regiões apresentaram resultados médios mais homogêneos, em que pese às avaliações mais negativas se darem por motivos diferentes em cada região.

Ao agrupar as questões pelos critérios de aferição propostos, o Sul e a Grande Florianópolis obtêm os piores resultados em relação à independência econômica. As duas regiões são classificadas com grau de independência “muito baixo” neste quesito. Todas as demais ficaram com média entre 3,13 e 3,82, considerada “baixa”. Sobre as condições de trabalho, todas as regiões são classificadas com “baixo”, variando de 3,25 na Serra até 3,85, no Sul. Sobre independência política, há certa hegemonia nos resultados das cinco maiores regiões, com variação de apenas 0,16 pontos entre o Sul (3,60) e o Oeste (3,44). Somente na região de Lages há uma discrepância muito alta em relação às demais, com uma diferença de 0,85 pontos.

O Sul também foi o pior avaliado nos três critérios anteriores. É apenas em relação ao processo de tomada de decisões que outra região foi mais mal avaliada, o Vale do Itajaí (3,30). Também há pouca diferença entre as regiões neste quesito. É possível comparar os resultados por região e pelos parâmetros propostos na tabela abaixo.

**Tabela 4 - Índices de independência no jornalismo  
por região e por critério**

<b>CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DE INDEPENDÊNCIA</b>					
<b>Região</b>	<b>Econômica</b>	<b>Prática Profissional</b>	<b>Política</b>	<b>Editorial</b>	<b>Geral</b>
Florianópolis	4	3,7	3,55	3,01	3,57
Vale do Itajaí	3,81	3,65	3,48	<b>3,3</b>	3,56
Oeste	3,82	3,43	3,44	3,18	3,47
Norte	3,95	3,62	3,58	3,09	3,55
Sul	<b>4,2</b>	<b>3,85</b>	<b>3,6</b>	3,07	<b>3,68</b>
Serrana	3,13	3,25	2,75	2,75	2,97
<b>SC</b>	<b>3,97</b>	<b>3,67</b>	<b>3,53</b>	<b>3,08</b>	<b>3,46</b>

Fonte: elaborada pelo autor

O resultado da *survey* proposta nesta pesquisa confirma e torna mais claras impressões que já fazem parte do senso comum da categoria dos jornalistas. A independência – vital para a realização da liberdade de imprensa – ainda é rara e escassa. A equivalência das respostas a índices numéricos ajuda a ver a dimensão do pessimismo da categoria. Se considerarmos que os 175 entrevistados responderam a 16 perguntas cada, chegamos a um total de 2800 respostas. Destas, apenas 61 respostas receberam equivalência um, que representa maior independência possível. Por outro lado, foram 558 respostas que equivalem a cinco, que representa o pior cenário. A proporção é quase 10 vezes maior.

A aplicação do questionário foi uma das etapas mais desafiadoras da pesquisa, tanto na elaboração das perguntas como no esforço para que os jornalistas aderissem ao instrumento. Considerando o tempo disponível para a aplicação, os resultados foram satisfatórios numérica e geograficamente. Foram 175 respostas válidas em apenas sete dias. Por um lado, um questionário curto e objetivo facilitou esta adesão. Por outro, um número maior de questões mais específicas poderiam ampliar qualitativamente os resultados, porém talvez, com uma amostra menor. Neste sentido, as 16 perguntas que compõe a ferramenta foram importantes para entender a percepção sobre o problema, mas definitivamente não esgotam todas as nuances e possibilidades da questão da independência do jornalismo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A independência das organizações jornalísticas e dos próprios jornalistas, segundo Bucci (2009), é necessária para que exista a própria ideia de liberdade de imprensa. Para o autor, o problema do financiamento da atividade aparece como central. De certa forma, isso também se expressou nos resultados desta pesquisa, uma vez que os fatores econômicos foram os piores avaliados pelos jornalistas entrevistados. O novo cenário midiático em escala mundial cria novas potencialidades e problemas para o jornalismo como o conhecemos. Se de um lado, surgem iniciativas dissociadas do esquema de financiamento tradicional da imprensa do século XX, de outro, surgem novos desafios, como páginas e páginas dedicadas a publicar mentiras (“*fake-news*”) que rendam cliques e monetização. Pelo menos em tese, há possibilidade de experiências jornalísticas em que o poder econômico não tenha peso tão determinante, como apontado neste estudo.

Nesta pesquisa, observamos como a discussão sobre o conceito de independência é ampla e polissêmica. De certa forma, ainda é rara entre autores brasileiros. Perspectivas diversas foram abordadas neste trabalho, sem chegarmos a uma definição mais consensual. Tanto para o jornalismo como para além dele, predomina a ideia de independência como um conceito relacional, a ser pensado a partir de variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais próprias. Em outras palavras, os parâmetros para definição da independência jornalística não são universais ou universalizáveis. O caráter fluido das noções de independência, e a própria contestação sobre o termo, não permitem essa generalização, como realizado nos relatórios da Repórteres Sem Fronteiras e Freedom House. Portanto, a necessidade de desenvolver critérios e indicadores próprios para mensurar a independência nos pareceu determinante para o desenvolvimento deste trabalho.

As contribuições teóricas elevam o nível do debate, tanto à refutação da ideia de independência como algo necessariamente positivo, mas sim, como um elemento relacionado à regulação. A independência seria, portanto, o resultado de uma complexa relação entre fatores econômicos, sociais, culturais e seus respectivos sistemas regulatórios (SCHULZ, 2015). As categorias utilizadas para aferir liberdade de imprensa e independência no jornalismo podem se misturar, ainda mais se levarmos em conta a perspectiva de Bucci (2009) em que a liberdade de imprensa é um ideal, que se materializa no grau de autonomia profissional. Em outras palavras, há uma conexão

indissociável entre os dois conceitos, que por vezes, não discernimos com clareza.

As interações com o questionário trouxeram novos elementos para análise, inclusive, sobre as próprias insuficiências do instrumento (como a ausência da opção “não sei”). Essas respostas foram importantes para que, num momento futuro, as formulações presentes nesta pesquisa possam ser aperfeiçoadas e reaplicadas em contextos diferentes, com o objetivo de ampliar a discussão e o conhecimento sobre como os jornalistas veem a independência no seu dia a dia e as relações destes dados com a promoção da função social do jornalismo.

Como observado neste trabalho, não há um método simples de aferir diferentes níveis de independência nas organizações jornalísticas. O conjunto de variáveis sob as quais devemos nos debruçar é vasto, e a formulação de indicadores padronizados pode servir para algumas realidades, e não para outras. Neste sentido, os critérios estabelecidos nesta pesquisa possuem propositadamente certa generalidade, tornando possível a sua aplicação para a amostra desejada.

A comparação entre os relatórios analisados no capítulo 3 serviram de base para a formulação tanto das perguntas, quanto do método de análise, a partir da criação de índices. Foi a partir disto que, observando como estas ONGs classificavam a liberdade de imprensa nos países, que pudemos formular este instrumento. Há diferenças substanciais entre eles. A principal delas está na abrangência dos entrevistados. Enquanto Freedom House dirige seu questionário a cerca de 90 especialistas, a Repórteres Sem Fronteiras entrevista cerca de 130 profissionais, entre eles, advogados, sociólogos e jornalistas. Neste trabalho, optamos por tentar "capturar" a percepção da própria categoria, a partir de uma amostra considerável de entrevistas dentro do território proposto. Os sentimentos, expectativas, esperanças dos jornalistas sobre este assunto interfere diretamente na qualidade do jornalismo produzido. Se para Bennet & Strange (2015) “é a expectativa de independência que molda a relação da sociedade com a mídia”, essa mesma expectativa também tem peso entre os operadores do jornalismo. A quantidade de perguntas também foi relevante: não nos parecia crível realizar uma *survey* deste alcance contendo 87 ou 123 perguntas (respectivamente, a quantidade de questões da RSF e FH).

Tão importante quanto às perguntas, era a determinação de como seriam as respostas. No caso da FH, as respostas são entre “sim” e “não”, o que nos pareceu bastante limitado. O modelo de múltipla escolha foi encontrado no questionário da RSF e foi adaptado. No original, as perguntas instigavam o participante a dar uma nota de zero a

dez para cada tema. Neste instrumento, montamos uma “escala de opiniões” e, posteriormente, atribuímos valor numérico às respostas. O objetivo foi aumentar a qualidade das interações, tendo em vista que apenas atribuir uma nota numérica pode ser algo muito mais subjetivo.

Outro elemento presente nestes instrumentos era o arcabouço jurídico de cada país. Como pesquisam em escala mundial, faz sentido delimitar os diferentes sistemas legislativos e regulatórios de cada país, permitindo ao leitor a comparação entre os mesmos. Como pesquisamos um território dentro de um único país, questionar os jornalistas sobre como é o marco regulatório das comunicações não faria sentido.

Como já citado anteriormente, as condições de trabalho dos jornalistas influenciam diretamente na dependência/independência dos mesmos (PSYCHOGIOPOULOU, 2014). Trabalhadores mal remunerados, com contratos precários ou com medo de represálias ou violência são mais suscetíveis a deslizes ético-morais, por pura sobrevivência. Esta é uma das principais diferenças com o documento publicado pela FH, que ignora as condições de trabalho profissionais como um elemento a ser considerado.

Mesmo com críticas ao formato e ao financiamento destas organizações como Freedom House e Repórteres Sem Fronteiras, os instrumentos desenvolvidos e a crítica aos mesmos foram fundamentais para o desenvolvimento do *survey* aplicado nesta pesquisa e detalhado no capítulo 4. Os quatro critérios formulados para dimensionar a independência no jornalismo (independência financeira, condições de trabalho, independência política e tomada de decisões) podem e devem ser contestados, na medida em que diferentes realidades ou inquietações do pesquisador podem exigir outros parâmetros para avaliar o problema.

Os relatórios sobre violência contra jornalistas, publicados pela FENAJ, foram importantes para comparar a percepção dos jornalistas sobre os casos de violência com as ocorrências devidamente relatadas aos sindicatos. Verificou-se, neste trabalho, que as respostas dos entrevistados acompanham os relatórios de maneira razoável, tanto na quantidade como na localidade dos incidentes. Os dados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) também serviram para ilustrar o cenário midiático nacional, a periculosidade da profissão no país e a concentração dos meios de comunicação.

O desenvolvimento deste trabalho apresenta uma contribuição ao campo jornalístico, no sentido de elaborar uma formulação mais precisa sobre a questão da independência e de como aferi-la. A ferramenta desenvolvida pode servir como base para pesquisas futuras, seja em

relação a pesquisas de caráter regional, seja pela comparação entre determinadas organizações jornalísticas (públicas x privadas, tradicionais x alternativas, etc.), regiões distintas, municípios ou Estados, ou outras que porventura não tenham nos ocorrido até aqui.

Ainda que com limitações, os resultados expressam um sentimento significativo dos jornalistas em Santa Catarina, seja pelo tamanho da amostra, seja pelos resultados em geral pessimistas dos profissionais. A importância desse levantamento reside ainda em dar materialidade a certas impressões e sentimentos compartilhados por todo o campo jornalístico, mas que de certa forma, guardam alto grau de imprecisão e “achismo”. A baixa classificação da imprensa catarinense em termos de independência surgiu como algo relativamente consensual na amostra. Esse pessimismo esteve presente em todas as regiões analisadas, não sendo fator localizado em região a ou b. Na percepção dos entrevistados, por maior que seja a influência dos poderes político e econômico, a proporção de profissionais que acreditam que isso interfere diretamente no processo de tomada de decisões é menor. As dificuldades em estabelecer uma amostra estatisticamente confiável ainda persistem para qualquer pesquisador que busque dados sobre a categoria dos jornalistas. Ainda assim, as 175 respostas oriundas de todas as regiões de Santa Catarina dão algum grau de legitimidade aos resultados, ainda mais, quando trabalhamos com uma classificação numérica que leva em consideração as médias das respostas. Da mesma maneira, nos parece acertado a inclusão de quaisquer jornalistas em atividade, sem distinção entre profissionais de redação e outros, ou ainda, entre jornalistas com carteira assinada e os demais profissionais. Seja nas redações, nas assessorias de imprensa, em gabinetes parlamentares ou em sindicatos, os profissionais de imprensa lidam constantemente com esses dilemas relacionados à independência. A própria precariedade de um contrato de trabalho é fator fundamental para um profissional estar sujeito a desvios ético-morais. Afinal de contas, o que está em jogo muitas vezes é sua subsistência.

Estes dados podem servir tanto para pressionar empresas e governos a estabelecer relações mais transparentes com a sociedade; servir de base para a formulação de políticas públicas de comunicação em nível municipal, estadual ou federal; fornecer subsídios para que outras organizações da sociedade civil debatam o problema das comunicações em Santa Catarina e no Brasil, e ainda, servir como referência inicial para outras pesquisas que abordem o tema da independência no jornalismo. É possível destacar ainda que o instrumento pode e deve ser aperfeiçoado para futura aplicação, seja em

Santa Catarina, ou em outra região. Também se torna plenamente possível adaptar o instrumento para avaliação de veículos em específico, permitindo comparação entre concorrentes, por exemplo. O descrédito sob o qual este campo profissional está entre seus próprios operadores é um sinal de alerta para as empresas, organizações e entidades da sociedade civil preocupadas com a imprensa, o jornalismo e a democracia. Portanto, uma aplicação recorrente desta pesquisa em determinado território e a divulgação de seus resultados também pode auxiliar na formulação de políticas públicas que visem amenizar o problema da independência nos veículos de comunicação, o fortalecimento de instrumentos de transparência nas verbas publicitárias e até mesmo dos canais e veículos públicos, educativos e comunitários.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. (Ed.). **Fenaj divulga nota contra mudanças na direção da EBC.** 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/fenaj-divulga-nota-contra-mudancas-na-direcao-da-ebc>>. Acesso em: 21 de outubro de 2016.

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. Revista de Jornalismo Espm, São Paulo, v. 5, p.30-89, abr./jun. 2013. Trimestral.

ANGELI, Larissa Martini. Radialistas políticos: uma análise do desempenho eleitoral dos comunicadores de rádio na Assembleia Legislativa do Paraná (1986-2006). 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ciência Política, Sociologia, Ufpr, Curitiba, 2011.

BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (Orgs.). Jornalismo em perspectiva. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2005.

BARROS, Antonio Teixeira; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BENNET, James. The Utopia of Independent Media: Independence, Working with freedom or working for free? In: BENNET, James. STRANGE, Nikki. **Media Independence. Working with freedom or working for free?.** Routledge. Londres, 2015.

BENNET, James, STRANGE, Niki & MEDRADO, Andrea. A moral economy of independent work? Creative freedom and public service in UK Digital Agencies In: BENNET, James. Strange, Nikki. **Media Independence. Working with freedom or working for free?.** Routledge. Londres, 2015.

BERGER, Christa. **Jornalismo e Ciências sociais: circulação de saberes sobre o presente.** Revista Intexto. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015

BLOG DO PRISCO. **Jorginho e João Rodrigues na mira do MPF**. 2015. Disponível em <<http://blogdoprisco.com.br/jorginho-mello-e-joao-rodrigues-na-mira-do-mpf/>>. Acesso em 2 de maio de 2017.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever de liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo, Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (Col. Interface).

CAGÉ, Julia. **Salvar os media: Capitalismo, Financiamento Participativo e Democracia**. Círculo de Leitores. Lisboa, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conselho de Comunicação Social critica fim de conselho curador da EBC**. 2016. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/COMUNICACAO/517635-CONSELHO-DE-COMUNICACAO-SOCIAL-CRITICA-FIM-DE-CONSELHO-CURADOR-DA-EBC.html>> . Acesso em 21 de outubro de 2016.

CARTA CAPITAL. **A MP de Temer para a EBC e o novo golpe na comunicação pública**. 2016. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-mp-de-temer-para-a-ebc-e-o-novo-golpe-na-comunicacao-publica>>. Acesso em 19 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Unesco questiona métodos da Repórteres Sem Fronteiras**. 2012. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/unesco-questiona-metodos-da-reporteres-sem-fronteiras>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Novo alvo do MPF: os políticos donos da mídia**. São Paulo, 24 de novembro de 2015. Disponível em

<[https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/novo-alvo-do-mpf-os-politicos-donos-da-midia-3650.html?utm\\_content=bufferac122&utm\\_medium=social&utm\\_source=twitter.com&utm\\_campaign=buffer](https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/novo-alvo-do-mpf-os-politicos-donos-da-midia-3650.html?utm_content=bufferac122&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer)>. Acesso em 02 de maio de 2017.

CATARSE. **Projetos de Jornalismo**. 2017. Disponível em: <<https://catarse.me/dbhero/dataclips/d4855103-345a-4f1a-bccc-6bf7ff5a32c4>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Liberdade de expressão no Brasil : Relatórios anuais da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH 2005-2015**. 2015. Disponível em <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/anauales/InformeAnual2015RELE.pdf>> . Acesso em 5 de outubro de 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Quem ganha com a venda da RBS de SC?** 2016. Disponível em <<https://objethos.wordpress.com/2016/03/07/ponto-de-vista-quem-ganha-com-a-venda-da-rbs-de-sc/>>. Acesso em 30 de abril de 2017.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) **A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1996.

DIÁRIO CATARINENSE. **Público vai decidir o novo nome da RBS TV em Santa Catarina**. 2017. Disponível em <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/05/publico-vai-decidir-o-novo-nome-da-rbs-tv-em-santa-catarina-9785064.html>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

DIEESE (Florianópolis). **Subsídio à Negociação Coletiva do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina**. Florianópolis: Dieese, 2016.

EISENSTEIN, Elisabeth L. **A revolução da cultura impressa**. São Paulo: Editora Ática, 1998 (Coleção Múltiplas Escritas).

ENGEPLUS. **Após decretarem estado de greve, jornalistas são demitidos**. 2017. Disponível em <<http://www.engeplus.com.br/noticia/midia/2017/apos-decretarem>>

estado-de-greve-jornalistas-sao-demitidos/>. Acesso em 27 de maio de 2017.

EXAME. **Lírio Parisotto estreia entre os mais ricos do mundo**. 2012. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/negocios/lirio-parisotto-estrela-entre-os-mais-ricos-do-mundo>>. Acesso em 8 de maio de 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Relatório 2016: Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil**. 2016. Disponível em <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio\\_fenaj\\_2016.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio_fenaj_2016.pdf)>. Acesso em 6 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2015: Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/relatorio-fenaj-2015.pdf>>. Acesso em 6 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2014: Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio-fenaj-2014.pdf>> . Acesso em 6 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2013: Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio-fenaj-2013.pdf>> . Acesso em 6 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2012: Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio-fenaj-2012.pdf>> . Acesso em 6 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2012: Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio-fenaj-2012.pdf>> . Acesso em 6 de março de 2017.

content/uploads/2016/06/relatorio-fenaj-2011.pdf>. Acesso em 6 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2010: Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio-fenaj-2010.pdf>>. Acesso em 6 de março de 2017.

FOLHA DE S. PAULO. **Ações visam cassar licenças de rádio e TV de 40 congressistas**. 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1709360-acoes-visam-cassar-licencas-de-radio-e-tv-de-40-congressistas.shtml>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Linha editorial**. 1997. Disponível em <[http://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha\\_editorial.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml)>. Acesso em 28 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lírio Parisotto deixa sociedade do Grupo RBS**. 2016. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/08/1804564-lirio-parisotto-deixa-sociedade-do-grupo-rbs.shtml>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Pela 1ª vez, receita de jornais vinda de circulação bate a de publicidade**. 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1636312-pela-1-vez-receita-de-jornais-vinda-de-circulacao-bate-a-de-publicidade.shtml>>. Acesso em 14 de julho de 2016.

FICC. **Mercado da Veiculação Publicitária em Santa Catarina**. 2015. Disponível em <<http://www.acaert.com.br/app/webroot/files/ckeditor/files/3003%20-%20Pesquisa%20de%20Mercado%20-%20A3%20-%20AF.pdf>>. Acesso em 8 de maio de 2015.

FREEDOM HOUSE. **Freedom Of The Press 2016**. 2016. Disponível em <<https://freedomhouse.org/report/freedom-press/freedom-press-2016>>. Acesso em 14 de abril de 2016.

**G1. Ex de Luiza Brunet é ouvido em audiência do caso no qual é acusado de agressão.** 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/ex-de-luiza-brunet-chega-a-forum-de-sp-para-audiencia-do-caso-no-qual-e-acusado-de-agressao.ghtml>>. Acesso em 25 de maio de 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do canal 12 à compra do jornal A Notícia: As articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo.** 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2016.

GRUPO SCC. **Sobre SCC.** 2014. Disponível em <[http://gruposcc.com.br/scc/site/sobre\\_o\\_scc](http://gruposcc.com.br/scc/site/sobre_o_scc)>. Acesso em 8 de maio de 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research.** Communication Theory, v.16, pp. 411-426. International Communication Association. Alemanha, 2006. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x/abstract>>, acesso em 06 de fevereiro de 2017.

HANS BREDOW INSTITUTE et al. **Indicators for independence and efficient functioning of audiovisual media services regulatory bodies for the purpose of enforcing the rules in the AVMS Directive.** 2011. Disponível em <<http://www.indireg.eu/>>. Acesso em 06 de março de 2017.

HANITZSCH, Thomas. **Populist disseminators, detached watchdogs, critical change agentes and opportunist facilitators: Professional**

**milieus, the journalistic field and autonomy in 18 countries.** International Communication Gazette, 2011.

HERVIEU, Benoit. **O país dos trinta Berlusconis.** 2013. Disponível em <[https://issuu.com/rsf\\_webmaster/docs/rsf\\_bresil\\_por](https://issuu.com/rsf_webmaster/docs/rsf_bresil_por)>. Acesso em 28 de junho de 2016.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo.** Tchê!, Porto Alegre, 1987.

HUNTER, Andrea. **Crowdfunding independent and freelance journalism: Negotiating journalistic norms of autonomy and objectivity.** News & Media Society, 2015, vol. 17. Disponível em <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444814558915>> . Acesso em 09 de fevereiro de 2016.

IBOPE. **Índice de Confiança Social 2015.** 2015. Disponível em <[http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics\\_brasil.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf)>. Acesso em 25 de maio de 2017.

IJUM, Jorge Kanehide. Ciência e Jornalismo: apontamentos sobre as ideias de Boaventura de Souza Santos para compreensão do jornalismo. **Revista Ação Midiática**, Curitiba, UFPR, 2014.

IRION, Kristina & RADU, Roxana. **Delegation to Independent Regulatory Authorities in the Media Sector: A Paradigm Shift Through the Lens of Regulatory Theory.** In: The Independence of the Media and Its Regulatory Agencies. Shedding New Light on Formal and Actual Independence Against the National Context, W. Schulz, P. Valcke & K. Irion (eds.), Bristol UK/ Chicago USA: Intellect 2013.

JENKINS, Henry, **Cultura da Convergência.** São Paulo :Aleph, 2008.

KARPPINEN, Kari; MOE, Hallvard. **What we talk about when talk about “media Independence”. 2016** Disponível em <<http://bora.uib.no/bitstream/handle/1956/12265/What+We+Talk+About+When+Talk+About+Media+Independence.pdf?sequence=6>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada.** São Paulo, Sumus, 2003.

LIMA, Venício. **Da liberdade de expressão ao direito à comunicação.** Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ao-direito-a-comunicacao/>>. acesso em 13 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Liberdade de Expressão x Liberdade de Imprensa: direito à comunicação e democracia.** São Paulo, Publisher Brasil, 2010.

LOCATELLI, Carlos. **Livre e sob controle:** o desafio de regular a mídia no Brasil. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2001.

MAIA, Rouseley. A deliberação nos media: apontamentos conceituais. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, PósCom-Metodista, a. 29, n.50, p. 81-101, 2 sem. 2008.

MARSHALL, Leandro. **O Jornalismo na era da publicidade.** São Paulo, Sumus, 2003.

McQUAIL, Denis. **Atuação da mídia:** comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre, Penso, 2012.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** São Paulo, Contexto, 2007.

MICK et all. **Governança social para o novo jornalismo. Projeto de pesquisa-ação.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

MICK, J. & LIMA, Samuel Pantoja. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012.** Editora Insular. Florianópolis, 2013.

NOTÍCIAS DO DIA. **O Estado, 100 anos. Caderno especial.** Florianópolis, 13 de maio de 2015.

NOWISCK, Geny Santos. **História da televisão, TV brasileira e paranaense: reflexões sobre jornalismo cultural.** 10º Encontro Nacional de História da Mídia. 2015. Disponível em

<[http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/historia-da-televisao-tv-brasileira-e-paranaense-reflexoes-sobre-jornalismo-cultural/at\\_download/file](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/historia-da-televisao-tv-brasileira-e-paranaense-reflexoes-sobre-jornalismo-cultural/at_download/file)>. Acesso em 8 de maio de 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **PGR pede fim de concessões de radiodifusão a políticos**. 2016. Disponível em:

<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pgr-pede-fim-de-concessoes-de-radiodifusao-a-politicos,10000072282>>. Acesso em 2 de maio de 2017.

O ESTADO DE MINAS. **Governo Temer veta palavra 'presidenta' em publicações da EBC**. Disponível em

<[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/31/interna\\_politica,767923/palavra-presidenta-e-vetada-na-ebc.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/31/interna_politica,767923/palavra-presidenta-e-vetada-na-ebc.shtml)>. Acesso em 21 de outubro de 2016.

PICARD, Robert G. **Twilight or new Dawn of journalism?** Evidence from the changing news ecosystem.

PSYCHOGIOPOULOU, Evangelia. **Media policies revisited**. The Palgrave Macmillan, Londres, 2014.

\_\_\_\_\_ Media Freedom and Independence in Contemporary Democratic Societies. In: **Media policies revisited**. The Palgrave Macmillan, Londres, 2014.

REPORTERS WITHOUT BORDERS. **2016 World Press Freedom Index**. Disponível em , acessado em 20 de abril de 2016.

RIC MAIS. **Conheça a história de sucesso do fundador do Grupo RIC**. 2013. Disponível em

<<https://pr.ricmais.com.br/fique-por-dentro-da-ric/noticias/mario-petrelli-funda-grupo-ric-e-ve-seu-negocio-crescer/>>. Acesso em 8 de maio de 2017.

RODA VIVA. **Entrevista com Pablo Capilé** . São Paulo: Tv Cultura, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ>>. Acesso em: 10 de agosto 2016.

ROSENTHAL, John. **The Reporters Without Borders Press Freedom Index: Independent Assessment or EU Propaganda?** 2007. Disponível em <http://www.worldpoliticsreview.com/articles/1312/the-reporters-without-borders-press-freedom-index-independent-assessment-or-eu-propaganda-part-i>. Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

SCHULZ, W. **Approaches to independence**. In: SCHULZ, W; VALCKE, P. & IRION, K. *The Independence of the Media and its Regulatory Agencies: Shedding New Light on Formal an Actual Independence against the National Context*. Bristol, Editora Intellect, Reino Unido, 2013.

SCHULZ, W.; VALCKE, P. & IRION, K. **The Independence of the media and its regulatory agencies: shedding new light on formal and actual independence against the national context**. Intellect, Bristol (UK) & Chicago (USA), 2013.

SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SANTA CATARINA. **Band-SC é investigada após denúncia do Sindicato dos Jornalistas**. 2015. Disponível em <http://sjsc.org.br/11/09/2015/band-sc-e-investigada-apos-denuncia-do-sindicato-dos-jornalistas/>. Acesso em 30 de abril de 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no ocidente**. Universidade Fernando Pessoa & Centro de Investigação Media & Jornalismo. BOCC. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2016.

SJØVAAG, Helle. **Journalistic Autonomy: Between Structure, Agency and Institution**. 2013, *Nordicom Review*, nº 34. Disponível em [http://www.nordicom.gu.se/sites/default/files/kapitel-pdf/12\\_sjovaag\\_0.pdf](http://www.nordicom.gu.se/sites/default/files/kapitel-pdf/12_sjovaag_0.pdf). Acesso em 08 de agosto de 2016.

TERNES, Apolinário. **A imprensa no norte de Santa Catarina**. In: BALDESSAR & CHRISTOFOLETTI (orgs). *Jornalismo em perspectiva*. Florianópolis, 2005, Editora da UFSC.

THE FINANCIAL TIMES. **Bush enters debate on freedom in Iran.** 2006. Disponível em <[http://news.ft.com/cms/s/48d26298-c052-11da-939f-0000779e2340,\\_i\\_rssPage=de095590-c8f4-11d7-81c6-0820abe49a01.html](http://news.ft.com/cms/s/48d26298-c052-11da-939f-0000779e2340,_i_rssPage=de095590-c8f4-11d7-81c6-0820abe49a01.html)>. Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

THE NEW YORK TIMES. **Standards and ethics.** Sem data. Disponível em < <http://www.nytc.com/who-we-are/culture/standards-and-ethics/> >. Acesso em 28 de junho de 2016.

VALENTE, César. **A imprensa na Grande Florianópolis.** In: BALDESSAR & CHRISTOFOLETTI (orgs). *Jornalismo em perspectiva.* Florianópolis, 2005, Editora da UFSC.

VALENTE, Jonas. **Regulação democrática dos meios de comunicação.** Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2013.

WEBER, Max. *Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa.* In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. **A era glacial do jornalismo – teorias sociais da imprensa.** Porto Alegre, Sulina, 2006.

## APÊNDICE 1 – Índice médio de independência no jornalismo por pergunta e região

A cada uma das 175 respostas dos entrevistados, foi atribuído um valor numérico, entre um e cinco. Quanto menor o número, maior a percepção de independência. As tabelas abaixo correspondem as médias individuais de cada pergunta, separadas por região. A cada índice, foi atribuída uma classificação entre alto (entre um e 1,99), satisfatório (2 a 2,99), baixo (3 a 3,99) e muito baixo (4 a 5).

### 1. Como você avalia a independência financeira dos veículos de comunicação de sua região?

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	4,08	Muito baixo
Vale do Itajaí	3,95	Baixo
Oeste	3,82	Baixo
Norte	4,13	Muito baixo
Sul	4,56	Muito baixo
Serrana	3,50	Baixo
<b>SC</b>	<b>4,11</b>	<b>Muito baixo</b>

Respostas e valores: totalmente independentes (1), Em sua maioria, independentes (2), meio a meio (3), Em sua maioria, dependentes (4), totalmente dependentes (5).

**2. Em sua opinião, qual o grau de dependência econômica dos veículos de comunicação de sua região, em relação às verbas publicitárias do Estado (prefeitura, câmaras de vereadores, governo do Estado, etc.) e/ou de entidades empresariais?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	4,38	Muito baixo
Vale do Itajaí	4,09	Muito baixo
Oeste	4,29	Muito baixo
Norte	4,04	Muito baixo
Sul	4,32	Muito baixo
Serrana	4,00	Muito baixo
<b>SC</b>	<b>4,27</b>	<b>Muito baixo</b>

Respostas e valores: totalmente independentes (1), Em sua maioria, independentes (2), meio a meio (3), Em sua maioria, dependentes (4), totalmente dependentes (5).

**3. Em sua opinião, com qual frequência os veículos de comunicação de sua região adulteram o conteúdo em favor de anunciantes?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	3,68	Baixo
Vale do Itajaí	3,36	Baixo
Oeste	3,47	Baixo
Norte	3,75	Baixo
Sul	3,96	Baixo
Serrana	2,50	Satisfatório
<b>SC</b>	<b>3,66</b>	<b>Baixo</b>

Respostas e valores: nunca (1), raramente (2), às vezes (3), regulamentado (4), muito frequentemente (5).

**4. Em sua opinião, com qual frequência os veículos de comunicação de sua região realizam a publicação de matérias que exaltem a biografia de anunciantes (os "perfis empresariais") e/ou as empresas dos anunciantes?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	3,86	Baixo
Vale do Itajaí	3,82	Baixo
Oeste	3,71	Baixo
Norte	3,88	Baixo
Sul	3,96	Baixo
Serrana	2,50	Satisfatório
<b>SC</b>	<b>3,84</b>	<b>Baixo</b>

Respostas e valores: nunca (1), raramente (2), às vezes (3), regulamente (4), muito frequentemente (5).

**5. Em sua experiência, como as empresas de comunicação da sua região cumprem o piso salarial e a jornada de trabalho dos jornalistas?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	3,05	Baixo
Vale do Itajaí	3,23	Baixo
Oeste	2,76	Satisfatório
Norte	3,08	Baixo
Sul	3,60	Baixo
Serrana	3,50	Baixo
<b>SC</b>	<b>3,13</b>	<b>Baixo</b>

Respostas e valores: Todas cumprem (1), A maioria cumpre (2), meio a meio (3), Quase nenhuma cumpre (4), nenhuma (5).

**6. Em sua experiência, qual a frequência de episódios de acúmulo de funções para profissionais de jornalismo em sua região?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	4,29	Muito baixo
Vale do Itajaí	4,55	Muito baixo
Oeste	4,24	Muito baixo
Norte	4,21	Muito baixo
Sul	4,76	Muito baixo
Serrana	4,00	Muito baixo
<b>SC</b>	<b>4,37</b>	<b>Muito baixo</b>

Respostas e valores: nunca (1), raramente (2), às vezes (3), regularmente (4), muito frequentemente (5).

**7. Em sua experiência, qual a frequência de episódios de violência contra jornalistas em sua região? (constrangimento, impedimento do exercício profissional, ameaça, agressão física ou verbal, prisões, autocensura, pressões editoriais, etc).**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	3,36	Baixo
Vale do Itajaí	2,82	Satisfatório
Oeste	3,12	Baixo
Norte	3,04	Baixo
Sul	3,00	Baixo
Serrana	2,00	Satisfatório
<b>SC</b>	<b>3,16</b>	<b>Baixo</b>

Respostas e valores: nunca (1), raramente (2), às vezes (3), regularmente (4), muito frequentemente (5).

**8. Em sua opinião, como você classificaria o medo dos jornalistas de sua região em perder o emprego?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	4,11	Muito baixo
Vale do Itajaí	4,00	Muito baixo
Oeste	3,59	Baixo
Norte	4,13	Muito baixo
Sul	4,04	Muito baixo
Serrana	3,50	Baixo
<b>SC</b>	<b>4,03</b>	<b>Muito Baixo</b>

Respostas e valores: Muito baixo (1), baixo (2), regular (3), Alto (4), Muito alto (5).

**9. Como você avalia a cobertura da imprensa em sua região?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	3,73	Baixo
Vale do Itajaí	3,50	Baixo
Oeste	3,29	Baixo
Norte	3,92	Baixo
Sul	3,56	Baixo
Serrana	3,00	Baixo
<b>SC</b>	<b>3,65</b>	<b>Baixo</b>

Respostas e valores: imparcial (1), em geral, imparcial (2), meio a meio (3), em geral, parcial (4), totalmente parcial (5).

**10. Em sua experiência, com que frequência agentes políticos são sócios ou proprietários de jornais, rádios, portais de internet ou canais de TV na sua região?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	3,51	Baixo
Vale do Itajaí	3,73	Baixo
Oeste	3,76	Baixo
Norte	3,50	Baixo
Sul	3,64	Baixo
Serrana	2,50	Satisfatório
<b>SC</b>	<b>3,57</b>	<b>Baixo</b>

Respostas e valores: nunca (1), raramente (2), às vezes (3), regularmente (4), muito frequentemente (5).

**11. Em sua opinião, qual a frequência em que os agentes políticos (prefeito, vereadores, juízes, secretários, entre outros) interferem ou influenciam no conteúdo jornalístico disponível na sua região?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	3,81	Baixo
Vale do Itajaí	3,86	Baixo
Oeste	4,06	Muito Baixo
Norte	3,71	Baixo
Sul	4,00	Muito Baixo
Serrana	3,00	Baixo
<b>SC</b>	<b>3,85</b>	<b>Baixo</b>

Respostas e valores: nunca (1), raramente (2), às vezes (3), regularmente (4), muito frequentemente (5).

**12. Em sua opinião, com que frequência um agente político pode provocar a demissão de um jornalista em sua região, por não gostar do conteúdo publicado?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	3,15	Baixo
Vale do Itajaí	2,82	Satisfatório
Oeste	2,65	Satisfatório
Norte	3,17	Baixo
Sul	3,20	Baixo
Serrana	2,50	Satisfatório
<b>SC</b>	<b>3,06</b>	<b>Baixo</b>

Respostas e valores: nunca (1), raramente (2), às vezes (3), regularmente (4), muito frequentemente (5).

**13. Em sua opinião, os veículos de sua região possuem independência para realizar o processo de tomada de decisões editoriais?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	2,76	Satisfatório
Vale do Itajaí	3,45	Baixo
Oeste	2,94	Satisfatório
Norte	2,92	Satisfatório
Sul	2,44	Satisfatório
Serrana	3,00	Baixo
<b>SC</b>	<b>2,58</b>	<b>Satisfatório</b>

Respostas e valores: sempre (1), regularmente (2), às vezes (3), raramente (4), nunca (5).

**14. Em sua opinião, qual a frequência de intervenção de departamentos não jornalísticos no conteúdo produzido? (departamento jurídico, comercial, etc.)**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	3,58	Baixo
Vale do Itajaí	3,68	Baixo
Oeste	3,71	Baixo
Norte	3,88	Baixo
Sul	3,76	Baixo
Serrana	2,50	Satisfatório
<b>SC</b>	<b>3,66</b>	<b>Baixo</b>

Respostas e valores: nunca (1), raramente (2), às vezes (3), regularmente (4), muito frequentemente (5).

**15. Em sua opinião, qual o grau de autonomia dos jornalistas em relação à escolha das pautas e enquadramentos das notícias?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	2,71	Satisfatório
Vale do Itajaí	2,73	Satisfatório
Oeste	3,06	Baixo
Norte	2,5	Satisfatório
Sul	2,84	Satisfatório
Serrana	3,5	Baixo
<b>SC</b>	<b>2,74</b>	<b>Satisfatório</b>

Respostas e valores: muito baixo (1), baixo (2), regular (3), alto (4) e muito alto (5).

**16. Com que frequência você vivenciou/tomou conhecimento de episódios de censura a jornalistas na sua região?**

<b>Região</b>	<b>Índice</b>	<b>Classificação</b>
Florianópolis	3,00	Baixo
Vale do Itajaí	3,32	Baixo
Oeste	3,00	Baixo
Norte	2,96	Satisfatório
Sul	3,24	Baixo
Serrana	2,00	Baixo
<b>SC</b>	<b>3,06</b>	<b>Baixo</b>

Respostas e valores: nunca (1), raramente (2), às vezes (3), regularmente (4), muito frequentemente (5).

Cidade	Região	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Índice	Classificação
Fpolis	Fpolis	4	4	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5	3	5	2	4	4,44	Muito Baixo
Campo Alegre	Norte	4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5	1	5	2	5	4,44	Muito Baixo
Brusque	Vale do Itajaí	5	4	5	5	4	5	5	5	4	5	5	5	3	5	1	5	4,44	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	5	5	4	5	4	5	4	5	5	5	3	4	1	5	4,38	Muito Baixo
Palhoça	Fpolis	5	5	5	3	4	5	5	5	4	5	5	5	3	4	3	4	4,38	Muito Baixo
Jaraguá do Sul	Norte	5	5	5	5	3	5	4	5	5	5	5	4	3	5	2	4	4,38	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	4	4	4	4	4	4	5	5	5	5	3	4	3	5	4,31	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	5	4	5	5	3	5	4	5	5	5	5	4	3	4	3	4	4,31	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	5	5	4	4	3	4	5	5	5	5	3	5	5	3	4,31	Muito Baixo
Criciúma	Sul	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5	4	1	5	1	4	4,31	Muito Baixo
Orleans	Sul	5	5	5	5	4	5	5	3	4	5	5	5	3	5	2	3	4,31	Muito Baixo

Fpolis	Fpolis	4	4	5	5	4	5	4	5	5	5	5	4	3	5	1	4	4,25	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	5	5	4	5	5	5	4	4	5	4	3	4	2	4	4,25	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	5	5	4	4	5	4	4	4	5	4	2	4	3	4	4,19	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	5	4	5	5	4	5	4	4	4	4	4	5	3	5	2	4	4,19	Muito Baixo
Penha	Vale do Itajaí	4	5	4	5	4	5	4	5	4	4	5	4	3	4	3	4	4,19	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	4	4	3	5	4	5	4	4	5	4	2	4	3	4	4,06	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	5	4	5	3	4	5	4	4	4	5	5	5	3	4	2	3	4,06	Muito Baixo
Araranguá	Sul	5	5	5	5	2	5	3	5	4	3	5	3	2	5	3	5	4,06	Muito Baixo
Criciúma	Sul	4	4	4	5	5	4	4	4	4	5	5	4	2	4	3	4	4,06	Muito Baixo
Imbituba	Sul	5	5	4	4	4	5	3	4	5	5	5	4	1	5	2	4	4,06	Muito Baixo
Blumenau	Vale do Itajaí	5	5	4	4	4	5	3	4	4	5	5	4	2	4	3	4	4,06	Muito Baixo
Itapema	Vale do	5	5	5	5	3	4	3	5	5	4	5	3	3	5	2	3	4,06	Muito Baixo

	Itajaí																		
Fpolis	Fpolis	5	4	5	4	4	5	3	4	4	4	5	4	3	4	3	3	4,00	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	5	5	5	5	3	4	4	3	4	2	5	5	3	3	4,00	Muito Baixo
Joinville	Norte	4	4	5	5	4	4	4	4	5	4	5	3	3	4	2	4	4,00	Muito Baixo
Joinville	Norte	5	5	5	4	4	5	4	5	4	3	4	3	3	4	2	4	4,00	Muito Baixo
Joinville	Norte	5	4	5	4	4	4	3	4	4	4	4	5	3	5	1	5	4,00	Muito Baixo
Chapecó	Oeste	5	5	5	5	3	5	3	4	4	5	5	3	3	4	2	3	4,00	Muito Baixo
Blumenau	Vale do Itajaí	5	3	4	4	4	5	3	5	4	5	4	3	4	4	3	4	4,00	Muito Baixo
Penha	Vale do Itajaí	5	5	4	5	4	5	2	4	4	4	4	3	4	4	3	4	4,00	Muito Baixo
Fpolis	Fpolis	5	4	4	4	4	5	4	4	5	5	5	3	3	4	1	3	3,94	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	3	5	4	4	4	5	5	4	4	3	3	4	2	3	3,94	Baixo
Fpolis	Fpolis	3	5	5	4	4	5	4	4	3	4	5	4	2	3	4	4	3,94	Baixo

Xanxerê	Oeste	4	5	5	5	4	5	3	5	3	5	5	3	1	4	3	3	3,94	Baixo
Criciúma	Sul	5	2	4	5	4	5	2	5	4	5	5	5	1	4	3	4	3,94	Baixo
Criciúma	Sul	5	2	4	5	4	5	2	5	4	5	5	5	1	4	3	4	3,94	Baixo
Criciúma	Sul	5	5	5	5	2	5	4	5	4	4	4	2	2	5	3	3	3,94	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	4	4	2	4	4	4	5	4	5	3	3	4	2	4	3,88	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	4	5	4	5	3	4	4	3	4	4	2	5	2	3	3,88	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	5	4	4	5	3	4	4	5	5	3	3	4	2	3	3,88	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	4	4	2	5	4	4	4	4	4	4	3	3	3	5	3,88	Baixo
Chapecó	Oeste	4	5	4	4	4	4	3	5	5	3	4	4	3	4	2	4	3,88	Baixo
Chapecó	Oeste	5	5	5	4	3	4	4	5	4	3	5	3	2	4	3	3	3,88	Baixo
Xanxerê	Oeste	4	5	4	3	3	5	3	4	5	5	4	3	2	3	4	5	3,88	Baixo
Xaxim	Oeste	4	4	4	5	2	5	5	4	3	4	4	3	4	4	3	4	3,88	Baixo
Blumenau	Vale do	4	4	4	5	4	5	3	4	4	4	5	3	2	4	2	5	3,88	Baixo

	Itajaí																		
Fpolis	Fpolis	5	5	4	4	4	5	3	4	5	4	4	3	1	4	2	4	3,81	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	3	3	4	5	5	3	5	5	4	4	2	4	3	3	3,81	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	4	4	3	5	5	4	4	2	4	3	2	5	1	5	3,81	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	4	5	3	4	5	4	4	3	4	4	3	4	2	4	3,81	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	4	4	3	4	4	4	4	4	4	4	3	4	3	4	3,81	Baixo
Chapecó	Oeste	5	5	4	4	3	5	2	2	5	5	5	4	3	5	1	3	3,81	Baixo
Garopaba	Sul	4	4	4	3	5	5	3	3	4	4	5	4	2	4	3	4	3,81	Baixo
Garopaba	Sul	5	5	4	3	4	5	4	4	3	3	5	4	2	4	3	3	3,81	Baixo
Tubarão	Sul	5	5	4	3	3	5	3	4	4	3	4	3	4	4	3	4	3,81	Baixo
Itajaí	Vale do Itajaí	5	5	4	5	3	5	3	4	3	3	4	2	4	4	3	4	3,81	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	5	4	2	4	4	4	2	4	5	3	2	4	3	4	3,75	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	5	4	2	5	5	5	4	4	3	5	2	3	1	3	3,75	Baixo

Fpolis	Fpolis	5	5	5	5	4	4	3	4	4	3	3	3	4	3	2	3	3,75	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	4	4	3	3	3	5	5	5	4	3	3	4	2	3	3,75	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	4	4	4	5	5	3	5	4	4	4	3	4	1	2	3,75	Baixo
Joinville	Norte	5	5	4	4	3	5	4	4	4	3	4	3	4	4	1	3	3,75	Baixo
Joinville	Norte	4	5	3	5	4	4	3	4	4	4	4	3	4	3	4	2	3,75	Baixo
Joinville	Norte	4	5	4	4	2	4	3	4	4	4	4	3	4	5	3	3	3,75	Baixo
Araranguá	Sul	5	5	4	4	4	5	4	3	4	3	4	3	2	4	3	3	3,75	Baixo
Santa Rosa de Lima	Sul	4	5	5	4	4	5	4	5	4	3	3	3	2	4	2	3	3,75	Baixo
Blumenau, Brusque e Major Gercino (SC)	Vale do Itajaí	4	4	4	4	4	5	4	3	4	4	5	3	3	3	2	4	3,75	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	5	5	2	5	3	4	4	3	4	3	3	4	2	4	3,69	Baixo

Fpolis	Fpolis	4	5	4	5	2	2	3	4	4	5	5	4	3	4	2	3	3,69	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	4	4	3	5	4	4	4	3	4	4	2	3	3	3	3,63	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	4	4	3	5	3	4	4	3	4	4	1	4	2	3	3,63	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	3	4	3	4	5	5	4	4	5	3	4	2	2	3	3	3,63	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	4	3	3	4	4	4	4	4	4	3	2	4	2	4	3,63	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	5	5	2	4	2	4	5	3	5	4	3	3	2	3	3,63	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	3	4	4	4	4	4	3	4	4	4	2	4	3	3	3,63	Baixo
Joinville	Norte	5	1	5	4	3	5	3	4	5	3	4	4	3	5	1	3	3,63	Baixo
Joaçaba	Oeste	4	5	3	4	2	4	4	4	4	4	4	3	3	5	2	3	3,63	Baixo
Xanxerê	Oeste	4	5	3	4	3	5	3	4	3	5	5	2	2	4	3	3	3,63	Baixo
Criciúma	Sul	4	5	4	5	2	4	3	5	4	4	4	3	2	4	2	3	3,63	Baixo
Itajaí	Vale do Itajaí	4	5	3	3	4	5	3	4	5	4	3	3	3	4	2	3	3,63	Baixo
Itajaí	Vale do	4	4	3	4	3	4	3	4	4	4	4	3	4	4	3	3	3,63	Baixo

	Itajaí																		
Fpolis	Fpolis	4	5	5	4	4	3	3	4	4	4	4	3	2	3	3	2	3,56	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	5	5	4	5	3	5	2	2	3	2	2	4	3	3	3,56	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	3	4	2	5	3	4	4	4	4	3	2	4	3	4	3,56	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	2	4	3	3	3,56	Baixo
Joinville	Norte	4	4	4	4	3	5	3	4	4	3	4	3	2	4	3	3	3,56	Baixo
Joinville	Norte	4	4	4	4	2	5	3	5	3	4	4	2	4	3	3	3	3,56	Baixo
Blumenau	Vale do Itajaí	4	5	4	3	2	5	2	4	4	5	4	2	3	5	1	4	3,56	Baixo
Blumenau	Vale do Itajaí	4	4	3	4	3	4	2	5	4	2	4	4	3	5	3	3	3,56	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	3	3	3	5	2	5	3	3	3	3	4	3	3	3	3,50	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	4	4	3	4	2	5	4	2	5	2	1	5	2	3	3,50	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	2	4	4	5	3	4	3	5	4	2	4	3	4	1	3,50	Baixo

Fpolis	Fpolis	4	4	5	4	2	4	3	4	4	3	4	3	4	5	1	2	3,50	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	4	4	4	3	3	2	4	4	4	3	4	3	3	3	3,50	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	3	4	4	5	3	4	4	4	3	2	2	4	3	2	3,50	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	3	4	2	4	2	5	4	4	4	3	3	3	4	2	3,50	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	3	3	3	4	3	4	4	5	4	3	2	4	2	3	3,50	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	3	4	3	4	3	5	3	4	3	3	4	3	3	3	3,50	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	3	3	2	5	2	4	3	3	4	3	4	3	4	3	3,50	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	3	4	2	5	4	5	4	3	3	3	2	3	3	3	3,50	Baixo
Joinville	Norte	4	5	3	4	2	4	3	4	4	3	3	3	4	4	3	3	3,50	Baixo
Joinville	Norte	4	5	3	4	3	3	3	4	4	3	4	4	3	4	2	3	3,50	Baixo
Criciúma	Sul	5	5	3	4	3	5	3	5	3	2	3	3	2	3	4	3	3,50	Baixo
Itajaí	Vale do Itajaí	4	5	3	4	3	4	3	3	4	4	5	3	3	3	2	3	3,50	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	3	4	1	5	4	4	3	3	3	3	4	3	3	3	3,44	Baixo

Fpolis	Fpolis	5	5	2	3	5	5	4	5	3	2	3	3	3	3	3	1	3,44	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	4	5	2	4	3	5	4	2	3	3	3	4	2	3	3,44	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	3	3	3	5	4	5	3	2	3	2	2	4	4	2	3,44	Baixo
Jaraguá do Sul	Norte	5	5	4	5	2	1	3	4	4	4	4	3	1	4	3	3	3,44	Baixo
Joinville	Norte	5	5	2	4	4	4	3	4	4	3	3	3	3	4	3	1	3,44	Baixo
Chapecó	Oeste	5	5	4	4	2	4	4	3	2	4	4	3	2	3	3	3	3,44	Baixo
Capivari de Baixo	Sul	5	5	5	3	4	4	2	4	4	2	4	2	2	3	3	3	3,44	Baixo
Criciúma	Sul	5	4	4	3	4	5	2	3	3	4	4	3	2	4	2	3	3,44	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	2	3	4	5	4	4	3	3	4	3	2	3	3	3	3,38	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	4	3	2	4	3	4	4	4	3	2	4	3	3	3	3,38	Baixo
Fpolis	Fpolis	2	4	4	4	2	3	4	4	4	3	4	4	2	4	3	3	3,38	Baixo
Joinville	Norte	4	4	4	3	4	4	3	4	4	4	3	3	2	3	2	3	3,38	Baixo

Joinville	Norte	4	4	4	3	4	4	3	5	4	3	3	4	2	2	2	3	3,38	Baixo
Criciúma	Sul	4	5	4	4	4	4	2	2	2	3	4	3	4	4	2	3	3,38	Baixo
Criciúma	Sul	4	2	3	5	4	5	2	4	3	4	3	4	2	3	4	2	3,38	Baixo
Criciúma	Sul	3	3	4	3	4	5	2	5	3	4	3	3	4	3	3	2	3,38	Baixo
Blumenau	Vale do Itajaí	4	4	2	3	3	5	3	5	2	3	4	3	4	4	3	2	3,38	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	3	5	2	5	2	5	4	3	4	1	1	3	4	1	3,31	Baixo
Fpolis	Fpolis	3	5	2	4	5	2	2	4	3	5	4	5	1	2	3	3	3,31	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	4	4	2	3	2	3	3	2	4	2	2	5	3	5	3,31	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	3	3	2	5	4	4	4	3	4	2	2	3	3	3	3,31	Baixo
Jaraguá do Sul	Norte	4	4	4	4	2	3	3	3	4	4	4	3	2	3	3	3	3,31	Baixo
Jaraguá do Sul	Norte	4	4	4	4	3	5	3	3	4	3	4	3	2	3	3	1	3,31	Baixo
Joinville	Norte	3	3	3	4	2	5	2	4	2	4	3	3	4	4	4	3	3,31	Baixo

Criciúma	Sul	3	5	2	4	3	5	2	4	2	4	3	3	4	2	4	3	3,31	Baixo
Içara	Sul	5	4	3	3	3	4	3	3	3	2	4	2	4	4	3	3	3,31	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	3	4	4	4	3	4	2	3	3	2	3	4	3	2	3,25	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	5	3	4	4	3	3	3	3	2	3	2	4	3	3	3	3,25	Baixo
São José	Fpolis	4	4	3	3	1	4	3	4	4	3	4	3	3	4	2	3	3,25	Baixo
Chapecó	Oeste	3	4	4	4	3	5	2	3	3	3	4	2	2	4	3	3	3,25	Baixo
Criciúma	Sul	5	5	3	3	4	5	2	4	2	4	2	1	4	2	4	2	3,25	Baixo
Urussanga	Sul	4	3	3	3	2	5	3	5	3	3	3	2	4	3	3	3	3,25	Baixo
Antônio Carlos	Fpolis	4	4	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	2	3	2	3	3,19	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	4	4	3	3	2	3	3	2	5	2	2	3	3	2	3,19	Baixo
Fpolis	Fpolis	5	5	3	3	2	3	2	3	3	3	3	3	4	3	3	3	3,19	Baixo
Lages	Serrana	4	4	3	3	3	4	2	4	4	3	4	3	2	3	3	2	3,19	Baixo

Tubarão	Sul	5	5	4	4	3	4	3	2	4	2	3	2	2	2	3	3	3,19	Baixo
Itajaí	Vale do Itajaí	2	4	5	4	2	4	3	4	3	3	3	2	4	2	2	4	3,19	Baixo
Fpolis	Fpolis	3	3	3	3	3	4	3	3	3	4	4	3	2	3	3	3	3,13	Baixo
São José	Fpolis	4	1	4	4	2	5	5	3	3	3	3	3	3	3	1	3	3,13	Baixo
Chapecó	Oeste	4	4	3	3	4	5	3	4	3	2	3	2	2	3	3	2	3,13	Baixo
Itajaí	Vale do Itajaí	4	4	3	3	2	4	2	3	3	3	3	2	4	3	4	3	3,13	Baixo
Fpolis	Fpolis	3	4	4	4	2	4	2	3	4	3	4	2	2	3	3	2	3,06	Baixo
Joinville	Norte	2	2	3	2	4	4	2	5	4	3	3	2	4	4	3	2	3,06	Baixo
Joinville	Norte	4	4	3	3	2	5	2	4	3	3	3	2	2	4	2	3	3,06	Baixo
Xanxerê	Oeste	3	3	3	4	3	4	2	3	3	3	3	2	4	3	4	2	3,06	Baixo
Fpolis	Fpolis	4	4	3	3	3	4	2	3	4	3	3	2	2	4	2	2	3,00	Baixo
São José	Fpolis	4	4	2	3	3	3	1	5	4	3	3	3	2	3	4	1	3,00	Baixo

Araquari	Norte	4	2	2	3	4	5	2	3	4	3	3	2	3	4	2	2	3,00	Baixo
Capinzal	Oeste	3	3	1	1	1	1	3	1	3	5	5	4	5	4	5	3	3,00	Baixo
Chapecó	Oeste	2	4	2	3	2	3	2	4	2	2	5	2	5	4	4	2	3,00	Baixo
Blumenau	Vale do Itajaí	3	4	1	3	2	5	3	4	2	3	3	3	4	2	4	2	3,00	Baixo
Gaspar	Vale do Itajaí	2	3	2	3	4	5	2	5	3	3	2	1	4	3	4	2	3,00	Baixo
Rio do Sul	Vale do Itajaí	3	2	3	3	4	4	2	3	2	3	3	2	4	4	3	3	3,00	Baixo
Fpolis	Fpolis	2	4	2	4	3	3	2	4	4	2	2	2	4	3	4	2	2,94	Satisfatório
São José	Fpolis	4	2	3	3	2	4	3	5	2	2	3	2	4	3	4	1	2,94	Satisfatório
Fpolis	Fpolis	3	5	3	2	2	4	3	2	3	3	2	2	4	2	4	2	2,88	Satisfatório
Fpolis	Fpolis	3	4	3	3	2	3	3	3	3	2	3	2	4	2	3	3	2,88	Satisfatório
Rio do Sul	Vale do Itajaí	4	4	2	2	3	3	2	3	3	3	3	2	4	3	3	2	2,88	Satisfatório

Fpolis	Fpolis	2	2	3	2	4	4	3	5	2	2	2	2	4	3	3	2	2,81	Satisfatório
IPIRA	Oeste	4	5	3	4	2	4	2	2	3	3	2	1	2	2	4	2	2,81	Satisfatório
Fpolis	Fpolis	2	5	1	3	2	5	5	5	2	2	1	1	1	2	5	2	2,75	Satisfatório
Fpolis	Fpolis	2	4	2	4	2	4	2	3	3	2	2	2	5	2	4	1	2,75	Satisfatório
Fpolis	Fpolis	1	5	1	2	1	5	3	5	2	2	2	2	4	3	3	3	2,75	Satisfatório
Concórdia	Oeste	2	1	2	2	3	4	5	4	1	3	2	1	5	3	3	3	2,75	Satisfatório
Lages	Serrana	3	4	2	2	4	4	2	3	2	2	2	2	4	2	4	2	2,75	Satisfatório
Joinville	Norte	3	3	2	2	2	3	2	4	2	2	2	3	4	3	4	2	2,69	Satisfatório
Ibirama e Rio do Sul	Vale do Itajaí	3	2	2	3	2	4	2	2	2	4	2	2	4	2	4	2	2,63	Satisfatório
Fpolis	Fpolis	4	4	2	2	2	3	2	4	2	2	2	2	4	2	2	2	2,56	Satisfatório
TOTAL	SC	4,11	4,27	3,66	3,84	3,13	4,37	3,16	4,03	3,65	3,57	3,85	3,06	2,85	3,66	2,74	3,06	3,56	Baixo

### APÊNDICE 3 – Comentários dos entrevistados

Dentre os 175 jornalistas que responderam a esta pesquisa, 50 deixaram alguma crítica, sugestão ou comentário. Abaixo segue a integralidade destas intervenções. Eventualmente, elas podem ter sido editadas apenas para preservar a identidade do autor.

**Comentário 1:** Na região a grande dependência econômica da maioria dos veículos está nas prefeituras.

**Comentário 2:** Verifico que é uma pesquisa pertinente, em um tema que muitas vezes fica na obscuridade.

**Comentário 3:** Baseei minhas respostas na vivência de 20 anos de reportagem no Oeste catarinense(Xanxerê e Chapecó).

**Comentário 4:** Aqui em Criciúma temos três veículos de comunicação, os quais tem perfis um pouco diferente. Já que um, o dono faz o comercial, o outro está em uma situação financeira péssima e o outro, que está em melhor condições, usa os jornalistas para multifunções sem remuneração adequada. O que eles tem em comum é a influência comercial nos conteúdos publicados.

**Comentário 5:** Importante ter um conhecimento científico do nível de comprometimento dos veículos. Parabéns!

**Comentário 6:** Sobre o pagamento do piso salarial. É uma questão difícil de opinar, visto que essas são informações geralmente internas de cada veículo. Então, não é possível afirmar algo com absoluta certeza em relação a isso. Para além disso, acredito que, com raras exceções, os veículos são extremamente dependentes de seus patrocinadores. Mas este é um processo que começa muito antes da redação. O caminho percorrido na busca de publicidade, que é geralmente a principal fonte de renda dos veículos, já demonstra o perfil que será construído mais adiante. A convergência de ideias e opiniões entre anunciante e setor comercial dão o caráter editorial que irá moldar o conteúdo a ser produzido. Dificilmente presenciamos um conflito de interesses entre os setores comercial e editorial do veículo. Quando isso acontece ou o profissional se "reenquadra" ao perfil da empresa, ou, na maioria das vezes, é desligado da organização. Ao público fica praticamente impossível perceber essa movimentação dentro das redações. Aliás, algo bem mais importante já passa despercebido: o direcionamento da notícia/informação apresentada. O que vemos atualmente, de maneira geral, é uma massa consumidora de manchetes em redes sociais. Ganha quem tiver mais criatividade, ou recursos, para atrair o público, ainda

que para um conteúdo sem nenhum ou pouco parâmetro de noticiabilidade. Temos um jornalismo em crise, que busca a cada dia diferentes ferramentas para se destacar em meio a um mar de postagens, compartilhamentos, likes. Resumindo: engajamento. Se minha audiência não é crítica quando publico informações frívolas, superficiais, de mero entretenimento, também não será crítica ao ponto de perceber quando minha real intenção é dar um direcionamento proposital à notícia. Entretanto, acredito seja válido lembrar que isso não depende exclusivamente da interferência do patrocinador, enquanto provedor de recursos. Há inúmeros outros pontos, que não somente a viabilidade financeira, interferindo neste processo de dependência dos veículos de comunicação. A dependência ideológica é um deles. Mas aí entraremos num campo ainda mais vasto.

**Comentário 7:** Boa sorte!

**Comentário 8:** Tem algumas questões em que as assertivas dadas não correspondem exatamente a realidade, como por exemplo, a que versa sobre constrangimentos a que o jornalista está sujeito. Isso nem sempre é algo perceptível, ele acontece de forma sutil, velado e as respostas possíveis no questionário não permitem que se reporte esse fato. Mas entendo que é preciso adotar um determinado critério e que nem sempre ele vai abranger todas as variáveis. Bom trabalho.

**Comentário 9:** A independência no jornalismo em Fpolis (e região) ainda é uma utopia. Estamos longe de um jornalismo sério, com ética e isenção. Na minha opinião a independência no jornalismo só será conquistada, parcialmente, quando os profissionais mudarem sua conduta de trabalho e as relações trabalhistas. Só se é respeitado quem se dá ao respeito. É preciso lutar todos os dias para moralizar o jornalismo no Brasil.

**Comentário 10:** Espero ter ajudado. Nas respostas inclui minha passagem pelo A Notícia, DC, algumas rádios e trabalho como assessora de comunicação.

**Comentário 11:** Olá, Leonel. Dos meus dez anos de experiência com jornalismo diário (jornal impresso), seis foram em Itajaí. Antes, atuei como repórter e editora-assistente em Chapecó. Dos seis anos no Litoral, quatro foram como editora de um jornal local onde conduzia o trabalho de outros quatro jornalistas, além de diagramação. Outros dois atuei como editora-assistente. Como editora posso dizer que passei muitas madrugadas negociando pauta com departamentos internos (comercial e até com os donos do jornal), uma única vez não consegui ter êxito na justificativa de que um jornalismo ético e de qualidade vale mais do que uma pauta paga. Ou eu publicava o enquadramento

sugerido pela empresa (construtora) ou o jornal não teria dinheiro para pagar meu salário naquela semana. Mas o que mais me decepcionava era ser acordada constantemente com ligações de agentes políticos/empresariais reclamando de reportagens publicadas. Um caso extremo foi com o comandante da PM. Ele foi até a sede do jornal me ameaçar por não ter dado o enquadramento que ele considerava coerente para um júri popular. No caso, um policial acusado pelo MP de ter matado um adolescente inocente durante uma ação contra assaltantes de banco foi inocentado. Meu enfoque foi a mãe do adolescente que até hoje não sabe quem matou o filho dela, mesmo ela sabendo que o projétil saiu da arma do policial inocentado. O júri durou mais de 12 horas. No dia, trabalhei das 8h da manhã até 2h40 da madrugada. No fim da sessão do júri, passado da meia noite (eu, com capa pronta), fui surpreendida pela repórter com uma carta emocionante que a mãe do adolescente confidenciou à ela. Corri para scanear a carta, refazer a capa somente com o texto escrito pela mãe e dar o enquadramento para o desespero da mãe que não sabe quem matou seu filho. Na visão do comandante, mesmo eu tendo colocado a foto do policial no rodapé da capa, dizendo que ele tinha sido inocentado, não era suficiente para o batalhão dele. Ele queria a capa do jornal do dia seguinte com a foto do policial dizendo novamente que ele tinha sido inocentado. Eu me neguei e então ele me ameaçou dizendo que ele sabia onde eu morava e que nenhum telefone mais da PM atenderia pauta daquele jornal. Chamei o dono do jornal e saí da sala. Eles resolveram a situação, no mundo machista dos machos. Eu me neguei a publicar qualquer outra coisa se não um artigo desse comandante sobre o caso na seção de opinião, muito bem lido e editado por mim. Acho que foi meu caso extremo de carreira. Sobre profissionais, só conheço um caso em que jornalistas foram demitidos por questões políticas-partidárias, no entanto, conheço dois colegas que foram agredidos pela polícia militar no exercício da profissão. Aqui isso é bem constante. Espero ter ajudado.

**Comentário 12:** Percebo que muitas vezes o que parece censura dos veículos é, na realidade, incompetência e falta de qualificação dos próprios jornalistas. Boa parte deles é despreparada e tem pouco contato com a realidade da população da qual deveriam estar a serviço.

**Comentário 13:** Boas perguntas, mas deveria ter mais opções de resposta. Certos homens públicos (políticos) e certas religiões são proprietários de imprensa e de meios de comunicação, enfim, tem meio de comunicação que tem matéria dirigida e tutelada, ainda tem como endereço comercial a mitra (patrimônio de igreja). Tem Prefeito que faz

acertos com emissoras de rádio e essas só enaltecem o mesmo. Ainda tem deputados, senadores e outros mais donos da mídia e de outros bens. Lamentável situação e descaso, a exemplo de grupos dominarem emissoras de rádio, televisão, jornais e etc.

**Comentário 14:** Todos nós sabemos que a interferência política nos meios de comunicação em Santa Catarina é uma prática antiga, principalmente nas cidades interioranas. Já vi casos inclusive em jornais maiores. Eu ainda não entendo como existe Adjori, por exemplo, um órgão que apoia totalmente esse tipo de prática em jornais do interior com inúmeras irregularidades sobre todas as questões respondidas.

**Comentário 15:** Parabéns pela pesquisa. Sucesso!

**Comentário 16:** Sua pesquisa é muito interessante. Bom trabalho!

**Comentário 17:** Muitas das perguntas estão vinculadas a decisões internas de veículos que ficam restritas às chefias e afetam o conteúdo editorial sem chegar ao chão das redações.

**Comentário 18:** Se quiser saber mais, inbox.

**Comentário 19:** Nas questões baseadas em experiência, penso que poderia ter opção para não responder, pois alguns jornalistas podem não ter experiência na região. Obrigada pela oportunidade e sucesso no seu trabalho.

**Comentário 20:** Na maioria das perguntas, não posso responder pelos jornais em que não vivencio o dia a dia. Nestes casos, respondi dentro da realidade do jornal onde trabalho.

**Comentário 21:** Há muitos casos de empresas que não pagam o piso salarial. Muitos! Mas muitos colegas também temem por sair da empresa e ficar sem emprego, já que está tão difícil o mercado. Abraços!

**Comentário 22:** Espero ter contribuído para as questões propostas. No momento, não trabalho em veículo de comunicação formal. Estou como empreendedora na área jornalística.

**Comentário 23:** Entendo que a dependência econômica é praticamente total e que sua influência sobre a produção editorial se dá em momentos pontuais, não no dia a dia. Porém, quando ela ocorre, é avassaladora. Não creio que aqui em Tubarão tenhamos episódios recorrentes de violência de qualquer natureza porque a imensa maioria dos profissionais da imprensa está acomodada nessa condição de administradora dos interesses dos agentes políticos.

**Comentário 24:** É complicado responder as perguntas porque o universo jornalístico de cada região incluem não só os grandes veículos, que em tese tem maior autonomia na publicação de matérias, mas jornais pequenos e também de bairros - muitos deles criados apenas com

o objetivo de arrecadar recursos de anunciantes, sem preocupação com o conteúdo editorial. O trabalho deveria ser mais claro ao identificar os veículos que são foco do estudo.

**Comentário 25:** Senti falta de um "não sei" em algumas respostas. Também não sei o que significa independência financeira (em relação a quem? se conseguem se sustentar com assinaturas? se conseguem se sustentar com anunciantes? Em relação ao poder público?)

**Comentário 26:** Pesquisa importante. Bom trabalho...

**Comentário 27:** Leonel, respondi pelo cenário em que vivenciei, que foi o do telejornalismo. Acredito que esta pode ser uma discussão muito importante para ampliarmos com o grande grupo. Acredito que imagine qual vai ser a amostragem desta pesquisa, mas estou curiosa para saber do resultado. :) Boa sorte!

**Comentário 28:** Algumas questões requeriam respostas que não estavam assinaladas entre as opções. A questão sobre a frequência de ameaças físicas inclui no mesmo enunciado a pressão dos editores, o que dificulta a resposta, pois são ocorrências de características distintas. As pressões são frequentes, as ameaças físicas, bem menos, embora mais graves.

**Comentário 29:** Boa sorte na conclusão do trabalho. Abraços.

**Comentário 30:** As alternativas deveriam contemplar um "não sei"

**Comentário 31:** Esse tipo de pesquisa deveria ser feito, não generalizado porem apontar os meios de comunicação que tais respostas se enquadram melhor.

**Comentário 32:** Na realidade, nos últimos anos os veículos de comunicação de Santa Catarina estão cada vez mais dependentes do poder econômico. Verbas públicas generosas estão contaminando o direito à informação, tão pregado numa democracia, justamente num momento delicado em que dezenas de envolvidos em escândalos de corrupção votam reformas que afetam toda a população.

**Comentário 33:** Boa sorte na pesquisa. O tema é de extrema importância. Abs

**Comentário 34:** Ressalto um grande problema que temos na nossa região (quem vem de anos) que é o fato da pessoa ser assessora de imprensa de prefeituras, câmaras, entre outros, e ao mesmo tempo ser o jornalista responsável de rádios e assim por diante, ou trabalhar na rádio e usar isso em favor do assessorado.

**Comentário 35:** Bom trabalho e sucesso na pesquisa.

**Comentário 36:** Um fator a ser considerado, creio, é o nível da autocensura. Por este aspecto não existem mais conflitos nas redações.

O jornalista já sabe, antecipadamente, a tendência e as "ligações" econômicas e políticas do veículo em que trabalha.

**Comentário 37:** Boa sorte! :)

**Comentário 38:** Parabéns pela iniciativa da pesquisa. E que ela sirva para denunciar / esclarecer a ditadura da mídia e do poder econômico e do poder político que a comandam em SC.

**Comentário 39:** É difícil responder algumas das questões a partir das alternativas dadas, até porque, parte delas, pressuporia que se tem provas ou vivência direta daquilo que se quer opinar. Minhas opiniões expressas nas respostas dizem mais respeito à compreensão que tenho da dinâmica social pelo qual o jornalismo está inserido e no qual há várias literaturas na área que delineiam a sua emergência no século 19, na interdependência com a economia e política, mesmo que o ethos do jornalismo tenha sido fundado na busca pela independência. Para isto, bastaria observar que nas teorias, o grande nó das discussões é a autonomia relativa do jornalista. Para além desta compreensão mais genérica e estrutural, minha percepção é que os veículos de comunicação corporativos estão, mais do que em outros tempos, funcionando como uma espécie de assessoria de comunicação dos interesses do grande capital financeiro limitando mais ainda a busca por certa autonomia no exercício da profissão, o que coloca os veículos e a prática jornalística numa grande crise de credibilidade.

**Comentário 40:** Sucesso!!!

**Comentário 41:** Sugestão 1: Realizar um mapa sobre a "Falta de Democracia na Imprensa Catarinense". 2- Destacar os municípios com mais censura segundo a pesquisa 3- Realizar palestras de "Reeducação da Mídia" nesses municípios 4- Realizar uma ação de marketing social à região melhor analisada na pesquisa

**Comentário 42:** Deixar claro que, os maiores anunciantes, é o Estado, Municípios, deixar bem claro que o setor "comercial", é o que gera e paga os salários. Deixar claro que tanto se vê na política, ameaças a Jornalistas, como também no futebol, com censuras e humilhação em dias de jogo. Profissão Jornalista, nos dias de hoje, é profissão de risco muitas vezes de morte. Comparo o Jornalismo a profissão de Professor, se ganha pouco, se dedica muito e se corre riscos de morte o tempo inteiro. Liberdade de expressar o seu texto? Uhhhh Quem dita as regras, é o proprietário do veículo de comunicação, o que for em direção aos interesses do grupo de comunicação, terá um escudo de proteção, o que não for, será destruído. A utopia de que um guri que se forma em jornalismo, irá salvar o mundo dando voz em um jornal, é balela, já no primeiro dia vai levar o back, de ter seu texto ceifado, e se adequando as

normas do proprietário. Quer escrever o que você imagina, ou vê, monte um jornal seu.

**Comentário 43:** Acredito que vai ser um trabalho e tanto esse teu. Quero ver o resultado final, sim? Agradeço o contato. Bom trabalho!

**Comentário 44:** Como Jornalista profissional, formado na Unisul, com 12 anos de RBS TV e vários outros veículos de mídia impressa, vejo que a realidade para o jornalismo independente é uma utopia. A Imprensa é uma empresa. Uma empresa vive de lucros. No caso da imprensa empresa, seu maior lucro esta na administração pública. Logo, sempre a vontade dos políticos em estado de poder, vai ter um peso sobre qualquer assunto. Principalmente quando o político vem cada vez mais mergulhando no campo da corrupção. Aí os investimentos na imprensa não tem limites. Não sinto nenhuma esperança de mudança nesta linha. Na minha opinião, a imprensa de forma geral esta a serviço da corrupção.

**Comentário 45:** Leonel, parabéns pela escolha do tema da pesquisa. Tomara que ela transforme-se num instrumento para que modifiquemos essa lamentável situação, de dependência e subserviência dos veículos e o desrespeito aos profissionais de Comunicação em nosso Estado.

**Comentário 46:** Na minha opinião, a falta de independência é mais evidente em colunas políticas. Há direcionamentos claros, nem sempre por questões financeiras do jornal, às vezes por troca de favores pessoais, influências etc. Como repórter do AN, no início dos anos 2000, já tive que escrever uma matéria por ordem do jornal após uma ligação da então prefeita Ângela Amim. Recentemente, fiz uma pesquisa sobre transparência para uma especialização em comunicação pública. Entrevistei cinco jornalistas (AN, DC e ND) e ouvi de dois colegas relatos de matérias baseadas em dados públicos censuradas por questões políticas.

**Comentário 47:** Acho que a pesquisa poderia se aprofundar mais na diferença entre veículos ditos alternativos/independentes e os da imprensa grande. A partir dessa experiência, vejo que é muito diferente o exercício da profissão em veículos de grandes grupos e em veículos independentes, como O Barato, o Marum, o Portal Catarinas, o Desacato... Achei as perguntas um tanto quanto genéricas. Há alguns problemas que também poderiam ser abordados, como a pejotização dos jornalistas e a questão da saúde dos profissionais, especialmente de quem trabalha com hardnews - é grande o número de jornalistas que abusam do álcool e de outras drogas lícitas ou ilícitas para aliviar a "angústia" do trabalho. Há uma questão bem problemática também, que

é a pergunta referente à imparcialidade. Particularmente, acredito que quem diz que o jornalismo deve ser imparcial age de má fé ou é ingênuo. Não existe imparcialidade em nenhum âmbito social. A imparcialidade acaba tão logo pensamos uma pauta. A própria escolha da pauta já marca um posicionamento. Depois, as fontes entrevistadas e as palavras escolhidas reforçam essa posição. Acredito que os veículos deveriam, na verdade, assumir sua parcialidade e deixar isso claro para os leitores. Condição mais com a realidade e seria mais honesto.

**Comentário 48:** Naturalmente respondi de acordo com o que vivi nas redações. Apesar de parecer contraditório, creio que assisti a poucas demissões justamente porque a atividade jornalística era censurada já na fonte: tem que cumprir a pauta (abençoada pelo dono do jornal) e deu, não dá tempo de produzir algo mais. Se eu puder ajudar em algo, avisa. Abraço.

**Comentário 49:** As perguntas foram muito amplas. Deveriam ter sido separadas. Por exemplo: uma empresa pode cumprir o piso, mas não a jornada. Uma boa pesquisa pra ti.

**Comentário 50:** A realidade é bem diferente da teoria da universidade. Os meios de comunicação priorizam o dinheiro dos políticos do que a ética.